

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**

**N.º 27, DE 2021**

**(Do Poder Executivo)**

**MSC 182/2021**

**OF 309/2021**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.163, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Calmonense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Miguel Calmon, Estado da Bahia.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, Portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 466, de 18 de março de 2015 - Associação Comunitária Farroupilha, no município de Pelotas - RS;
- 2 - Portaria nº 468, de 5 de junho de 2015 - Associação Comunitária, Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV, no município de Guarani - MG;
- 3 - Portaria nº 470, de 30 de abril de 2015 - Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Granja Aurimar, no município de Piraúba - MG;
- 4 - Portaria nº 744, de 10 de junho de 2015 - Associação Cultural Desportiva de São Bento, no município de São Bento - MA;
- 5 - Portaria nº 2.952, de 30 de julho de 2015 - Associação Cultural Comunitária Joanopolense, no município de Joanópolis - SP;
- 6 - Portaria nº 2.975, de 30 de julho de 2015 - Associação e Movimento Comunitário Rádio Paz Serrana FM, no município de Lages - SC;
- 7 - Portaria nº 3.589, de 19 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Cantagalense de Radiodifusão, no município de Três Rios - RJ;
- 8 - Portaria nº 3.627, de 19 de agosto de 2015 - Associação Cultural Comunitária de Pedreira, no município de Pedreira - SP;
- 9 - Portaria nº 3.863, de 28 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Educativa de Piedade, no município de Piedade - SP;
- 10 - Portaria nº 6.163, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Calmonense, no município de Miguel Calmon - BA;
- 11 - Portaria nº 81, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição, no município de Pereiras - SP;
- 12 - Portaria nº 84, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Palmares de Radiodifusão, no município de Palmares - PE;
- 13 - Portaria nº 92, de 1º de fevereiro de 2016 - Rancho Verde Viva - RVV, no município de Salgueiro - PE;
- 14 - Portaria nº 101, 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba', do Município de Porangaba e Adjacências, no município de Porangaba - SP;
- 15 - Portaria nº 116, de 1º de fevereiro de 2016 - Fundação José Leite de Oliveira, no município de São José de Piranhas - PB;



- 16 - Portaria nº 144, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goitá, no município de Glória do Goitá - PE;
- 17 - Portaria nº 152, de 1º de fevereiro de 2016 - Fundação de Assistência Social de Cabaceiras, no município de Cabaceiras - PB;
- 18 - Portaria nº 156, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão, no município de Itanhandu - MG;
- 19 - Portaria nº 251, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social - Palestina, no município de Palestina - SP;
- 20 - Portaria nº 520, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Radiodifusão Sintonia Carmo de Minas FM, Zelia Coli Junqueira, no município de Carmo de Minas - MG;
- 21 - Portaria nº 684, de 9 de maio de 2016 - Associação de Difusão Comunitária de Ouro Verde, no município de Ouro Verde - SP;
- 22 - Portaria nº 687, de 10 de maio de 2016 - Sociedade de Assistência ao Idoso e Comunidades de Porteiras - SAICP, no município de Porteiras - CE;
- 23 - Portaria nº 689, de 9 de maio de 2016 - Fundação Santa Rita de Cássia dos Impossíveis - FSRCDI, no município de Teixeira - PB;
- 24 - Portaria nº 690, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Serrazulense, no município de Serra Azul - SP;
- 25 - Portaria nº 753, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Itaquerê de Comunicação de Nova Europa - ITA, no município de Nova Europa - SP;
- 26 - Portaria nº 764, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária dos Radiodifusores e Movimento Popular de Rádio Comunitária de Pedro Leopoldo, no município de Pedro Leopoldo - MG;
- 27 - Portaria nº 767, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM, no município de Garanhuns - PE;
- 28 - Portaria nº 770, de 9 de maio de 2016 - Associação Vale do Araguaia de Desenvolvimento Artístico/Cultural, no município de São Miguel do Araguaia - GO;
- 29 - Portaria nº 774, de 9 de maio de 2016 - Sociedade de Ação Comunitária Canaã, no município de Três Marias - MG; e
- 30 - Portaria nº 900, de 9 de maio de 2016 - Rádio Clube da Vida - Vida FM, no município de Jussara - GO.

Brasília, 29 de abril de 2021.

Brasília, 1 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.024276/2012-91, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Calmonense, inscrita no CNPJ nº 01.867.420/0001-32, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de maio de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Miguel Calmon, estado da Bahia, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 14325/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 6163/2015, de 01 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 09 de dezembro de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*

## PORTARIA Nº 6163/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001556/1998 e nº 53000.024276/2012-91, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Calmonense, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Miguel Calmon/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/12/2015, às 09:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0815678** e o código CRC **A99B1886**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 309/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro-Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 466, 468, 470, 744, 2.952, 2.975, 3.589, 3.627, 3.863 e 6.163, de 2015; 81, 84, 92, 101, 116, 144, 152, 156, 251, 520, 684, 687, 689, 690, 753, 764, 767, 770, 774 e 900, de 2016.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral  
da Presidência da República

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.056215/2011-11

SEI nº 2535667

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36349/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.024276/2012-91.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 01/10/2019, às 18:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4689826** e o código CRC **0525B4C4**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Assunto: **Renovação**

Protocolo nº: 53000.024276/2012-91

(Processo de Outorga nº 53640.001556/98)

1. Frente à publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, item 20, e visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE**, na localidade de **MIGUEL CALMON / BA**, tem validade até **17/05/2012**, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 22 de maio de 2012.

**BRUNA PACHECO GONÇALVES DE MEDEIROS**  
Agente Administrativo

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 024276/2012-91

SEAPA/SCE

21/05/2012-08:02

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE, inscrita no CNPJ sob o nº 01867420/0001-32, com sede NA Praça Rui Barbosa, Sn, Centro, na cidade de Miguel Calmon, Estado da Bahia, CEP: 43900-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 464 datada de 25.08.2000 e Decreto Legislativo nº 089 publicado no Diário Oficial da União datado de 17.05.2002, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Miguel Calmon, 11 de maio de 2012.

  
(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: Jair Gomes da Silva.

CPF: 056 260 135/04

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

  
(assinatura do representante legal da entidade)

Endereço para correspondência : Praça Rui, Barbosa, Sn, Centro, na cidade de Miguel Calmon, Estado Bahia, CEP 44720-000.

Telefone para contato: 74 – 3672 2162.

Correio eletrônico (e-mail) [vicentesanhador@bol.com.br](mailto:vicentesanhador@bol.com.br).



POTÊNCIA DE OPERAÇÃO

2 5 , 0 watts

FREQUENCIA DE OPERAÇÃO

8 7 , 9 MHz

POTÊNCIA MEDIDA

2 5 , 0 watts

FREQUENCIA MEDIDA

8 7 , 9 MHz

Min. das Comunicações  
Fls. 04  
Rubrica:

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

FABRICANTE

MODELO

POTÊNCIA DE FABRICA

Nº HOMOLOGAÇÃO

POTÊNCIA DE OPERAÇÃO

POTÊNCIA MEDIDA

FREQUENCIA DE OPERAÇÃO

FREQUENCIA MEDIDA

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados  
que constam na última licença expedida?

NÃO ☒

SIM ☐

6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

M O N T E L S I S T C O M U N L T D A

MODELO

M T D I P 1 0 0 / 1

GANHO max (Gt)

0 , 0 d b

ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO

3 0 , 0 m

ALTURA DA TORRE

3 0 , 0 m

ALTITUDE DO LOCAL

5 3 0 , 0

- Os dados do sistema irradiante são os mesmo que constam na ultima licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

K M P P I R E L L I

MODELO

R G 2 1 3

COMPRIMENTO(L)

3 2 , 0 m

ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)

4 , 2 dB

PERDAS NA LINHA (PL)

1 , 8 6 dB

EFICIÊNCIA DA LINHA (η)

6 5 , 1 6

Perdas na linha (PL) =  $\frac{L \cdot AL}{100}$

100

Eficiência da linha (η) =  $10^{-\frac{(PL)}{10}}$

10

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

a. Gerador de áudio:

Marca: Potomac

Modelo: AG 51

Número de série: 2172

Precisão: +/- 5%

b. Frequencímetro:

Marca: LEADER ELETRONICS CORP

Modelo: LDC-823 S

Número de série: 8070622

Precisão: +/- 5%

c. Osciloscópio:

Marca: LEADER ELETRONICS CORP.

Modelo: LBO-514 A

Número de série: 7060129

Precisão: +/- 5%

d. Medidor de intensidade de campo:

Marca: Potomac Instruments, Inc.

Modelo: FIM 71

Número de série: 495

Precisão: +/- 2%

e. Multímetro:

Marca: TMK

Modelo: 700

Número de série: 16748

Precisão: +/- 10%

f. Wattímetro:

Marca: BIRD ELETRONIC CORP

Modelo: 6810-309-7

Número de série: 5215

Precisão: +/- 2%

h-Monitor de Modulação:

Marca: QEI

Modelo: 6991 FM

Número de série: 691274

Precisão: +/- 2%

i. Analizador de espectros:

Marca: Advantest

Modelo: U4941

Número de série: 73140587

Precisão: +/- 2%

i. Analisador de áudio

Marca: HP

Modelo: 8903B

Número de série: 3011AO8829

Precisão: +/- 2%

10 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

M Á R C I O R O D R I G U E S

ENDEREÇO

A L A M E D A D A S C H U V A S D E O U R O I 5 7

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

C A M I N H O D A S A R V O R E S

CIDADE

UF

S A L V A D O R B A

REG.CREA

FORMAÇÃO

4 4 7 1 9 / D E N G . E L E T R I C I S T A

CEP

TELEFONE

FAX

E-MAIL

m a r c i o r o d r i g u e s 1 9 7 2 @ u o l . c o m . b r

LOCAL

DATA

S A L V A D O R - B A 1 1 / 0 5 / 2 0 1 2

ASSINATURA

*[Assinatura]*



**Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**  
**Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977**

**CREA-BA**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia**

CNPJ : 15.233.026/0001-57 - Rua Professor Aloisio de Carvalho Filho, 402, Engenho Velho de Brotas - Salvador-BA

**Resolução nº 1.025/2009**

**ART de Obra ou Serviço**

NÚMERO CREA-BA : MG00000044719-000566

**BA2012.059248**

Tipo de Registro : Inicial

Tipo de Participação : Individual

**1. Responsável Técnico**

**MÁRCIO RODRIGUES**

Título(s) do Profissional :

Engenheiro Eletricista

RNP : 1406729809

Registro : MG44719

Empresa Contratada :

Registro :

**2. Dados do Contrato**

Contratante : ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE

CNPJ :

01.867.420/0001-32

Endereço : Praça RUI BARBOSA

Nº : SN

Bairro : CENTRO

Cidade : MIGUEL CALMON

UF : BA

CEP : 44.720-000

Contrato :

Celebrado em :

ART Inicial do Contrato/Emprendim :

Valor : R\$ 1.000,00

Tipo de Contratante : Pessoa Jurídica sem Registro no CREA

Ação Institucional :

**3. Dados da Obra / Serviço**

Endereço : Praça RUI BARBOSA

Nº : SN

Bairro : CENTRO

Cidade : MIGUEL CALMON

UF : BA

CEP : 44.720-000

Data Início :

Previsão de Término :

Coordenadas : 11°26'10"S 40°35'40"O

Finalidade : Outro

Código MPOG :

Proprietário : ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE

CNPJ : 01.867.420/0001-32

**4. Atividade Técnica**

1	Nível : Execução	Atividade Profissional / Obra ou Serviço / Complemento	Quantidade	Unidade
		* VISTORIA / COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO / RADIOFUSAO	25	watts
		* VISTORIA / COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO / RADIOFUSAO	1	unidade
2	Nível :	Atividade Profissional / Obra ou Serviço / Complemento	Quantidade	Unidade
3	Nível :	Atividade Profissional / Obra ou Serviço / Complemento	Quantidade	Unidade

**5. Observações**

ELABORAÇÃO LAUDO DE LAUDO DE VISTORIA DA EMISSORA, SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, PARA APRESENTAÇÃO JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES E ANATEL

**6. Declarações**

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades técnicas acima relacionadas

**7. Entidade de Classe**

NENHUMA ENTIDADE INFORMADA

**8. Assinaturas**

Declaro serem verdadeiras as informações acima

MÁRCIO RODRIGUES - CPF : 465.506.906-68

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE - CNPJ : 01.867.420/0001-32

**9. Informações**

\* A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Uso do CREA

Valor ART : R\$ 40,00 Registrada em : 11/05/2012 Valor Pago : R\$ 40,00 Nosso Número : 24000002012059248-5



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

**CREA-BA**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia**

CNPJ : 15.233.026/0001-57 - Rua Professor Aloisio de Carvalho Filho, 402, Engenho Velho de Brotas - Salvador-BA

Resolução nº 1.025/2009

**ART de Obra ou Serviço**

NÚMERO CREA-BA : MG00000044719-000567

**BA2012.059238**

Tipo de Registro : Inicial

Tipo de Participação : Individual

**1. Responsável Técnico**

**MÁRCIO RODRIGUES**

Título(s) do Profissional :

Engenheiro Eletricista

RNP : 1406729809

Registro : MG44719

Empresa Contratada :

Registro :

**2. Dados do Contrato**

Contratante : ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE

Endereço : Praça RUI BARBOSA

CNPJ :

01.867.420/0001-32

Nº : SN

Bairro : CENTRO

Cidade : MIGUEL CALMON

UF : BA

CEP : 44.720-000

Contrato :

Celebrado em :

ART Inicial do Contrato/Emprendim :

Valor : R\$ 1.000,00

Tipo de Contratante : Pessoa Jurídica sem Registro no CREA

Ação Institucional :

**3. Dados da Obra / Serviço**

Endereço : Praça RUI BARBOSA

Nº : SN

Cidade : MIGUEL CALMON

Bairro : CENTRO

UF : BA

CEP : 44.720-000

Data Início :

Previsão de Término :

Coordenadas : 11°26'10"S 40°35'40"O

Finalidade : Outro

Código MPOG :

Proprietário : ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE

CNPJ : 01.867.420/0001-32

**4. Atividade Técnica**

1	Nível : Execução	Atividade Profissional / Obra ou Serviço / Complemento	Quantidade	Unidade
		* LAUDO / COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO / RADIOFUSAO	25	watts
		* LAUDO / COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO / RADIOFUSAO	1	unidade
2	Nível :	Atividade Profissional / Obra ou Serviço / Complemento	Quantidade	Unidade
3	Nível :	Atividade Profissional / Obra ou Serviço / Complemento	Quantidade	Unidade

**5. Observações**

ELABORAÇÃO LAUDO DE ENSAIO TRANSMISSOR, SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, PARA APRESENTAÇÃO JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES E ANATEL

**6. Declarações**

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades técnicas acima relacionadas

**7. Entidade de Classe**

NENHUMA ENTIDADE INFORMADA

**8. Assinaturas**

Declaro serem verdadeiras as informações acima

MÁRCIO RODRIGUES - CPF : 465.506.906-68

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE - CNPJ : 01.867.420/0001-32

**9. Informações**

\* A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Uso do CREA

Valor ART : R\$ 40,00 Registrada em : 10/05/2012 Valor Pago : R\$ 40,00 Nosso Número : 24000002012059238-8



# LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Rádio Comunitária



### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

#### DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç ã O C O M U N I T Á R I A C A L M O N E N S E

#### DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

#### CNPJ

0 1 8 6 7 4 2 0 0 0 0 1 3 - 3 2

#### DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

R Á D I O C A N A B R A V A F M

Portaria de Autorização nº 389 de 09 - 08 - 2000

Publicada no D.O.U de 09 - 08 - 2000

Decreto Legislativo nº 0075 de 08 - 11 - 2001

Publicado no D.O.U de 09 - 11 - 2001

### 1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

#### LOGRADOURO

P R A Ç A R U I B A R B O S A S N

#### BAIRRO

#### CIDADE

C E N T R O M I G U E L C A L M O N

#### CIDADE (CONTINUAÇÃO)

#### UF

#### COORDENADAS GEOGRÁFICAS

B A I I ° 2 6 ' 1 0 " S 4 0 ° 3 5 ' 4 0 " W

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

### 2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

#### LOGRADOURO

P R A Ç A R U I B A R B O S A S N

#### BAIRRO

#### CIDADE

C E N T R O M I G U E L C A L M O N

#### CIDADE (CONTINUAÇÃO)

#### UF

#### COORDENADAS GEOGRÁFICAS

B A I I ° 2 6 ' 1 0 " S 4 0 ° 3 5 ' 4 0 " W

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☒

SIM ☐

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☒

SIM ☐

### 3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

#### LOGRADOURO

P R A Ç A R U I B A R B O S A S N

#### BAIRRO

#### CIDADE

C E N T R O M I G U E L C A L M O N

#### CIDADE (CONTINUAÇÃO)

#### UF

#### COORDENADAS GEOGRÁFICAS

I I ° 2 6 ' 1 0 " S 4 0 ° 3 5 ' 4 0 " W

### 4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

#### FABRICANTE

M O N T E L S I S T . D E C O M U N I C A Ç ã O L T D A

#### MODELO

#### POTÊNCIA DE FABRICA

#### CODIGO HOMOLOGAÇÃO

M T F M 1 0 0 / 2 5 2 5 , 0

watts

0 2 2 4 0 0 X X X 0 3 1 2

X 1

TRANSMISSOR: Montel Sistemas de Comunicação Ltda.  
EMISSION: Associação Comunitária Calmonense.  
FREQUÊNCIA: 87,9 MHz  
NÚMERO DE SÉRIE: 0243



**i. Analisador de áudio**

**Marca:** Potomac Instruments Inc.

**Modelo:** AA-51

**Número de série:** 1256

**DECLARAÇÃO DO INTERESSADO:**

Na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE**, declaro que o Eng. Márcio Rodrigues esteve no endereço abaixo no dia 10 de abril de 2012, ensaiando o transmissor de frequência Modulada fabricado por Montel Sistemas de Comunicação Ltda., Modelo: MTFM100/25, n. de série 0243, e potência nominal de 25,0 Watts.

Local do ensaio:

Praça Rui Barbosa, Sn, Centro, Miguel Calmon - BA.

Miguel Calmon - BA. 11 de maio de 2012.

Jair Gomes da Silva.

Presidente



**INSTRUMENTOS DE TESTE UTILIZADOS:**

**a. Gerador de áudio:**

Marca: LEADER ELETRONICS CORP.  
Modelo: LAG 126 S  
Número de série: 8060235  
Precisão: +/- 5%

**b. Frequencímetro:**

Marca: LEADER ELETRONICS CORP  
Modelo: LDC-823 S  
Número de série: 8070622  
Precisão: +/- 5%

**c. Osciloscópio:**

Marca: LEADER ELETRONICS CORP.  
Modelo: LBO-514 A  
Número de série: 7060129  
Precisão: +/- 5%

**d. Medidor de intensidade de campo:**

Marca: Potomac Instruments, Inc.  
Modelo: FIM 71  
Número de série: 495  
Precisão: +/- 2%

**e. Multímetro:**

Marca: TMK  
Modelo: 700  
Número de série: 16748  
Precisão: +/- 10%

**f. Wattímetro:**

Marca: Bird  
Modelo: Linha  
Número de série: 6810-309-7  
Precisão: +/- 5%

**g. Monitor de Modulação:**

Marca: TFT  
Modelo: 763  
Número de série: 1127-38

**h. Monitor Estéreo:**

Marca: TFT  
Modelo: 724 A  
Número de série: 1037-35

**TRANSMISSOR:** Montel Sistemas de Comunicação Ltda.  
**EMISSIONA:** Associação Comunitária Calmonense.  
**FREQUÊNCIA:** 87,9 MHz  
**NÚMERO DE SÉRIE:** 0243



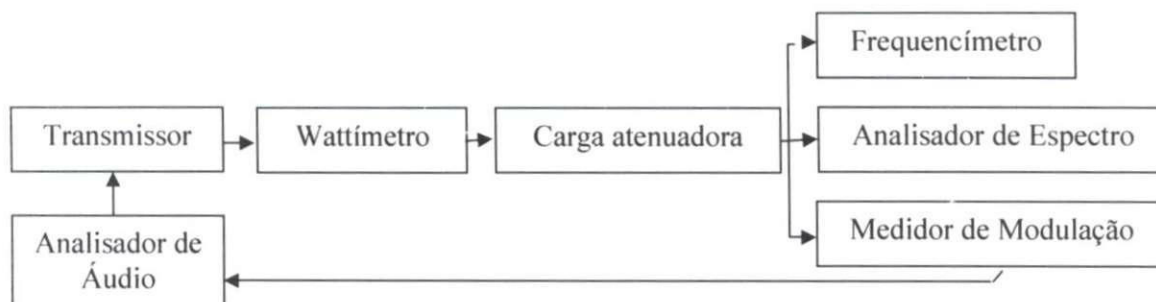
Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação, com 400 Hz **< -60,5dB**

Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude **<-53dB**

Atenuação de harmônicos e espúrios  
**Emissão de espúrios < 77dBc**

Potência de saída = **25W**

**Medida realizada através da configuração abaixo representada**



#### **INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS PARA ESTEREOFONIA**

Gerador de estéreo:  
Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda.

Medições.

- a) Frequência de subportadora piloto = **19.000,15 Hz**
- b) Variação máxima da frequência em 60 minutos = **+/- 0,5Hz**
- c) Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela subportadora piloto = **9,80%**
- d) Separação estereofônica:

Frequência	L (dB)	R (dB)
50	47,30	45,70
100	46,10	48,00
400	44,80	47,40
1000	45,60	48,00
5000	44,30	46,10
7500	45,30	45,00
10000	42,50	46,20
15000	43,40	48,50

*[Handwritten signature]*





e) Diafonia, para audiofrequências:

Frequência	Diafonia no Canal estereofônico (dB)	Diafonia no Canal Principal (dB)
50	50,4	55,7
100	49,5	56,3
400	49,3	56,4
1000	49,7	55,3
5000	40,2	47,3
7500	48,2	44,4
10000	46,3	42,5
15000	44,0	49,0

#### OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR

Etiqueta de identificação inserida no equipamento contendo o número de série 2300, potência nominal, frequência de trabalho, condições climáticas de funcionamento, código de homologação: 0916-06-0312.

Medidores do estágio final de RF

- a) de corrente contínua: indicada em unidades de Ampère (A)
- b) de tensão contínua: indicada em unidade de Volts (Vdc)
- c) de potência de saída (incidente e refletida) indicadas relação percentual à potência nominal do equipamento.
- d) de temperatura: indica o valor da temperatura do módulo de potência.

Existência de uma tomada de amostras de RF, para fins de medição de:

- a) modulação;
- b) frequência.

Existência de dispositivos de proteção do transmissor:

- a) Temperatura Elevada (Temp): desarma o módulo de potência quando a temperatura extrapola 70 °C.
- b) Sobre corrente (Overload): desarma o módulo de potência quando ocorre uma sobre corrente no módulo de potência.
- c) Potência Refletida (Reflected): minimiza a potência do módulo de saída quando a potência refletida ultrapassa 10% da potência nominal.
- d) Estado do PLL (Lock): desarma o módulo de potência se a frequência não se estabilizar no valor programado em fábrica.
- e) Disjuntor para proteção geral do equipamento em casos de sobre corrente.

*[Handwritten signature]*



## DECLARAÇÕES

"Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de **06 (seis)** folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica X que faço uso".

Data 11 de maio de 2012.

Eng. Márcio Rodrigues  
CREA 44719/D

## Parecer Conclusivo:

"Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Comunitária Sonora em Freqüência Modulada, DECLARO que o transmissor de freqüência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável."

Data 11 de maio de 2012.

Eng. Márcio Rodrigues  
CREA 44719/D



Declaração.

Responsável pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação.

Responsável: Sr. Jair Gomes da Silva.  
Presidente.

Miguel Calmon - BA. 11 de maio de 2012.

Jair Gomes da Silva.

**TRANSMISSOR:** Montel Sistemas de Comunicação Ltda.  
**EMISSIONA:** Associação Comunitária Calmonense.  
**FREQUÊNCIA:** 87,9 MHz  
**NÚMERO DE SÉRIE:** 0243



## LAUDO DE ENSAIO

**INTERESSADO:** Associação Comunitária Calmonense.

**Endereço:** Praça Rui Barbosa, Sn, Centro, Miguel Calmon - BA.

### ENSAIO:

O presente documento apresenta os resultados das medições realizadas no equipamento **Transmissor de FM, modelo MTFM100/25** com **potência nominal ajustada em fábrica de 25W, N° Série 0243.**

Os testes foram realizados no endereço: Praça Rui Barbosa, Sn, Centro, Miguel Calmon - BA. no dia 10.04.2012

### FABRICANTE

Montel Sistemas de Comunicação Ltda.  
Rua Pedro Santalúcia 48, Interlagos, São Paulo - SP

### MEDIÇÕES

#### Frequência

Nominal: **87,9 MHz**

medida em ambiente normal: **30,1 °C**

variação máxima da frequência na unidade osciladora: **+/- 200Hz**

Resposta de áudio frequência (Monofonia):

Frequência	Distorção Harmônica [%]	Resposta de Frequência [dB]
50	0,21	-0,01
100	0,18	-0,01
400	0,10	0,0
1000	0,08	-0,04
5000	0,09	-0,17
7500	0,08	-0,21
10000	0,10	-0,25
15000	0,09	-0,35

Resposta de áudio frequência (Estereofonia):

O equipamento atende ao Anexo a Resolução 67, item 3.2.8f, aceitando as áudio frequências na faixa de 50 a 15000Hz


Distorção Harmônica: **< 1%** de 50Hz a 15KHz

Resposta de Áudio: **<1dB** de 50Hz a 75KHz

Declaração

A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONSE** atesta que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Miguel Calmon - BA, 11 de maio de 2012.



Jair Gomes da Silva.  
Presidente

## DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, JAIR GOMES DA SILVA, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONSE, declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Miguel Calmon - BA, 11 de maio de 2012.



Jair Gomes da Silva.





**RÁDIO  
COMUNITÁRIA**

**Canabrava Fm 87,9**

**A PIONEIRA DA CIDADE \* MIGUEL CALMON - BA**



**REFORMA DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO  
COMUNITÁRIA CALMONENSE**

Cartório Registro Civil das Pessoas  
Jurídicas - Miguel Calmon - Ba

**CAPÍTULO I**

**REGISTRADO**

Denominação, Sede, Objetivo e Duração.

ARTIGO 1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE, é uma associação comunitária sem fins lucrativos, com patrimônio distinto do de seus membros, que se regerá pelo presente estatuto e pela legislação específica.

Parágrafo único - Para o fim específico de explorar os serviços de Radiodifusão Comunitária a Associação terá o nome de fantasia "RÁDIO CANABRAVA FM".

ARTIGO 2º - A sede da Associação será à Praça Rui Barbosa, s/nº, Centro, Miguel Calmon, Estado da Bahia.

ARTIGO 3º - A Associação terá como objetivos:

- I. Despertar interesse da comunidade para os problemas sociais que a aflige;
- II. Promover cursos que sejam do interesse da comunidade e que possam elevar o seu padrão cultural e profissional;
- III. Promover atividades e competições: civis, culturais, esportivas e recreativas para crianças, jovens e adultos de toda a comunidade;
- IV. Participar dos empreendimentos e campanhas comunitárias, culturais e filantrópicas com apoio e trabalhos conjuntos;
- V. Levantar, sempre que necessário, as dificuldades da comunidade, solicitando as providências dos órgãos públicos competentes, através de relatórios aprovados em reunião;
- VI. Instalar e explorar serviços de Radiodifusão Comunitária, mediante a autorização outorgada por ato do poder público competente, tendo como finalidades o que dispõe o artigo 3º da lei nº 9.612, de 1998.

ARTIGO 4º - A duração da Associação é por prazo indeterminado.

**CAPÍTULO II**

Dos Associados

ARTIGO 5º - São considerados associados todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE, mediante preenchimento do formulário próprio, que sejam aprovados pela Diretoria, ~~e que mantenham fiel obediência a este Estatuto e deliberações da Associação.~~ *homologação de outorgas em assembleia geral.*



ARTIGO 6º - A Associação será composta por número ilimitado de associados, distinguidos em três categorias, a saber:

- a) Associados Fundadores – Os que assinaram a ata de fundação.
- b) Associados Honorários – Os que se distinguirem por benefícios relevantes à Associação ou coletividade.
- c) Associados Contribuintes – Qualquer pessoa física que contribua mensalmente com qualquer importância designada em Assembleia Geral.

ARTIGO 7º - Terão direito a voto nas Assembleias as categorias de Associados fundadores e contribuintes, estes últimos, desde que, em dia com sua contribuição e que estejam associados há mais de 90 (noventa) dias.

§1º – Somente terão direito a voto nas Assembleias os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (de) anos, maiores de 18 (dezoito) anos;

§2º - Os Associados honorários podem participar das Assembleias da Associação tendo direito à voz, mas não direito a voto.

§3º - Para exercer o direito de ser votado para o cargo de Diretor ou Conselheiro Fiscal, o Associado Contribuinte Regular deve contar com, no mínimo, 02 (dois) anos como associado.

ARTIGO 8º - Os membros da Associação se comprometem a:

- I. Dedicar um mínimo de duas horas na semana à divulgação e participação dos trabalhos da entidade dentro de sua disponibilidade;
- II. Incentivar a participação de novas pessoas da comunidade;
- III. Comparecer às reuniões que sejam gerais ou específicas para se inteirar das atividades da associação e discutir as decisões;
- IV. Zelar pelo bom nome da Associação mantendo conduta que inspire confiança e respeito da comunidade;
- V. TRABALHAR PARA O PROGRESSO DOS EMPREENDIMENTOS, DIVULGANDO NO SEU MEIO FAMILIAR E SOCIAL O TRABALHO DA ENTIDADE.

### CAPÍTULO III

#### Seção I – Da Administração

ARTIGO 9º - São Órgãos da Administração a Assembleia Geral, a Diretoria e o Conselho Fiscal.

ARTIGO 10 – A Associação será dirigida por uma Diretoria eleita em Assembleia Geral, para um período de 2 (dois) anos, podendo ser reeleita por mais um mandato de dois anos.



ARTIGO 11 – Os membros da Administração deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, maiores de 18 (dezoito) anos e manter residência na área da comunidade atendida.



I – É vedado participar da administração membros que ocupem cargos eletivos.

II – É vedado participar da administração parentes, em primeiro grau, de detentores de mandato político.

III – É vedado participar da administração membros que ocupem cargo de direção em outras entidades detentoras de outorga para exploração de serviços de radiodifusão ou distribuição de sinais de televisão mediante assinatura e outras congêneres.

#### Seção II – Assembléia Geral

ARTIGO 12 – A Assembléia Geral é constituída por todos os sócios, no pleno gozo de seus direitos.

Parágrafo primeiro – A Assembléia Geral reunir-se-á:

- I. Ordinariamente uma vez ao ano, na primeira quinzena do mês de fevereiro, para tomar conhecimentos dos relatórios e balanço das contas da Diretoria, discuti-los e vota-los, bem como, resolver sobre quaisquer assuntos de interesse social, salvo emendas e reformas do Estatuto.
- II. Extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocado pelo Presidente da Associação, por proposta da Diretoria, do Conselho fiscal ou a requerimento de no mínimo 1/3 (um terço) dos sócios.

Parágrafo segundo – As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Presidente, mediante edital fixado na sede da Associação por circulares, meios de comunicação existentes na comunidade atendida, ou outras, julgados necessários, com antecedência de no mínimo 5 (cinco) dias úteis..

Parágrafo terceiro.- As Assembléias Gerais, ordinárias e Extraordinárias deliberam em primeira convocação com a presença de metade e mais um dos sócios com direito a voto e em segunda convocação, após trinta minutos, com qualquer número de sócios presentes.

Parágrafo quarto – As Assembléias Gerais, serão extraordinárias sempre que os interesses da Associação exigirem o pronunciamento dos sócios e para os fins previstos em lei e nos seguintes casos:

- a) reforma dos Estatutos;
- b) eleição da nova Diretoria, por renúncia coletiva de seus membros em exercício.

ARTIGO 13 – Compete privativamente à Assembléia Geral:

- I – Aceitar e excluir associados;
- II – Eleger por voto direto os cargos da Diretoria e Conselho Fiscal da Associação;



- III – Aceitar o pedido de demissão voluntária de membros da Diretoria;
- IV – Dispor dos cargos, por razões justas e graves, dos membros da Diretoria;
- V – Tomar conhecimento e aprovar ou não as prestações de contas e demais atos da Diretoria;
- VI – Fixar as normas para admissão de patrocínio sob a forma de apoio cultural, de acordo com o art. 18 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998;
- VII – Aprovar o regimento interno da associação.

### Seção III – Da Diretoria Executiva

ARTIGO 14 – A Diretoria Executiva será composta dos seguintes cargos diretores:

- I. Presidente;
- II. Vice Presidente;
- III. Primeiro Secretário;
- IV. Segundo Secretário;
- V. Primeiro Tesoureiro;
- VI. Segundo Tesoureiro.

ARTIGO 15 – Compete a Diretoria:

- I – Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as deliberações da Assembléia Geral e Conselho Fiscal;
- II – Elaborar e apresentar anualmente à Assembléia Geral e Conselho Fiscal relatório circunstanciado de suas atividades, balanço patrimonial e prestação de contas do exercício findo;
- III – Orientar toda a administração da Associação;
- IV – Nomear o Conselho Comunitário;
- V – Apresentar ao Conselho Comunitário toda e qualquer programação da emissora.
- VI – Elaborar o Regulamento Interno da Associação, para apreciação e aprovação da Assembléia Geral.

### Subseção I – Da Competência Específica

ARTIGO 16 – São atribuições do Presidente:

- I. Os poderes da administração em geral, salvo os que neste Estatuto são conferidos à Assembléia Geral e Conselho Fiscal, necessário ao desenvolvimento de suas atividades na Associação;
- II. Representar ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente a Associação, podendo para tal fim designar procurador;
- III. Em conjunto com o Primeiro Tesoureiro, abrir, movimentar, encerrar contas bancárias, assinar convênios, contrair obrigações, empréstimos e transigir, desde que emitido parecer antecipado pelo Conselho Fiscal;
- IV. Tomar medidas urgentes em defesa da Associação;
- V. Presidir as Assembléias Gerais.

ARTIGO 17 – São atribuições do Vice-Presidente;

- I - Substituir o Presidente sempre que necessário;



II – Acompanha-lo, sempre que possível em suas atividades.

Parágrafo Único – Ocorrendo a vacância do cargo de Presidente, o Vice-Presidente assumirá o cargo de Presidente e nele permanecerá até o restante do prazo para o qual foi eleito o membro substituído.

ARTIGO 18 – São atribuições do Primeiro Secretário:

I – Secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e Assembléia Geral e redigir as competentes atas.

II – Publicar todas as atividades da Associação;

III – Assinar a correspondência da Associação;

IV – Superintender os serviços de secretaria;

V – Atuar como relações públicas da Associação.

ARTIGO 19 – São atribuições do Segundo Secretário:

I – Substituir o Primeiro Secretário sempre que necessário;

II – Acompanha-lo, sempre que possível em suas atividades.

ARTIGO 20 – São atribuições do Primeiro Tesoureiro:

I – Arrecadar e guardar sob sua responsabilidade todos os valores e pertences da Associação;

II – Manter em ordem e atualizado o patrimônio móvel e imóvel da Associação;

III – Cobrar e receber contribuições, donativos ou rendas devidas à Associação;

IV – Elaborar e apresentar o relatório patrimonial da Associação a Assembléia Geral e Conselho Fiscal;

V – Pagar todas as despesas, contas, obrigações, assinando com o Presidente os cheques e ordens de pagamento;

VI – Manter em ordem, clareza e atualizada a escritura contábil;

VII – Ter em mãos o valor relativo a um salário mínimo vigente, para as pequenas despesas e de pagamento imediato.

ARTIGO 21 – São atribuições do Segundo Tesoureiro:

I – Substituir o Primeiro Tesoureiro sempre que necessário;

II – Acompanha-lo, sempre que possível em suas atividades.

#### Seção IV – Do Conselho Fiscal

ARTIGO 22 – O Conselho Fiscal compor-se-á de 3 (três) membros efetivos, cada um dos quais com um suplente, eleitos a cada 5 (cinco) anos pela Assembléia Geral, podendo ser reeleitos, por mais um mandato.

ARTIGO 23 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – Fiscalizar a gestão financeira, sem interferência na aplicação do numerário;

II – Opinar sobre os balancetes mensais e o balanço anual, lançando sobre os mesmos o seu visto;

III – Reunir-se, ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente quando necessário.



#### CAPÍTULO IV

##### Do Conselho Comunitário

ARTIGO 24 – O Conselho Comunitário será constituído de no mínimo 5 (cinco) pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

*25 - DOS CRITÉRIOS PARA DEMISSÃO E EXCLUSÃO DOS ASSOCIADOS!*

#### CAPÍTULO V

##### Do Patrimônio

ARTIGO 26 – O patrimônio social será constituído das contribuições dos associados da Associação, doações, subvenções, patrocínios sob forma de apoio cultural conforme o artigo 18 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

ARTIGO 27 – A alienação, hipoteca, penhor, venda ou troca dos bens patrimoniais da Associação somente poderá ser decidida por aprovação da maioria absoluta da Assembléia Geral Extraordinária, convocada especificamente para tal fim.

#### CAPÍTULO VI

##### Do Exercício Social

ARTIGO 28 – O exercício social terá a duração de um ano, terminando em 31 de dezembro de cada ano.

ARTIGO 29 – No fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar com base na escrituração contábil da Associação, um balanço patrimonial demonstração de resultado do exercício e uma demonstração da origem e aplicações de recursos.

#### CAPÍTULO VII

##### Da Liquidação

ARTIGO 30 – A Associação poderá ser extinta por deliberação da maioria absoluta dos associados, em qualquer tempo, desde que seja convocada uma Assembléia Geral Extraordinária para tal fim.

Parágrafo único – A Associação também poderá ser extinta por determinação legal.

ARTIGO 31 – No caso da extinção, competirá à Assembléia Geral Extraordinária estabelecer o modo de liquidação, nomear o liquidante, assim como o Conselho Fiscal, que permanecerão funcionando durante o período de liquidação.



ARTIGO 34 - Em caso de extinção da Associação, os bens serão doados a entidades congêneres, a partir de deliberação da Assembléia Geral em reunião extraordinária, observado o quanto disposto no artigo 61 do Código Civil.



### CAPÍTULO VIII

#### Disposições Gerais e Transitórias

ARTIGO 32 - Os casos omissos neste Estatuto serão sanados pela Diretoria Executiva e encaminhados à Assembléia Geral, para apreciação e aprovação.

ARTIGO 33 - A Associação não remunerará membros fundadores, honorários, contribuintes, participantes da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário pelo exercício de suas atribuições, não lhes distribui dividendos, lucros, vantagens e bonificações sob qualquer forma ou pretexto.

ARTIGO 34 - A Associação poderá efetuar alterações em seu ato constitutivo e modificar a composição de sua diretoria, sem prévia anuência do Poder Concedente, respeitados os limites impostos pelo artigo 13 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

ARTIGO 35 - Fica eleito o foro da Comarca de Miguel Calmon, Estado da Bahia, para qualquer ação fundada neste Estatuto.

Miguel Calmon, 22 de setembro de 2006.

*Jair Gomes da Silva*  
Jair Gomes da Silva  
Presidente

João Souza Dias  
Advogado - OAB 12498

*Jair Gomes da Silva*  
*João Souza Dias*  
*José Emanoel Souza*

*Valdira Miranda de Carvalho*  
*Ernesto Hernandes Costa*  
*Altamir Plutino Silva*  
*Jailson Lago de Oliveira*  
*Odontônio Ferraz Silva*

*João Ricardo Reis Soares*

*Telma de Oliveira Silva Reis*

Cartório Registro Civil das Pessoa  
Juridicas - Miguel Calmon - Ba

SECEM das Comunica  
P. 25  
R. 25  
S. 25

Jose Francisco Ferreira  
Rilda Santos Requiao  
~~REQU~~

~~Miguel~~

Luciano Marcelo Muniz

Paulo Oliveira

Jose Moises de Oliveira

ANOTAÇÃO	
Protocolo página	137 nº 3.031
Apresentado hoje das	8:00 às 14:00 horas
Registro Lv. A-07	fls. 198 nº 742 de adm
Miguel Calmon	01 de dezembro 2006
Oficial	Maria Edna Rocha Pereira

Daj. nº 676497

Cadastro nº 801.773-5  
COMARCA DE MIGUEL CALMON - BA

RELATÓRIO

O CONSELHO COMUNITÁRIO DA RÁDIO CANABRAVA FM 87,9. VEM ACOMPANHANDO A PROGRAMAÇÃO DA R D FM.

EM CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE, ESTÁ ACOMPANHANDO TODA A GRADE DE PROGRAMAÇÃO. NÃO TENDO DURANTE ESTE PERÍODO, NADA QUE DESABONE SEU FUNCIONAMENTO.

MIGUEL CALMON, 16 DE MAIO, ANO 2012

ERASMO OLIVEIRA MIRANDA



JOÃO ALVES DE JESUS



DALVA ALMEIDA SILVA



ANTONIO LEAL JUNIOR



VALDIR SANTANA



RELAÇÃO DOS NOMES DOS ASSOCIADOS DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE MANTENEDORA DA RÁDIO  
CANABRAVA FM, 87.9, MIGUEL CALMON, BAHIA

1\* JAIR GOMES DA SILVA

Nº 14 22 02 44 -40

SSP/Ba

RES.D. AV. ODONEL MIRANDA RIOS, 319

CIDADE: MIGUEL CALMON-Ba

2\* ANTONIEL ALVES,

RG. Nº 55 11 86 4

SSP/Ba

RES.D: RUA DA PEDREIRA-415

CIDADE: MIGUEL CALMON Ba

3\* MÁRIO AUGUSTO DA SILVA MACHADO

RG. Nº 0 42 25 31 28 6

SSP/Ba

RED: RUA DURVALINA MIRANDA, Nº 79

CIDADE: MIGUEL CALMON- Ba

4\* CÉLIO HERMÂNIO PEREIRA

RG. Nº 20.264.998 -96

SSP/Ba

RSID: RUA SECUNDA ROSA SANTOS-109

CIDADE: MIGUEL CALMON -Ba

5\* REGINALDO GREGÓRIO DA SILVA

RG. Nº 022 61 34 12 1

SSP/Ba

RES.D: RUA BENJAMIM CONSTANTE, 232

CIDADE MIGUEL- CALMON- Ba





6\*JOSÉ FERNANDINHO PEREIRA

RG:Nº 10 37 76 -6 SSP/Ba.

RESID: RUA SERAFIM BARRETO -Nº53

CIDADEA MIGUEL CALMON Bª

7\*VICENTE MUSSOLINE MICUCCI

RG.Nº37 57 07 -22 SSP-Bª

RESID:PRAÇA LAURO DE FREITAS,33

CIDADE: MIGUEL- CALMON -Bª

8\*JOSÉ MORAIS DE OLIVEIRA

RG: Nº02 26 12 90 -47-SSP/Bª

RUA : ALTO SANTO ANTONIO,204

CIDADE MIGUEL CALMON -Bª

9\*TOLENTINO FERREIRA DA SILVA

RG: Nº 14 86 532-SSP/Bª

RESID: RUA DR. ANTONIO DE OLIVEIRA,249

CIDADE MIGUEL CALMON-Bª

10\*VALTERNEI OLIVEIRA SILVA

RG.08 60 20 52 -82.SSP/Bª

RESID: AV RONAN OLIVEIRA MOTA,823-

MIGUEL CALMON Bª

11\*JOÃO NICOLAU RIOS VALOIS

RG.Nº01 54 8791-18 SSPBª

RESID:RUA ALTO SANTO ANTONIO,248

MIGUEL CALMON -Bª



**12\*PAULO JOSÉ SAMPAIO DE FARIAS**

**RG.Nº 133.905 , SSP-AL**

**RES.D. RUA BENJAMIM CONSTANTE,142**

**MIGUEL CALMON Bª**

**13-BEATRIZ BARBOSA SAMPAIO DE FARIAS**

**RG.Nº 145 286 ,SSP/AL**

**RED:RUA BEJAMIN CONSTANTE,142**

**MIGUEL CALMON -Bª**

**14\* MARIA ELÊNA GONÇALVES**

**RG.Nº13 96 871 SSP/Bª**

**RESID.: RUA QUINTINO BOCAIUVA,61**

**CIDADE MIGUEL CALMON –Bª**

**15\*ERNESTO HERMONGENS COSTA**

**RG. 66 56 85 SSP/Bª**

**RESID : AV. JOÃO SAHAGUM Nº 21**

**CIDADE MIGUEL CALMON -Bª**

**16\*JAILSON LAGO DE OLIVEIRA**

**RG.Nº02 26 13 03-04 SSP/Bª**

**RED:POVOADO:AGUA BRANCA**

**CIDADE DE MIGUEL CALMON Bª**

**17\*MARIA DA SOLIDADE ALMEIDA COELHO**

**RG:Nº01 03 67 49-77.SSP/Bª**

**RESID:RUADO IPIRANGA Nº44**

**CIDADE MIGUEL CALMON Bª**

18\*CLOVIS MIRANDA RIOS

RG.8 97 861 SSP/Bª

RESID:RUA JOÃO RIOS DE MIRANDA,650

CIDADE MIGUEL CALMON Bª

19\* TELMA DE OLIVEIRA RIOS

RG.Nº1.671.539.00 SSP/Bª

RESID: RUA JOÃO RIOS DE MIRANDA, 650

CIDADE MIGUEL CALMON-Bª

20\*SOLON DE OLIVEIRA RIOS

RG.00 69 10 52-19SSP/Bª

RESID: PRAÇA 15 DE NOVEMBRO,12

CIDADEMIGUEL CVALMON -Bª

21\*PAULO OLIVEIRA

RG. 01 48 64 49-53 SSP/Bª

RUA: IPIRANGA,294

CIDADE MIGUEL CALMON -Bª

22\*VALDIRA MIRANDA CARVALHO

RG.16 07 27.56-19 SSP/Bª

RESID: PRAÇA FRANCISCO FELIX,46

CIDADE: MIGUEL CALMON-Bª

23\*HILDA SANTOS REQUIÃO

RG: 00665 660/96 SSP/Bª

END: AV.JOSÉ OTAVIO DE SENA

MIGUEL CALMON- Bª

24\*JOSÉ CARLOS ARAUJO DOS SANTOS

RG.1888970/03 SSP/Bª

BªAV.TENENTE JOSÉ OTAVIO DE SENA,351 MIGUEL CALMON Bª

M. das Comun.  
Fe. 31  
Rúbrica



**CREA-BA**

Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia da Bahia

**ART BA2012.059248**

NÚMERO CREA-BA : MG000000044719-000568

Anotação de Responsabilidade Técnica

Representação Numérica :

10492.34758 71000.200247 01205.924838 4 53400000004000

BOLETO DE COBRANÇA BANCÁRIA - RECIBO DO SACADO

Sacado :

**MÁRCIO RODRIGUES**

Registro :

**CREA Nº MG44719**

Agência / Código Cedente

0064/234757-1

Data de Emissão

10/05/2012

Nosso Número

24000002012059248-5

Data de Vencimento

21/05/2012

Valor do Documento

R\$ 40,00

**ATENÇÃO**

O INÍCIO DA ATIVIDADE TÉCNICA SEM A QUITAÇÃO DO VALOR DA ART,  
ENSEJARÁ ÀS SANÇÕES LEGAIS CABÍVEIS

\* A QUITAÇÃO DESDE DOCUMENTO DE COBRANÇA SE DARÁ, AUTOMATICAMENTE, NO DIA SEGUINTE AO PAGAMENTO.

\* GUARDE ESTE RECIBO. ELE É A ÚNICA FORMA DE COMPROVAR O PAGAMENTO DA SUA ART.

Autenticação Mecânica

CAIXA  
Loterias CAIXA  
Loterias CAIXA  
CAIXA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA: sorteios de segunda-feira a sábado, Ap

132-713802565-4

11/MAI/2012

HORA DF 17:05:29

DT. 03.10574-9

TERM 019500

LOCALIDADE: MIGUEL CALMON

AG. VINCULADA: 0634

COMPROVANTE PAGAMENTO DE  
BLOQUETO CAIXA

CODIGO DO CEDENTE: 234757

NOSSO NÚMERO: 24000002012059248

DATA DE VENCIMENTO: 21/05/2012

VALOR DO PAGAMENTO: 40,00

1049234758 71000200247  
01205924838 4 53400000004000

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA - 0800 725 7474  
Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

132-713802565-4

CAIXA DO CLIENTE

erias CAIXA  
Loterias CAIXA  
Lote

**CREA-BA**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia da Bahia**ART BA2012.059238**

NÚMERO CREA-BA : MG000000044719-000567

Anotação de Responsabilidade Técnica

Representação Numérica :

10492.34758 71000.200247 01205.923863 2 53400000004000

BOLETO DE COBRANÇA BANCÁRIA - RECIBO DO SACADO

Sacado :

**MÁRCIO RODRIGUES**

Registro :

**CREA Nº MG44719**

Agência / Código Cedente

0064/234757-1

Data de Emissão

10/05/2012

Nosso Número

24000002012059238-8

Data de Vencimento

21/05/2012

Valor do Documento

**R\$ 40,00****ATENÇÃO**

O INÍCIO DA ATIVIDADE TÉCNICA SEM A QUITAÇÃO DO VALOR DA ART,

ENSEJARÁ ÀS SANÇÕES LEGAIS CABÍVEIS

\* A QUITAÇÃO DESDE DOCUMENTO DE COBRANÇA SE DARÁ, AUTOMATICAMENTE, NO DIA SEGUINTE AO PAGAMENTO.

\* GUARDE ESTE RECIBO. ELE É A ÚNICA FORMA DE COMPROVAR O PAGAMENTO DA SUA ART.

Autenticação Mecânica

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, Ap

131-660571061-8

10/MAI/2012

HORA DF 16:12:42

LOT. 03,10574-9

TERM 019651

LOCALIDADE: MIGUEL CALMON

AG. VINCULADA: 0634

COMPROVANTE PAGAMENTO DE  
BLOQUETO CAIXA

CÓDIGO DO CEDENTE: 234757

NOSSE NÚMERO: 24000002012059238

DATA DE VENCIMENTO: 21/05/2012

VALOR DO PAGAMENTO: 40,00

1049234758 71000200247  
01205923863 2 53400000004000

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA - 0800 725 7474  
Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

131-660571061-8

IA DO CLIENTE



Cartório do Registro Civil das Pessoas  
 Jurídicas

**REGISTRADO**

Miguel Calmon - Bahia

Ata da Eleição para a Diretoria Executiva da Associação  
 Comunitária Calmonense - ACC e Posse em seguida.  
 Aos seis dias de julho de dois mil e onze, às 20:00 horas, no "Sa-  
 lão São José", situado na Praça Rui Barbosa, nesta cidade, reünem-  
 se os sócios fundadores da ACC para a eleição, proclamação da  
 chapa e posse da Diretoria Executiva com 'mandato 2011/2012'. O  
 atual presidente em exercício, senhor Jair Gomes da Silva dá início  
 ao trabalho observando o tempo marcado para a segunda con-  
 vocação; pede licença para que fossem lidas as atas (duas) de  
 reuniões anteriores. Indica a senhora Beatriz para lê-las, o que  
 foi feito em seguida. A primeira ata foi aceita e aprovada sem  
 comentários, mas a segunda ata, por tratar da reunião em que  
 houve a manifestação popular, foi questionada pela professora  
 Hilda Pequião sobre uma posição dela na reunião citada, quan-  
 do ela se referiu ao "outro lado político", esclarecendo suas colo-  
 cações. Nesse ínterim - o senhor Fernandino fez uma indagação  
 a professora Hilda referente ao que ela havia dito sobre o tem-  
 a do "coronelismo". Hilda pede licença ao presidente o direito de  
 resposta, contudo não foi concedido. O senhor Dr. Vilobaldo escreve-



e também o seu posicionamento relativo as palavras da professora Bilda. A secretária Maria Aurora fala sobre a ata explicando que não pode ouvir tudo com clareza em virtude do barulho dos manifestantes. O senhor Reginaldo pede para que as reuniões sejam "gravadas" como em outros lugares, pois assim facilita o trabalho do secretário na lavandura da ata, tirando quaisquer dúvidas. Jailson comenta sua posição em relação à ordem das falas contidas na ata, dizendo ter sido ele o primeiro se colocar, mas aceitou, finalmente. O senhor Valternei explica que o salão Lénex havia sido disponibilizado após a catequese, que o Dr. Vildardo chamou todos para descerem, mas muitos permaneceram onde estavam. Nesse instante o Senhor Vicente Micucci apresenta as parabenizações à secretária Aurora, fala sobre a fidelidade aos fatos registrados dizendo que ela foi "sábia". Complementando, a professora Beatriz acode as palavras de Vicente como suas e acrescenta que ela não conseguiria escrever duas linhas diante do tumulto e barulho. Enfim, decidiu-se assinar a segunda ata, compreendendo-a verdadeira e fiel. Acontece as assinaturas em clima saudável e após a conclusão, o presidente apresenta a chapa - ÚNICA e esclarece que a senhora Telma Rios era candidata a vice-presidente, mas estando ausente e não sendo encontrada pelo telefone celular, foi substituída pelo sócio, senhor Antoniel Alves. Ficando assim composta: Jair Gomes da Silva - presidente; Antoniel Alves - vice-presidente; Mário Augusto Machado - primeiro secretário; Célio Ermânio Pereira - segundo secretário; Reginaldo Gregório da Silva - primeiro tesoureiro; José Fernando Pereira - segundo tesoureiro. Acontece a votação com a aceitação por unanimidade. O presidente dá dois minutos para cada sócio expor suas ideias. Primeiro, fala a professora Bilda explicitando sua admiração e respeito pelo presidente e diz que apesar de muita gente achar que a pessoa idosa não serve mais à sociedade, ela sabe do quanto ele é necessário e útil, e conhece a dedicação dele desde o tempo da fundação da emis-



sera. E dirigindo-se a Fernandino diz que em outra oportunidade quer dar a resposta que ficou no ar, contudo não só na presença de outras pessoas. Agora começa a falar o senhor Reginaldo lembrando dos trabalhos realizados no início da fundação da FM e de quando ele era diretor de programação da cidade que teve, quando saiu, em deixar pessoas treinadas por ele próprio, gente capaz. Acrescenta ainda que essas pessoas sejam empregadas na luta para que a emissora seja bem ouvida, pois ele acha que o antigo DCC era mais ouvido que a rádio atualmente. Pede para que "todos" repensem na programação para a FM crescer e tenha mais abrangência. agradece a todos disponibilizando-se a trabalhar bem para atingir seus objetivos. Nesse momento o Senhor Valternei começa também sobre a qualidade da programação não importando que a emissora seja comunitária ou não; o que conta é mesmo uma boa programação. O secretário (segundo), o senhor Célio Ermânio, fala sobre o comentário de Reginaldo, dizendo não concordar com a parte em que foi dito que a rádio não é bem ouvida. Concorda que a programação deve ser melhorada, diz até que já melhorou bastante. Complementando Maria Solidade diz que a FM é comunitária e por isso mesmo deve ser administrada por pessoas de conhecimento, que a amem e que por ela lutem. E conclui assim: "Nós aprendemos a andar, a aprender a nadar, mas muitas vezes não aprendemos a viver como irmãos". O senhor José Araújo manifesta-se lembrando das dificuldades passadas e hoje as finanças estão equilibradas, da colaboração dos comerciantes e deseja boa sorte aos tesoureiros recém-eleitos e agradece pela confiança em todo tempo que permaneceu na diretoria. Gilmária começa a agradecer a todos pelo apoio e fala também da programação dizendo que <sup>alguns</sup> apresentadores cometem deslizes ao falar e que é preciso melhorar. Novamente agradece ao "irmão" Jair e toda diretoria. Facultada a palavra ao Sr. Filobaldo, ele afirma que gostou da "chapa" e estava presente para



rotar. O presidente agradece as manifestações de apreço, fala da FM Canabara dizendo que nesse tempo já vivido, seu é o papel da emissora vendo que as pessoas estão mais evangelizadas e o tanto que a emissora tem ajudado a comunidade. Agradece mais uma vez a todos pelo respeito pela colaboração, pois sente a boa vontade dos sócios de ver a emissora evoluir, que a maioria deixa suas casas e conforto para se fazer presente. Cita o nome de "Pintinho, Clóvis Rios, pelo apoio dado, cita também o nome de muitos companheiros de luta como o de Vicente Micucci, de Reginaldo, de José Araújo, Solidade, Reatiz, Dr. Rubens, Neta, Vilobaldo e sim, etiza" — a todos, enfim. Nesse momento, Mário Augusto — seu secretário, usa a palavra falando do seu início na emissora, do seu programa — "O Espaço do Povo" que o povo participante e se acha o dono do programa. Acrescenta lançando um desafio. Para saber se realmente a emissora é bem vivida basta fazer uma pesquisa perguntando ao povo. O presidente retoma a palavra e fala do trabalho voluntário de Dr. Vilobaldo, da ajuda no momento certo e novamente o agradece. Gilmávia interrompe dizendo que acha que trabalho voluntário é aquele sem nenhuma remuneração, que voluntário na emissora como apresentador só tem mesmo o senhor Vicente Micucci, que os demais são remunerados mesmo sendo um salário pequeno. O senhor Vicente comunica com pesar que vai se afastar de seu cargo no Conselho Fiscal por motivo de saúde e que seu afastamento até vai ser melhor para o presidente. Diz também que deve haver uma boa gestão voltada para a "transparência", que todos têm valores, mas há uma evidente desarmonia e pede para que todos façam um esforço para que reine a concórdia. O Tesoureiro eleito, senhor Reginaldo, pede uma reunião o mais rápido possível para saber como realmente está a situação da rádio. Hilda fala pedindo para haver mais reuniões dos sócios para que fossem discutidos os problemas em conjunto. Retoma Reginaldo sua fala, dizendo que



*Quilbe*

das Comunicações  
135  
1995

deve haver mais abertura dando capacidade de escolha e união na nova diretoria a partir de "hoje", todos visando apenas a evolução e o bem da emissora. A senhora Maria Aurora fala da responsabilidade dos sócios em relação à programação, que muitas pessoas criticam, falam dos erros de Português às vezes sem saber que quem escuta é um sócio e lamenta os comentários desagradáveis, por isso acha necessário os sócios falarem o que escutam da comunidade. O presidente é favorável ao pedido que convocará os associados dentro em breve. Sem mais nada a tratar, o presidente convoca todos para um oração de agradecimento ao Pai e reza-se um Pai Nosso e uma Ave Maria. O eu, Reatiz Barboza Sampaio de Farias lavrei a presente ata que após a leitura, apreciação e comprovada sua veracidade será assinada por mim, pela Diretoria e associados presentes na reunião. Miguel Calmon, seis de julho de dois mil e onze. Em Sento acrescento um pronunciamento de Nário Augusto que se expressou assim quando usou da palavra: "Que muitos apresentadores se acham donos dos programas, sendo que os mesmos pertencem à Rádio". Assim retificado, assino. Reatiz Barboza Sampaio de Farias.

Jair Gomes da Silva, Antenor Alves, Mano Augusto Simões, Rogério da Silva, José Francisco Pereira, Wilson Lago de Oliveira, Volúvio Ferraz da Silva, João Ricardo dos Reis e Alair, José Carlos Araújo dos Santos, Maria da Solidade Almeida Coelho, Maria Aurora Coelho Vieira dos Anjos - João Ademir Nunes dos Anjos - José Manoel de Oliveira, Thelma Lúcia Mendes, Célio Ezequias Pereira, Valmir Costa da Silva, Alcegaú.

Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
Miguel Calmon - Bahia

ANOTAÇÃO	
Protocolo página	231 nº 3.829
Apresentação feita às	08:00 às 14:00 horas
Registro Lx.	A-10 Fls. 07v nº 1.217
Miguel Calmon	27 de setembro de 2011
Oficial	Maria Edna Rocha Pereira
MARIA EDNA ROCHA PEREIRA	

pat - 3385AB

Cadastro nº 801.773-5  
COMARCA DE MIGUEL CALMON - BA



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>01.867.420/0001-32</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>28/05/1997</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO COMUNITARIA CALMONENSE</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO CANABRAVA FM</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>PC RUI BARBOSA</b>	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP <b>44.720-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>SEDE</b>	MUNICÍPIO <b>MIGUEL CALMON</b>	UF <b>BA</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>28/07/1998</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **10/05/2012** às **11:01:57** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CALMONENSE**  
**CNPJ: 01.867.420/0001-32**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 04:28:53 do dia 01/05/2012 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/10/2012.

Código de controle da certidão: **68EE.EAFC.FDC8.4DC6**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

29/03/2012 - BANCO DO BRASIL 10:31:23  
109615648 0028  
OUVIDORIA BB 0800 729 5678  
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS



BANCO DO BRASIL S.A.

00194569/94500113655052002017/21925289000000000000  
NOSSO NUMERO 50011365552002017  
CONVENIO 004569/4  
FISTEL - TX DE FISCALIZ E FUNC  
AGENCIA/COD. CEDENTE 1607/00333218  
DATA DE VENCIMENTO 02/04/2012  
DATA DO PAGAMENTO 29/03/2012  
VALOR DO DOCUMENTO 66,00  
VALOR COBRADO 66,00

NR. AUTENTICACAO F. B6C. 903.384. B0A. 06B  
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO.  
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

### 1º Boleto - TFF

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL		Data do Processamento 15/02/2012	VENCIMENTO 31/03/2012
Contribuinte: ASSOCIACAO COMUNITARIA CALMONENSE		Nosso Número (Nº Fistel-Seq-DV) 50011365552-0020-17	
(=) Valor do Documento 66,00	(*) Mora/Multa/Juros	(*) Outros Acréscimos	(=) Valor Total

Autenticação Mecânica

Recibo do Contribuinte

### ATENÇÃO:

OS BOLETOS DEVEM SER PAGOS EM SEPARADO, POIS CADA CÓDIGO DE BARRA É ESPECÍFICO A UM TRIBUTO

#### 1. INFORMAÇÕES

Rádiodifusão Comunitária - Código - 231  
- Quantidade de estações referente ao ano 2011:  
A-TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1

Referência: BA - Miguel Calmon

#### 2. MENSAGEM

29/03/2012 - BANCO DO BRASIL 10:30:48  
109615648 0027  
OUVIDORIA BB 0800 729 5678  
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

0019367234050011365545200211121045289000000000000  
NOSSO NUMERO 50011365552002111  
CONVENIO 00367230  
AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNI  
AGENCIA/COD. CEDENTE 1607/00333018  
DATA DE VENCIMENTO 02/04/2012  
DATA DO PAGAMENTO 29/03/2012  
VALOR DO DOCUMENTO 10,00  
VALOR COBRADO 10,00

NR. AUTENTICACAO F. 129.46F.2AB. A7F. F29  
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,  
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.



Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços

Esplanada dos Ministérios

Bloco R- 3º Andar - Sala 300

Anexo Oeste-

Brasília - D.F.

70 040 - 009





Rem: Rádio Comunitária Calmonense.

Rua Rui Barbosa s/n, Miguel Calmon - Bº

CEP: 44720-000



**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM**



### Identificação do Processo

Número: 53000.024276/2012

Localidade/UF: MIGUEL CALMON/BA

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA CALMONENSE

Aviso: 0 Canal: 0

### Processo

1. Entregou documentação tempestivamente?	Sim
---	-----

### Check List

2. Apresentou cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas	Sim
3. Apresentou documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no	Sim
4. Apresentou Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro	Sim
5. Apresentou declaração constante do Anexo 14 da Norma 1/2011, assinada pelo	Sim
6. Apresentou declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as	Sim
7. Apresentou último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item	Não
8. Apresentou relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o	Sim
9. Apresentou comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente	Não
10. Apresentou certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel?	Não
11. Apresentou laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de	Não
12. Apresentou declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando	Sim
13. Apresentou Laudo de Vistoria Técnica, elabora por engenheiro habilitado (Anexo 13	Não

### 15. Conclusão Geral (Parecer Técnico)

Encaminhado para análise técnica.

### 16. Conclusão Geral (Parecer Jurídico)

A entidade deverá encaminhar a seguinte documentação:

- I. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
- II. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, mediante apresentação dos seguintes documentos:
  - a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;
  - b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;
  - c. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento, Certificado de reservista, título de eleitor, desde que acompanhado da cédula de identidade, carteira profissional, certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos ou escritura pública de emancipação).

IV. Cópia do CPF de todos os dirigentes.

V. Comprovante de residência de todos os dirigentes.

VI. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço.

VII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso.

VIII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

IX. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta Norma, sobre a programação veiculada pela emissora;

É o Relatório.

  
Natália Froemming



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 0883/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências.**

Referência: Processo nº 53000.024276/2012

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de pedido de renovação de outorga protocolado sob nº 53000.024276/2012-91 encaminhado pela **Associação Comunitária Calmonense**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Miguel Calmon / BA**.

---

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

II. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses; e

c. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento, Certificado de reservista, título de eleitor, desde que acompanhado da cédula de identidade, carteira profissional, certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos ou escritura pública de emancipação), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e" e subitem 8.4, alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f" e "g" da Norma nº 1/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de acordo com o disposto nos subitens 8.4.1 e 8.4.2.



IV. Cópia do CPF de todos os dirigentes, de acordo com o subitem 8.1, alínea “j” da Norma nº 1/2011.

V. Comprovante de residência de todos os dirigentes, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “k” da Norma nº 1/2011. Caso o documento encaminhado não esteja em nome do dirigente, deverá ser encaminhada a comprovação do vínculo existente entre ele e o titular do comprovante.

VI. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com o subitem 8.1, alínea “i”, da Norma nº 1/2011.

VII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso, de acordo com o subitem 8.1, alínea “f”, subalínea “f.”, da Norma nº 1/2011.

VIII. Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “f”, subalínea “f.2”, da Norma nº 1/2011.

IX. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta Norma, sobre a programação veiculada pela emissora;

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

## CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

5. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

À consideração superior.

Brasília, 19 de março de 2013.

  
NATÁLIA FROEMMING  
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 0883/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 26 de março de 2013.

  
SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF  
Telefone: (61) 3311-6281



Ofício nº 10 38 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 26 de março de 2013.

Ao Senhor

**JAIR GOMES DA SILVA**

Representante Legal da Associação Comunitária Calmonense

Praça Rui Barbosa, s/nº, Centro

44.720-000 Miguel Calmon – BA

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº. 53000.024276/2012.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.024276/2012**, na localidade de **Miguel Calmon / BA**, no qual essa Entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária requer Renovação de Outorga, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **0883/2013**, que indica pendências passíveis de saneamento pela entidade.

2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito será indeferido e o processo será encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com vistas à extinção da Autorização outorgada à requerente.

3. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



NOME OU RAZÃO SOCIAL	<b>Of. 1038 /2013/CGRC/SCE-MC</b>
ENDEREÇO / ADRE	<b>53000.024276/12</b>
CEP / CODE POSTAL	<b>JAIR GOMES DA SILVA</b> <b>ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE</b> <b>PRAÇA RUI BARBOSA: S/Nº, CENTRO</b> <b>44.720-000 MIGUEL CALMON - BA</b>

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION	NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
	<input type="checkbox"/> PRIORITARIA
	<input type="checkbox"/> EMS
	<input type="checkbox"/> SEGURADO / DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON	CARIMBO L. UNIDADE DE BUREAU DE	REGISTRO DE ENTREGA / REGISTRATION
<i>[Handwritten Signature]</i>	<b>08/04/13</b>		

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR	
<b>JAIR GOMES DA SILVA</b>	

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MARCA DO EMPREGADO / SIGNATURE DE
<b>CPF 05260135-04</b>	<b>Antônio Renato C. Miranda</b> <b>Ag. Correios Dist. e Coleta</b> <b>MAR 28 2013</b>

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE POUR LE VERSO	
--	--



<b>AVISO DE RECEBIMENTO</b>	<b>AR</b>
<b>AVIS L. 07</b>	

RQ 234117 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT	
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT	<b>AGÊNCIA MOCOM</b>

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON		
1	2	3
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA	
<b>MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES</b> <b>Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica</b> <b>Departamento de Outorga de Serviços</b> <b>Esplanada dos Ministérios, Bloco R,</b> <b>Ed. Anexo Ala Oeste sala 300</b> <b>70044-900 Brasília-DF</b>	
UF	<b>BRASIL</b>

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR	
----------------------------------	--

--	--	--	--	--	--	--





**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE**

**RÁDIO CANABRA FM 87,9**

**PRAÇA RUY BARBOSA, Nº24, MIGUEL CALMON BAHIA**

**TEL (74)3627 21 62 MSN: [recfm2009@hotmail.com](mailto:recfm2009@hotmail.com)**

**Ao**

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária**

**BRASÍLIA - DF**

**ASSUNTO : RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE  
RADIODIFUSÃO ATRAVÉS DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE**

**Senhor coordenador,**

Em atenção ao seu Ofício nº 1038/2013/CGRC/SCE-MC, de 26 de março de 2013, atinente ao processo 53000.024276/2012 (Miguel Calmon - BA), encaminhamos a documentação cobrada na Nota Técnica nº 0883/2013/CGRC/SCE-MC. A respeito, a declaração enunciada no inciso VI da Nota Técnica já citada (Parte da Análise) - Declaração de comprometimento das normas estabelecidas pra o Serviço - está sendo remetida sem a assinatura de 3 (três) componentes por estarem eles ausentes, já há alguns dias em cidades distantes, sem o possível acolhimento das assinaturas. Nada obstante, devido ao tempo exíguo para remessa da documentação, não querendo que o andamento dos serviços seja prejudicado, solicitamos um pequeno prazo de 15 (quinze) dias para remetermos uma declaração complementar com as assinaturas dos faltosos. Cientes de contar com a compreensão que, acreditamos, seja peculiar a essa Coordenação, ratificamos nosso propósito de encaminhar a referida declaração dentro do prazo solicitado.

**Miguel Calmon (BA) 06 de maio de 2013**

**JAIR GOMES DA SILVA**

  
**PRESIDENTE:**

*Seanc  
12/11*





## RELATÓRIO SOBRE OS PROGRAMAS EXIBIDOS NA EMISSORA

### IDENTIFICAÇÃO:

NOME DA ENTIDADE: RÁDIO COMUNITARIA CANABRAVA FM 87,9

ENDEREÇO: PRAÇA RUI BARBOSA S/Nº-CENTRO, CEP 44720 000-MIGUEL CALMON BAHIA.

TELEFONE-(74) 3627 2162 [EMAIL.RCCFM2009@HOTMAIL.COM](mailto:EMAIL.RCCFM2009@HOTMAIL.COM)

### INTRODUÇÃO:

Os programas apresentados por esta emissora cumprem os compromissos firmados nas normas estabelecidas, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

O programa religioso tem como objetivo evangelizar nosso povo, sem discriminação de Raça, credo ou posição social, o da CULTURA desperta a descoberta de talento nos dons apresentados pelo artista local, ESPORTE divulgação dos eventos esportivos em nosso município trazendo reconhecimento de atletas nas várias modalidades esportivas, ENTRETENIMENTO E INFORMAÇÃO. Programa de característica musical e informativo que atrai o público jovem e a dona de casa pelo gosto musical e informativo, além do noticioso que traz uma informação de tudo que acontece no mundo e principalmente em nosso município, tornado se nosso povo politizado e conhecedor dos seus direitos diante das vária entrevistas aqui apresentado.

Á Rádio trouxe para esta comunidade um novo despertar de conhecimento e informações que tornou se um grande patrimônio cultural para toda área que escutam as onda sonoras da Radio Comunitária Canabrava Fm 87,9

MIGUEL CALMON 25/ Abril/ 2013

### CONSELHO COMUNITÁRIO DA RADIO CANABRAVA FM 87,9

* José Roberto Martins Lopes	RG 876 306 SSP PB
* André Miranda Dantas	RG 01396829-70
* João Luiz Lima	RG 2959857-55
* Francisco Artur Augusto	RG 1.013.188-47
* Emílio e Miranda Silva	RG 06899439-29



MARIA AUGUSTA MIRANDA DE ARAUJO  
SUBSTABELA DESIGNADA  
COMARCA DE MIGUEL CALMON-BA

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE**  
**RÁDIO COMUNITÁRIA CANABRAVA FM 87,9**



**DECLARAÇÃO**

Todos os dirigente residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme parágrafo único do artigo 7º da lei 9612 de 19 de Fevereiro de 1988.

A entidade não é executante de qualquer outra modalidade de serviço de Rádiodifusão, inclusive comunitária, ou qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão por assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados pessoas que nessas condições participem de outra entidade de outorga para execução de qualquer serviço mencionado.



**JAIR GOMES DA SILVA**  
Presidente

Miguel Calmon, 06 / 05 / 2013



## ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE

### DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA.

Nós na qualidade de dirigentes da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE declaramos para devido fins, que nos comprometemos a cumprir o regulamento da norma 1/2011 do serviço de RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA.

Presidente.

Jair Gomes da Silva \_\_\_\_\_

Vice presidente.

Antoniél Alves \_\_\_\_\_

Diretor tesoureiro.

Reginaldo Gregório da Silva \_\_\_\_\_

Diretor secretário.

Mário Augusto da S. Machado \_\_\_\_\_

Diretor 2º secretário.

Célio Ermânio Pereira \_\_\_\_\_

Diretor 2º tesoureiro.

José Fernandino Pereira \_\_\_\_\_

Miguel Calmon, 05 / maio / 2013



	<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b> <b>Guia de Recolhimento da União - GRU</b>	Código do Recolhimento	11329
		Número (NRO) de Referência - FISTEL	5001136555200132
Nome do Contribuinte/Recolhedor: ASSOCIACAO COMUNITARIA CALMONENSE		Competência	
Endereço: PRACA RUI BARBOSA, S/N - CENTRO - CENTRO - 44720000 - Miguel Calmon/BA			
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-SEDE		Vencimento	31/03/2010
1. Informações		CNPJ/CPF	01867420000132
Multa: R\$ 0,87 Juros: R\$ 1,27		Contribuinte	
- Não conceder desconto/abatimento/dedução		Unidade Favorecida	413013/41231
- <b>Valor calculado para pagamento até : 30/04/2013</b>		(=) Valor do Principal	4,34
Outro boleto poderá ser obtido no site: <a href="http://sistemas.anatel.gov.br/boleto">http://sistemas.anatel.gov.br/boleto</a>		(-) Descontos/Abatimento	*****
		(-) Outras deduções	*****
		(+) Mora/Multa	0,87
		(+) Juros/Encargos	1,27

*Totop 6,48*

[http://sistemas.anatel.gov.br/Boleto/Internet/Monta\\_Boleto.asp?Fisteis=&DataCalc=29/04/2013](http://sistemas.anatel.gov.br/Boleto/Internet/Monta_Boleto.asp?Fisteis=&DataCalc=29/04/2013)

02/05/2013 BANCO DO BRASIL 10:20:00  
109610380 0041

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM CDD, BARRAS

Convenio GRU-GUIA RECOL. UNIAO (GRU)  
Codigo de Barras 858500000000 2 06480301134  
29080745001 2 13655520016 4  
Data do pagamento 02/05/2013  
Valor em Dinheiro 6,48  
Valor em Cheque 0,00  
Valor total 6,48

NR. AUTENTICACAO D,06E,EE4,D9C,EE5,800

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 01867420/0001-32  
**Razão Social:** ASSOCIACAO CRISTA CALMONENSE  
**Nome Fantasia:** A C C  
**Endereço:** PRACA RUI BARBOSA SN 0 / SEDE / MIGUEL CALMON / BA / 44720-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 18/04/2013 a 17/05/2013

**Certificação Número:** 2013041810495116053090

Informação obtida em 18/04/2013, às 10:49:51.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**



**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CALMONENSE**  
**CNPJ: 01.867.420/0001-32**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 19:01:10 do dia 16/02/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/08/2013.

Código de controle da certidão: **0F5F.B6BC.9B30.2416**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**



**CERTIDÃO NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E**  
**ÀS DE TERCEIROS**

Nº 000922012-04022420

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CALMONENSE

CNPJ: 01.867.420/0001-32

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

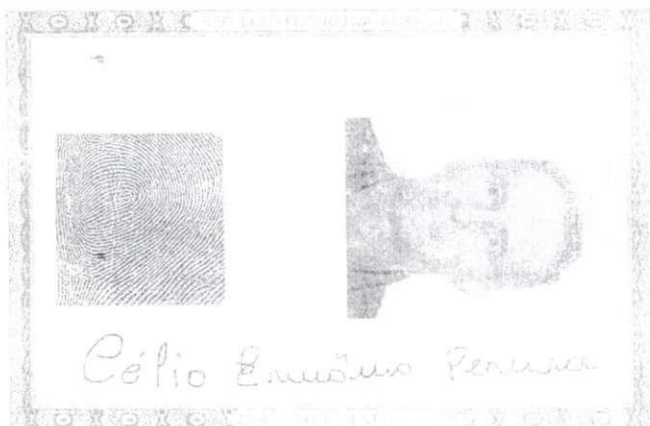
Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 19/11/2012.

Válida até 18/05/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



70.264.998-96

CELIO ERNÂNIO PEREIRA

EDUARDO JOSÉ PEREIRA

WISCÉLIA BARBERINO PEREIRA

MIGUEL CALMON BA 03-09-1954

C.CAS. CM MIGUEL CALMON BA DS  
SEDE LV 00019 FL 246 RT 0000716  
245.692.835-00

*Facilita. W. de Oliveira f. 10.*

1088 Commis-  
Fb. 52  
Rúbrica



**DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL**

Número do Medidor	Tipo da Função	Anterior		Atual		Nº dias	Constante	Ajuste	Consumo
		Data	Leitura	Data	Leitura				
Q28021	CAT	16/01/2013	33.702,00	16/02/2013	33.858,00	31	1,00000		156,00

NÍVEIS DE TENSÃO		
Tensão Nominal (V)	Limite de Variação (V)	
	Mínimo	Máximo
220	201	231

Data Prevista para a próxima leitura: 18/03/2013

Todo consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.

EUSD - Valor do encargo de uso do sistema de distribuição = R\$ 29,13

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES						
Descrição	Conjunto	Valor Apurado	Limite Mensal	Limite Trim.	Limite Anual	
DIC - Nº de horas sem energia	MIGUEL	des/2012	0,00	6,87	13,74	37,48
FIC - Nº de vezes sem energia	CALMON		0,00	3,67	7,25	14,70
DMIC - Duração máxima de interrupção contínua			0,00	3,97	0,00	0,00
DICRI - Duração de interrupção em de crítico						Limite DICRI: 12,22

Informações importantes sobre a conta de energia

Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento, podendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorrer a suspensão.

O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.

Pagamento em atraso gera Multa 2% (Res. 414/ANEEL-09/09/10) e Juros 1% a.m. (Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês.

Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei Nº 10.438 de 26/04/02 - R\$ 28,46

O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.

A partir de 24/01/13, tarifas com redução média de - 18,96% para a Baixa Tensão e de - 22,56% para a Alta Tensão. (Res. ANEEL 1.429/13)



**CELIO ERMANIO PEREIRA**

RUA ADELMO MIRANDA 8

CENTRO-MIGUEL CALMON/MIGUEL CALMON  
44720-000 MIGUEL CALMON BA

Conta Contrato: 0008468796

Medidor: Q28021

Un. Leitura: 11241139

Sequência: 00318

Poste: R028339

[www.coelba.com.br](http://www.coelba.com.br)



Gestão do Faturamento, Arrecadação e Cobrança

As demonstrações financeiras, societárias e regulatórias, estão disponíveis no site da empresa: [www.coelba.com.br](http://www.coelba.com.br).

Eu vivo com HIV e sei disso. A diferença entre nós é que você pode ter o vírus e não saber. Vá a uma unidade de saúde e faça o teste de Aids.

(Atendimento ao Deficiente Auditivo ou de Falta)

- Não direcione jatos d'água à rede elétrica.
- Não solte serpentinas metálicas perto dos fios.
- Em caso de acidente envolvendo a rede elétrica, avise imediatamente a Coelba: 0800 071 0800 ou 0800 281 0142
- Evite o contato de balões e placas de propaganda com a rede elétrica.
- Cuidado com as redes elétricas localizadas perto das sacadas dos prédios.

**Fique ligado. Conheça as dicas que vão ajudar você a curtir ainda mais o carnaval.**

Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02  
**CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA • FATURA • NOTA FISCAL VÁLIDA PARA USO ATÉ 11/12/2013**



[www.coelba.com.br](http://www.coelba.com.br)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia  
Av. Edgard Santos, 300 - Cabula VI  
Salvador, BA | CEP 41.181-900  
CNPJ 15.139.629/0001-94 | Insc. Est. 00478096NO

Data de Vencimento

**27/02/2013**

Total a Pagar (R\$)

**60,36**

Conta Contrato

**0008468796**

**CLASSIFICAÇÃO**

B1 RESIDENCIAL  
BAIXA RENDA COM NIS  
Monolítico

**DADOS DO CLIENTE**

**CELIO ERMANIO PEREIRA**

CPF: 245.692.835-00

NIS: 16578448498

NÚMERO DA  
NOTA FISCAL

**0/2931209**

DATA DA EMISSÃO  
DA NOTA FISCAL

**17/02/2013**

DATA DA  
APRESENTAÇÃO

**20/02/2013**

SÉRIE DA  
NOTA FISCAL

**SÉRIE ÚNICA**

NÚMERO  
DO CLIENTE

**1000367076**

NÚMERO DA  
INSTALAÇÃO

**3298077**

Reservado ao Fisco

**ECD4.4C37.74B1.E975.27B6.98D8.BE53.3E89**

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site [www.coelba.com.br](http://www.coelba.com.br).

**DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL**

	Quantidade	Preço (R\$)	Valor (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,0000000	0,17136682	5,14
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,0000000	0,29379095	20,55
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	56,0000000	0,44067484	24,67
Legião da Boa Vontade-Ligue 08000555099			10,00

**HISTÓRICO DO CONSUMO**

	kWh
FEV 13	156
JAN 13	168
DEZ 12	172
NOV 12	191
OUT 12	162
AGO 12	151
SET 12	124
JUL 12	115
JUN 12	142
MAI 12	173
ABR 12	147
MAR 12	169
FEV 12	148

**TARIFAS APLICADAS**

Consumo Ativo até 30 kWh 0,11690645  
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh 0,20042419  
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh 0,30062838

**TOTAL DA FATURA**

**60,36**

**INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS**

ICMS			PIS			COFINS		
Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto	Base de Cálculo	%	Valor do Imposto
50,36	27,00	13,59	50,36	0,85	0,42	50,36	3,93	1,97

**COMPOSIÇÃO DO CONSUMO**

	R\$	%
Geração de Energia	13,88	27,56
Transmissão	0,96	1,91
Distribuição (Coelba)	18,48	36,70
Encargos Setoriais	1,06	2,10
Tributos	15,98	31,73
<b>Total</b>	<b>50,36</b>	<b>100</b>

AIDF Nº: 17590001072009 - PAIDF Nº: 936.498 PARECER/CECOT - 36798 - 92900 E 987604 | VP Impressos Laser LTDA  
Rua Belmiro de Almeida, 318, São Cristóvão - Belo Horizonte, MG | CEP 31.230-238 | CNPJ 05.368.998/0001-79 | Inscrição Estadual 0622155670043





JUSTIÇA ELEITORAL  
103ª ZONA ELEITORAL DE MIGUEL CALMON - BA  
RUA LUIZ GONZAGA RIOS, 10 Telefone 74 36272406



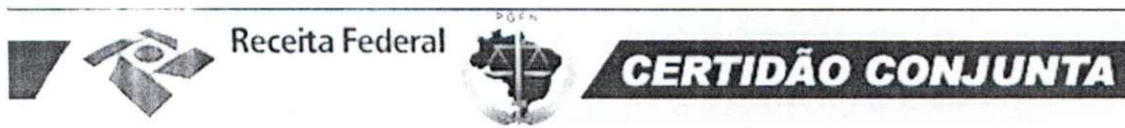
## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: CELIO ERMANIO PEREIRA  
Inscrição: 008489440507 Zona: 103 Seção: 4  
Município: 37257 - MIGUEL CALMON UF: BA  
Data de nascimento: 03/09/1954 Domiciliado desde: 18/09/1986  
Filiação: GICELIA BARBERINO PEREIRA  
EDUARDO JOSE PEREIRA

Em 18 de abril de 2013.

  
HÉLIO VALOIS COUTINHO FILHO  
SERVIDOR REQUISITADO



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: CELIO ERMANIO PEREIRA**  
**CPF: 245.692.835-00**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 09:45:12 do dia 26/04/2013 <hora e data de Brasília>.

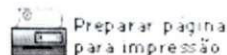
Válida até 23/10/2013.

Código de controle da certidão: **E0DC.7BF2.77EF.28F5**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: CELIO ERMANIO PEREIRA

CPF: 245.692.835-00

Certidão nº: 29179198/2013

Expedição: 26/04/2013, às 09:48:11

Validade: 22/10/2013 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CELIO ERMANIO PEREIRA**, inscrito(a) no CPF sob o nº 245.692.835-00, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: [cdnt@tst.jus.br](mailto:cdnt@tst.jus.br)





23/04/2013

000721611

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**



**CERTIDÃO ESTADUAL**  
**AÇÕES CRIMINAIS**

**CERTIDÃO Nº: 000721611****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça ([www.tjba.jus.br](http://www.tjba.jus.br)).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 17/04/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**CÉLIO ERMÂNIO PEREIRA, brasileiro, viúvo, funcionário público municipal, portador do RG: 20264998-96, CPF: 245.692.835-00, filho de Eduardo José Pereira e Giscélia Barberino Pereira, natural de Miguel Calmon - BA, nascido aos 03/09/1954, residente na rua segunda rosa, casa, centro, CEP: 44720-000, Miguel Calmon - BA. \*\*\*\*\***

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, terça-feira, 23 de abril de 2013.

Normeide de Araujo Silva  
Setor de Certidão

**PEDIDO Nº:**

000721611





PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição  
Ações e Execuções Criminais

Nº 698375

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

**NADA CONSTA**

CONTRA **CELIO ERMANIO PEREIRA**, ou vinculado(a) ao **CPF: 245.692.835-00**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

**Observações:**

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 14h44, 24/04/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.  
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 24/04/2013 14:44





SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DA BAHIA  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E ESTATÍSTICA POLICIAL - CEDEP

## CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

1 - REGISTRO GERAL Nº

2- CERTIFICO QUE, ATÉ ESTA DATA, NÃO CONSTA(M), NOS ARQUIVOS DESTE CENTRO, REGISTRO(S) DE ANTECEDENTES JUDICIÁRIO - CRIMINAIS CONTRA:

NOME : CELIO FERMINO PEREIRA  
NOME DO PAI : EDUARDO JOSE PEREIRA  
NOME DA MAE : SIOCELA BORGESINO PEREIRA  
DATA DE NASCIMENTO : 03/08/1954  
NATURALIDADE/UF : MIGUEL ALMON BA  
NACIONALIDADE : BRASILEIRA



JACOBINA BA

26 DE ABRIL

DE 201

3- ESTE DOCUMENTO SÓ SERÁ VÁLIDO MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DA CÉDULA DE IDENTIDADE DO NOMEADO E PELO PERÍODO DE 90 DIAS DA SUA DATA DE EMISSÃO.

Nº DE CONTROLE  
DO FORMULÁRIO

2710241

4- SALVADOR, BA. *Delega Maria Lucia*  
DELEGADA DE POLÍCIA CIVIL  
Coordenadora Geral - CEDEP  
SAC - JACOBINA

ASS. COORDENADOR DO CEDEP

### OBSERVAÇÃO:

"NOS ATESTADOS DE ANTECEDENTES QUE LHE FOREM SOLICITADOS, A AUTORIDADE POLICIAL NÃO PODERÁ MENCIONAR QUAISQUER ANOTAÇÕES REFERENTES A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CONTRA OS REQUERENTES, SALVO NO CASO DE EXISTIR CONDENAÇÃO ANTERIOR."

PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 20 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, ACRESCENTADO PELA LE 6.900, DE 14 DE ABRIL DE 1981.

NDA - MOD. ADM. 03/06/13





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

23/04/2013

000721611



**CERTIDÃO ESTADUAL**  
**AÇÕES CRIMINAIS**

**CERTIDÃO Nº: 000721611**

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça ([www.tjba.jus.br](http://www.tjba.jus.br)).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 17/04/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**CÉLIO ERMÂNIO PEREIRA, brasileiro, viúvo, funcionário público municipal, portador do RG: 20264998-96, CPF: 245.692.835-00, filho de Eduardo José Pereira e Giscélia Barberino Pereira, natural de Miguel Calmon - BA, nascido aos 03/09/1954, residente na rua segunda rosa, casa, centro, CEP: 44720-000, Miguel Calmon - BA. \*\*\*\*\***

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, terça-feira, 23 de abril de 2013.

**PEDIDO Nº:**

**000721611**



Normeide de Araujo Silva  
Setor de Certidão



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição  
Ações e Execuções Criminais

Nº 698375

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

**NADA CONSTA**

CONTRA **CELIO ERMANIO PEREIRA**, ou vinculado(a) ao **CPF: 245.692.835-00**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

**Observações:**

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**[www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 14h44, 24/04/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.  
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: [nucju@trf1.gov.br](mailto:nucju@trf1.gov.br)

Data da última atualização do banco de dados: 24/04/2013 14:44

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO FÉDROMELIOR

SAC

POLEGAR DIREITO

POLEGAR ESQUERDO

Jair Gomes da Silva

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 14220244 40 DATA DE EXPEDIÇÃO 21/07/2004

NOME JAIR GOMES DA SILVA

FILIAÇÃO JOSE GOMES DA SILVA  
ELIZA PEREIRA DA SILVA

NATURALIDADE JOAO PESSOA PB DATA DE NASCIMENTO 02/01/1938

DOC ORIGEM CER-CAS CM-MIGUEL CALMON BA

DST-SEDE L-B03 F-047 R-000047

CPF 056260135 04

SALVADOR - BA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS BROS & SONS

Sec. de Comunicação  
Fb 62  
Rubrica: A





TELEMAR NORTE LESTE S/A  
CNPJ: 33.000.118/0005-00 - INSC. ESTADUAL: 000157142 SERIE UNICA  
RUA SILVEIRA MARTINS,355 - SALVADOR - BA CEP: 41150-900  
MATRIZ CNPJ: 33.000.118/0001-79

PAG.: 1/2

das Comunicações  
Ribeirão Preto

JAIR GOMES DA SILVA  
AV ODONEL MIRANDA RIOS,319

CENTRO  
44720-000 MIGUEL CALMON-BA

DATA DE EMISSAO  
21/03/2013  
CNPJ / CPF  
00005626013504  
INSCRICAO ESTADUAL

TIPO DE TERMINAL  
RESIDENCIAL  
COD. DEB. AUTOMATICO  
001669189512  
CODIGO DDD  
74

TELEFONE/CONTRATO

3627-2299 0-3

VALOR A PAGAR

R\$ 46,41

VENCIMENTO

05/04/2013

HISTORICO DO CONSUMO DE MINUTOS: 03/13: 02/13: 01/13:  
12/12: 11/12: 10/12:

PAG./LINHA	DATA	DESCRICAO	TEL.ORIGEM	TEL.CHAMADO	HORARIO	DURACAO	TARIFA	VALOR
------------	------	-----------	------------	-------------	---------	---------	--------	-------

PRESTADORA TELEMAR NORTE LESTE S/A NFST N. 00000484808/SERIE /SUB-SERIE

TELEFONE 04929 3627-2299 0 3

SERVICOS MENSAIS

001/01	21/03/2013	ASSINATURA PLANO MINHA LINHA	07 A 30/03/13					33,09
001/02	21/03/2013	PA101 ASS BLOQ MINHA LINHA	07 A 30/03/13					5,62
UBTOTAL								39,61

SIGACÕES LOCAIS

001/01	21/03/2013	CONSUMO MINUTOS	0:00	FRANQUIA	160:00	MINUTOS ALEM DA FRANQUIA	0:00	0,00
UBTOTAL								0,00
UBTOTAL DO TELEFONE 04929 3627-2299 0 3								39,61

TELEFONE 04929 3627-2299 0 2

SERVICOS MENSAIS

001/04	21/03/2013	BLOQUEIO RETENCAO PARCIAL RES 01 A 06/03/13						3,00
UBTOTAL								3,00
UBTOTAL DO TELEFONE 04929 3627-2299 0 2								3,00

BASE DE CALCULO ICMS	42,61	TOTAL NOTA FISCAL SERVICOS	42,61
LICUOTA	27%		
VALOR	11,50		

SS

RESERVADO AO FISCO

c128.ccfid.4194.2520.f10c.beb5.60ac.a031

FATURA N.: 1600149320758 TELEMAR NORTE LESTE S/A - RUA SILVEIRA MARTINS,355 - SALVADOR - BA CEP: 41150-900  
CNPJ: 33.000.118/0005-00 - INSC. ESTADUAL: 000157142 SERIE UNICA

SERVICO DE TERCEIROS

TELEFONE 04929 3627-2299 0 3

001/05	21/03/2013	MENSALIDADE SOS FONE OI FIXO						2,90
UBTOTAL DO TELEFONE 04929 3627-2299 0 3								2,90
								2,90

TOTAL SERVICOS DE TERCEIROS

TROS VALORES OI FIXO

TELEFONE 04929 3627-2299 0 2

01/06	09/02/2013	JUROS DE MORA	CONTA 01/2013					0,15
01/07	12/03/2013	JUROS DE MORA	CONTA 02/2013					0,15
01/08	09/02/2013	MULTA POR ATRASO DE PAGAMENTO	CONTA 01/2013					0,30
01/09	12/03/2013	MULTA POR ATRASO DE PAGAMENTO	CONTA 02/2013					0,30
UBTOTAL DO TELEFONE 04929 3627-2299 0 2								0,90

TOTAL OUTROS VALORES

RESUMO GERAL

OCAL TELEFONE CJ SU	VALOR
4929 3627-2299 0 3	42,51
4929 3627-2299 0 2	3,90
TOTAL	46,41

NTRIBUICOES:PARA O FUST(1%) FUNTEL(0,5%) DO VALOR DOS SERVICOS, NAO REPASSADAS AS TARIFAS.

\* FIM DO DETALHAMENTO DA CONTA \*\*\*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 1 de 1  
Fis. 61  
Rúbrica: Q  
Seção de Comunicação

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: JAIR GOMES DA SILVA

CPF: 056.260.135-04

Certidão nº: 29260942/2013

Expedição: 29/04/2013, às 16:56:38

Validade: 25/10/2013 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JAIR GOMES DA SILVA**, inscrito(a) no CPF sob o nº **056.260.135-04**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: JAIR GOMES DA SILVA**  
**CPF: 056.260.135-04**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

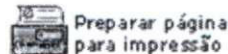
Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.  
Emitida às 16:51:09 do dia 29/04/2013 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 26/10/2013.

Código de controle da certidão: **A45A.53FA.751F.21D6**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)







23/04/2013 000721568

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**

Fls. 66  
Rúbrica: [assinatura]  
Seção de Comunicação

**CERTIDÃO ESTADUAL**  
**AÇÕES CRIMINAIS**

**CERTIDÃO Nº: 000721568**

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça ([www.tjba.jus.br](http://www.tjba.jus.br)).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 17/04/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**JAIR GOMES DA SILVA, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG: 14220244-40, CPF: 056.260.135-04, filho de Jose Gomes da Silva e Eliza Pereira da Silva, nascido aos 02/01/1938, residente na AV. ODONEL MIRANDA RIOS, CASA, CENTRO, CEP: 44720-000, Miguel Calmon - BA. \*\*\*\*\***

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, terça-feira, 23 de abril de 2013.

**PEDIDO Nº:**

**000721568**



Normeide de Araujo Silva  
Setor de Certidão



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
Secretaria da Segurança Pública  
Polícia Civil da Bahia  
Centro de Documentação e Estatística Policial



das Comunicações  
67  
Subseção: A

### CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: JAIR GOMES DA SILVA

Número do Rg: 14220244

Nome do Pai: JOSE GOMES DA SILVA

Nome da Mãe: ELIZA PEREIRA DA SILVA

Data de Nascimento: 02/01/1938

Naturalidade: JOAO PESSOA PB

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

**IMPORTANTE:**

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **sábado, 16 de março de 2013** e está disponível para consulta no endereço [http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar\\_atestado.asp](http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp), informando o código **2FC7F2A2-9B91-4F70-8893-B2C48A0A76D3**

**Obs:** Este certificado tem validade até a data **14/06/2013**



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição  
Ações e Execuções Criminais

Nº 698410

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

**NADA CONSTA**

CONTRA **JAIR GOMES DA SILVA**, ou vinculado(a) ao **CPF: 056.260.135-04**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

**Observações:**

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**[www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 14h46, 24/04/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.  
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: [nucju@trf1.gov.br](mailto:nucju@trf1.gov.br)

Data da última atualização do banco de dados: 24/04/2013 14:46





JUSTIÇA ELEITORAL  
103ª ZONA ELEITORAL DE MIGUEL CALMON - BA  
RUA LUIZ GONZAGA RIOS, 10 Telefone 74 36272406




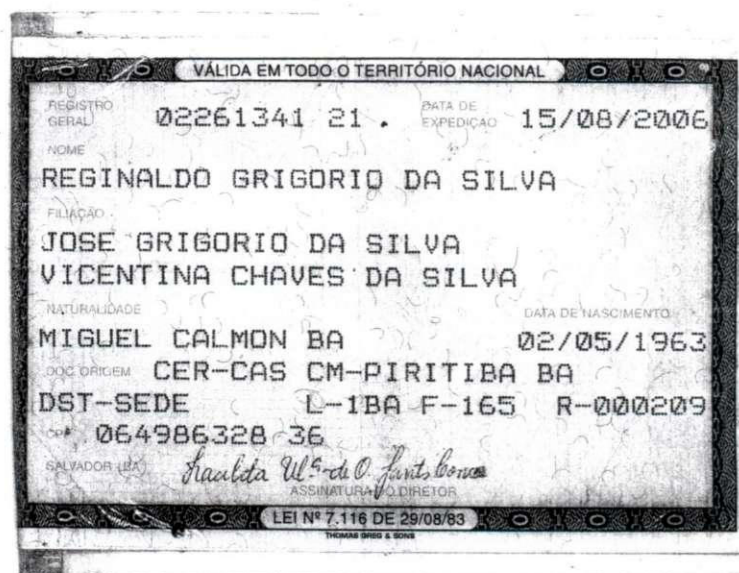
## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: JAIR GOMES DA SILVA  
Inscrição: 025384070540 Zona: 103 Seção: 5  
Município: 37257 - MIGUEL CALMON UF: BA  
Data de nascimento: 02/01/1938 Domiciliado desde: 18/09/1986  
Filiação: ELIZA PEREIRA DA SILVA  
JOSE GOMES DA SILVA

Em 18 de abril de 2013.

  
HÉLIO VALOIS COUTINHO FILHO  
SERVIDOR REQUISITADO



**Código Débito Automático**

Matrícula

077702620

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição

07/2012 7 0194 5 01.1125.2.0002.0232.0 00000000 00000000

Rot.Leitura Rot.Entrega

Nome/Endereço para entrega

REGINALDO G. DA SILVA

RU BENJAMIN CONSTANT, 232  
MIGUEL CALMON CENTRO

CEP - 44.720-000

Nº Hidrômetro Cód.Leitura Leitura Atual  
Y04S436140 37 MD 690

Leitura Anterior Dias de Cons. Período de Consumo  
672 34 10/05 A 13/06

Endereço da Ligação

RU BENJAMIN CONSTANT, 232  
MIGUEL CALMON

CENTRO

Especificação

CONS. AGUA 18M3

Valores em R\$

58,19



ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE  
UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

Tarifa RES-0001

**VENCIMENTO TOTAL A PAGAR EM R\$**

10/07/2012

58,19

Faixas de Consumo (m³)	VL. Unit.(R\$)	X Cons.(m³)	X UC =	Valor(R\$)	ICMS	ESGOTO(% água)	VL. Total
RESIDENCIAL		1		UNIDADE			
ATE 10 MINIMO		10		17,65			
11 A 15	4,94	5		24,70			
> 15	5,28	3		15,84			
AGUA				58,19	0,00		58,19
ESGOTO						0	0,00

**INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS**

ICMS  
Base de cálculo(R\$) Aliquota % VL.Imposto(R\$)  
0,00 0 0,00 -

SOS SECA NA BAHIA.DOACOES: BANCO DO BRASIL  
AG.3832-6 CONTA 992.733-6

Condições gerais de prestação de  
serviços Decretos 3060/1994 e  
7.765/2000. Lei Federal 11.445/2007  
ICMS - Lei 7.014/96 Art. 25

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005			
Padrão da Portaria MS 2914/2011	Nº de Amostras - Rede		
Parâmetros	Exigidas	Analizadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0050	0001	0001
Turbidez - 5,0 UT	0050	0022	0022
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0111	0022	0022
Escherichia Coli - (*)	0111	0022	0022
Coliformes Termotolerantes - Ausente	--	--	--

Água fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (\*\*).

**Significado dos parâmetros de qualidade da água**

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;  
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;  
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;  
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;  
Escherichia Coli (\*): indicador utilizado para medir contaminação fecal;  
Fluor: produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.  
(\*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.  
(\*\*)Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.  
(\*\*)Alguns sistemas podem não estar sendo fluoretados.  
Dúvidas: (71) 3373-7797.  
Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.  
UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

Consumo até 30m³ = 30 mil litros/mês estão isentos de ICMS

Unidades de Consumo - UC (Apartamentos/casas/salas)	0001
Consumo Médio por Unidade(m³)	18
Consumo Médio Mensal / Ligação	18

CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E DECRETO FEDERAL 7.217/10, O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS APÓS 30 DIAS CONTADOS DA DATA DO VENCIMENTO.

EXISTE(M) DEBITO(S):  
2012 - JUN

ESTA CONTA NÃO QUITA DÉBITOS ANTERIORES

CANHOTO PROCESSADO EM LEITURA ÓTICA. EVITE DANIFICÁ-LO.



**NOTA FISCAL / CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO**

CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00665571  
Centro Administrativo da Bahia- CAB, 4ª Av Nº 420 - Cep 41.745.300

Cidade dv Inscrição  
0194 5 01.1125.2.0002.0232.0

**Código Débito Automático**

Matrícula  
077702620

Mês/Ano dv  
07/2012 7

**VENCIMENTO TOTAL A PAGAR EM R\$**

10/07/2012

58,19

0000931/0003042-0931 1

826100000007 581900478206 777026200710 270000000009



UTENTICAÇÃO MECÂNICA





JUSTIÇA ELEITORAL  
103ª ZONA ELEITORAL DE MIGUEL CALMON - BA  
RUA LUIZ GONZAGA RIOS, 10 Telefone 74 36272406

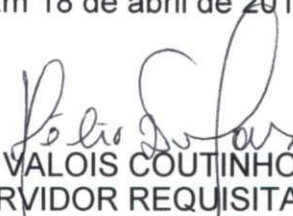
das Comuns  
Fls. 72  
Rúbrica: [assinatura]  
JOS

## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: REGINALDO GRIGORIO DA SILVA  
Inscrição: 043449660523 Zona: 103 Seção: 11  
Município: 37257 - MIGUEL CALMON UF: BA  
Data de nascimento: 02/05/1963 Domiciliado desde: 18/09/1986  
Filiação: VICENTINA CHAVES DA SILVA  
JOSE GRIGORIO DA SILVA

Em 18 de abril de 2013.

  
HÉLIO VALOIS COUTINHO FILHO  
SERVIDOR REQUISITADO



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: REGINALDO GRIGORIO DA SILVA**  
**CPF: 064.986.328-36**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 09:42:41 do dia 26/04/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/10/2013.

Código de controle da certidão: **8BE5.F59E.9444.147B**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página  
para impressão



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 1



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: REGINALDO GRIGORIO DA SILVA

CPF: 064.986.328-36

Certidão n°: 29179327/2013

Expedição: 26/04/2013, às 09:49:22

Validade: 22/10/2013 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **REGINALDO GRIGORIO DA SILVA**, inscrito(a) no CPF sob o n° **064.986.328-36**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: [cdt@tst.jus.br](mailto:cdt@tst.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

23/04/2013

000721643



**CERTIDÃO ESTADUAL**  
**AÇÕES CRIMINAIS**

**CERTIDÃO Nº: 000721643**

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça ([www.tjba.jus.br](http://www.tjba.jus.br)).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 17/04/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**REGINALDO GRIGORIO DA SILVA, brasileiro, casado, funcionário público, portador do RG: 0226134121, CPF: 064.986.328-36, filho de José Grigorio da Silva e Vicentina Chaves da Silva, natural de Miguel Calmon - BA, nascido aos 02/05/1963, residente na RUA BENJAMIN CONSTANT, CASA, CENTRO, CEP: 44720-000, Miguel Calmon - BA. \*\*\*\*\***

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, terça-feira, 23 de abril de 2013.

**PEDIDO Nº:**

**000721643**



Normeide de Araujo Silva  
Setor de Certidão



23/04/2013

000721643

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**



**CERTIDÃO ESTADUAL**  
**AÇÕES CRIMINAIS**

**CERTIDÃO Nº: 000721643****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça ([www.tjba.jus.br](http://www.tjba.jus.br)).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 17/04/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**REGINALDO GRIGORIO DA SILVA, brasileiro, casado, funcionário público, portador do RG: 0226134121, CPF: 064.986.328-36, filho de José Grigorio da Silva e Vicentina Chaves da Silva, natural de Miguel Calmon - BA, nascido aos 02/05/1963, residente na RUA BENJAMIN CONSTANT, CASA, CENTRO, CEP: 44720-000, Miguel Calmon - BA.** \*\*\*\*\*

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, terça-feira, 23 de abril de 2013.

**PEDIDO Nº:**

000721643



Normeide de Araujo Silva  
Setor de Certidão



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição  
Ações e Execuções Criminais

Nº 698344

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

**NADA CONSTA**

CONTRA **REGINALDO GRIGORIO DA SILVA**, ou vinculado(a) ao **CPF: 064.986.328-36**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

**Observações:**

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**[www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 14h42, 24/04/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.  
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 24/04/2013 14:42





PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição  
Ações e Execuções Criminais

Nº 698344

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

**NADA CONSTA**

CONTRA **REGINALDO GRIGORIO DA SILVA**, ou vinculado(a) ao **CPF: 064.986.328-36**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

**Observações:**

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**[www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 14h42, 24/04/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.  
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 24/04/2013 14:42



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria da Segurança Pública**  
**Polícia Civil da Bahia**  
**Centro de Documentação e Estatística Policial**



**CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**



Nome: REGINALDO GRIGORIO DA SILVA

Número do Rg: 02261341

Nome do Pai: JOSE GRIGORIO DA SILVA

Nome da Mãe: VICENTINA CHAVES DA SILVA

Data de Nascimento: 02/05/1963

Naturalidade: MIGUEL CALMON BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

**IMPORTANTE:**

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quarta-feira, 24 de abril de 113 às 2:53 PM** e está disponível para consulta no endereço [http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar\\_atestado.asp](http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp), informando o código

**7F98023E-EDFD-4DFE-8D3C-A2D4CA314288**

**Obs:** Este certificado tem validade até a data **23/07/2013**



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria da Segurança Pública**  
**Polícia Civil da Bahia**  
**Centro de Documentação e Estatística Policial**



**CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Fls. 80  
Rúbrica  
Seções

Nome: REGINALDO GRIGORIO DA SILVA

Número do Rg: 02261341

Nome do Pai: JOSE GRIGORIO DA SILVA

Nome da Mãe: VICENTINA CHAVES DA SILVA

Data de Nascimento: 02/05/1963

Naturalidade: MIGUEL CALMON BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

**IMPORTANTE:**

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quarta-feira, 24 de abril de 113 às 2:53 PM** e está disponível para consulta no endereço [http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar\\_atestado.asp](http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp), informando o código

**7F98023E-EDFD-4DFE-8D3C-A2D4CA314288**

**Obs:** Este certificado tem validade até a data **23/07/2013**



(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 1037766

NOME JOSÉ FERNANDINO PEREIRA

FIJACÃO Francisco José Pereira  
Adelia Rosa Pereira

M. Calmon-Bahia 25 April 1942

NATURALIDADE SALVADOR, BA 23 Janeiro 1971

DIRECTOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CASA DA MOEDA DO BRASIL

(CEDULA DE IDENTIDADE)

Polícia Direto

ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CASA DA MOEDA DO BRASIL

das Comunicações

Rubrica

1069

C/C

NASCIMENTO 08.04.42

INSCRIÇÃO NO CPF 016 908 255 53

CONTRIBUINTE

JOSÉ FERNANDINO PEREIRA

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

José Fernandino Pereira

**Código Débito Automático**

Matrícula

077706048

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição

12/2012 5 0194 5 01.1225.2.0002.0052.0 00000000 00000000

Nome/Endereço para entrega

JOSE FERNANDINO PEREIRA

RU SERAFIM BARRETO, 52

MIGUEL CALMON CENTRO CEP - 44.720-000  
Nº Hidrômetro Cód. Leitura Leitura Atual Leitura Anterior Dias de Cons. Período de Consumo

A09N122041 IP 1054 1050 31 10/10 A 10/11

Endereço da Ligação

Data da Leitura Data da Emissão

10/11 23/11/2012

RU SERAFIM BARRETO, 52

CENTRO

MIGUEL CALMON

Especificação

Valores em R\$

CONS. AGUA 4M3 17,65

MULTA REFER. A(S) CONTA(S) 11/2012 2,34

JUROS DE MORA - CONTA(S) 11/2012 1,56

VAL. DEVOLUÇÕES PERÍODO DE 08/2012 A 08/2012 -21,55

Consumo dos últimos meses

12/2012	4
11/2012	27
10/2012	25
09/2012	30
08/2012	14
07/2012	21

ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1386 LITROS.

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005			
Padrão da Portaria MS 2914/2011	Nº de Amostras - Frede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Parâmetros			
Cor - 15 UH	0050	0001	0001
Turbidez - 5,0 UT	0050	0022	0022
Cloro - Min. 0,2 mg/l			
Coliformes	0111	0022	0022
Totais - (*)			
Escherichia	0111	0022	0022
Coli - Ausente			

Água fluoretada com teor máximo permitido de até 1,5mg/L de flúor (\*\*).

**Significado dos parâmetros de qualidade da água**

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água.  
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;  
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;  
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;  
Escherichia: indicador utilizado para medir contaminação fecal;  
Coli (\*):  
Flúor: produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias.  
(\*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras têm ausência em 95% das amostras examinadas.  
(\*\*) Sistemas que analisam menos de 40 amostras têm apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.  
(\*\*) Alguns sistemas podem não estar sendo fluoretados.  
Dúvidas: (71) 3373-7797.  
Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno à normalidade.  
UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

Tarifa RES-0001

**VENCIMENTO TOTAL A PAGAR EM R\$**

10/12/2012 0,00

Faixas de Consumo (m³) VL. Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$) ICMS ESGOTO(% água) VL. Total

RESIDENCIAL 1 UNIDADE

ATE 10 MINIMO 4 17,65

AGUA 17,65 0,00 17,65

ESGOTO 0 0,00

**INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS**

ICMS

Base de cálculo(R\$) Aliquota % VL. Imposto(R\$)

0,00 0 0,00

A PARTIR DE 22/11, PROCURE A EMBASA E NEGOCIE SEU DÉBITO COM CONDIÇÕES FACILITADAS.

Condições gerais de prestação de serviços Decretos 3060/1994 e 7.765/2000. Lei Federal 11.445/2007 ICMS - Lei 7.014/96 Art. 25

Consumo até 30m³ = 30 mil litros/mês estão isentos de ICMS

Unidades de Consumo - UC (Apartamentos/casas/salas) 0001

Consumo Médio por Unidade de (m³) 4

Consumo Médio Mensal / Ligação 24

CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E DECRETO FEDERAL 7.217/10, O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS APÓS 30 DIAS CONTADOS DA DATA DO VENCIMENTO.

ESTA CONTA NÃO QUITA DÉBITOS ANTERIORES

CANHOTO PROCESSADO EM LEITORA ÓTICA. EVITE DANIFICAÇÃO.

**embasa**

empresa baiana de águas e saneamento s.a.

**NOTA FISCAL / CONTA DE ÁGUA E/OU ESGOTO**

CNPJ 13.504.675/0001-10 INSC. EST. 00665571  
Centro Administrativo da Bahia- CAB, 4ª Av N° 420 - Cep 41.745.300

Cidade dv Inscrição  
0194 5 01.1225.2.0002.0052.0

Código Débito Automático

Matrícula

077706048

Mês/Ano dv  
12/2012 5

**VENCIMENTO TOTAL A PAGAR EM R\$**

10/12/2012 0,00

0001139/0003082-0139 1

826300000005 000000478206 777060481218 250000000001



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA





JUSTIÇA ELEITORAL  
103ª ZONA ELEITORAL DE MIGUEL CALMON - BA  
RUA LUIZ GONZAGA RIOS, 10 Telefone 74 36272406



## Certidão

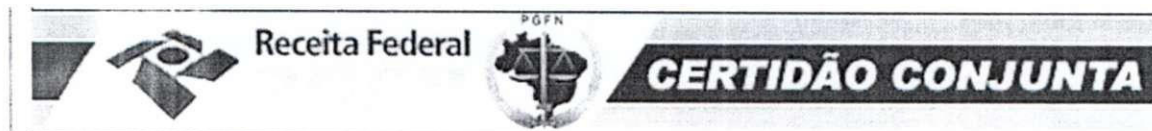
Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: JOSE FERNANDINO PEREIRA  
Inscrição: 009226840523 Zona: 103 Seção: 8  
Município: 37257 - MIGUEL CALMON UF: BA  
Data de nascimento: 08/04/1942 Domiciliado desde: 18/09/1986  
Filiação: ADELIA ROSA PEREIRA  
FRANCISCO JOSE PEREIRA

Em 18 de abril de 2013.

  
HÉLIO VALOIS COUTINHO FILHO  
SERVIDOR REQUISITADO





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: JOSE FERNANDINO PEREIRA**  
**CPF: 016.908.255-53**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 11:23:34 do dia 24/04/2013 <hora e data de Brasília>.

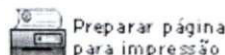
Válida até 21/10/2013.

Código de controle da certidão: **8D4A.2E6D.0734.67B8**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: JOSE FERNANDINO PEREIRA

CPF: 016.908.255-53

Certidão n°: 29066882/2013

Expedição: 24/04/2013, às 11:03:17

Validade: 20/10/2013 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JOSE FERNANDINO PEREIRA**, inscrito(a) no CPF sob o n° **016.908.255-53**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: [cndt@tst.jus.br](http://cndt@tst.jus.br)



23/04/2013 000721719  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA



**CERTIDÃO ESTADUAL**  
**AÇÕES CRIMINAIS**

**CERTIDÃO Nº: 000721719**

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça ([www.tjba.jus.br](http://www.tjba.jus.br)).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 17/04/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**JOSÉ FERNANDINO PEREIRA, brasileiro, casado, agropecuarista, portador do RG: 1037766, CPF: 016.908.255-53, filho de Francisco José Pereira e Adelia Rosa Pereira, natural de Miguel Calmon - BA, nascido aos 08/04/1942, residente na rua serafim barreto, casa, centro, CEP: 44720-000, Miguel Calmon - BA.** \*\*\*\*\*

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, terça-feira, 23 de abril de 2013.

**PEDIDO Nº:**

000721719



Normeide de Araujo Silva  
Setor de Certidão





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

23/04/2013

000721719



**CERTIDÃO ESTADUAL**  
**AÇÕES CRIMINAIS**

**CERTIDÃO Nº: 000721719**

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça ([www.tjba.jus.br](http://www.tjba.jus.br)).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 17/04/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**JOSÉ FERNANDINO PEREIRA, brasileiro, casado, agropecuarista, portador do RG: 1037766, CPF: 016.908.255-53, filho de Francisco José Pereira e Adelia Rosa Pereira, natural de Miguel Calmon - BA, nascido aos 08/04/1942, residente na rua serafim barreto, casa, centro, CEP: 44720-000, Miguel Calmon - BA.**

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, terça-feira, 23 de abril de 2013.

**PEDIDO Nº:**

**000721719**



Normeide de Araujo Silva  
Setor de Certidão



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição  
Ações e Execuções Criminais

Nº 698389

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

**NADA CONSTA**

CONTRA **JOSE FERNANDINO PEREIRA**, ou vinculado(a) ao **CPF: 016.908.255-53**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

**Observações:**

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região ([www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br));
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 14h45, 24/04/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.  
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: [nucju@trf1.gov.br](mailto:nucju@trf1.gov.br)

Data da última atualização do banco de dados: 24/04/2013 14:45



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição  
Ações e Execuções Criminais

Nº 698389

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

**NADA CONSTA**

CONTRA **JOSE FERNANDINO PEREIRA**, ou vinculado(a) ao **CPF: 016.908.255-53**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

**Observações:**

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 14h45, 24/04/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.  
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 24/04/2013 14:45





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria da Segurança Pública**  
**Polícia Civil da Bahia**  
**Centro de Documentação e Estatística Policial**



**CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nome: JOSE FERNANDINO PEREIRA

Número do Rg: 01037766

Nome do Pai: FRANCISCO JOSE PEREIRA

Nome da Mãe: ADELIA ROSA PEREIRA

Data de Nascimento: 28/04/1942

Naturalidade: MIGUEL CALMON BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

**IMPORTANTE:**

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quarta-feira, 24 de abril de 113 às 2:57 PM** e está disponível para consulta no endereço [http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar\\_atestado.asp](http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp), informando o código

**F48C3FD8-0F68-45BE-B12A-4C00D80426B1**

**Obs:** Este certificado tem validade até a data **23/07/2013**



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria da Segurança Pública**  
**Polícia Civil da Bahia**  
**Centro de Documentação e Estatística Policial**



**CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nome: JOSE FERNANDINO PEREIRA

Número do Rg: 01037766

Nome do Pai: FRANCISCO JOSE PEREIRA

Nome da Mãe: ADELIA ROSA PEREIRA

Data de Nascimento: 28/04/1942

Naturalidade: MIGUEL CALMON BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

**IMPORTANTE:**

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quarta-feira, 24 de abril de 113 às 2:57 PM** e está disponível para consulta no endereço [http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar\\_atestado.asp](http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp), informando o código

**F48C3FD8-0F68-45BE-B12A-4C00D80426B1**

**Obs:** Este certificado tem validade até a data **23/07/2013**



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
Subseção Judiciária de Campo Formoso



Certidão de Distribuição  
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 12724

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

**JOSE FERNANDINO PEREIRA**, ou vinculado ao **CPF: 016.908.255-53**,

**N A D A C O N S T A** na Justiça Federal de 1ª Instância, Subseção Judiciária de Campo Formoso.

**Observações:**

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Campo Formoso (**www.jfba.jus.br**), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange apenas a Subseção Judiciária de Campo Formoso, com banco de dados atualizado em:  
Justiça Federal do Estado da Bahia = Campo Formoso/BA;

Campo Formoso/BA, 11h26, 24/04/2013.

Endereço: Praça da Bandeira nº 95 centro, Campo Formoso-BA .  
Fone: (77) 3611-8896. e-Mail: 01vara.cfs@trf1.gov.br





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"

C.152

POLEGAR DIREITO

ANTONIOEL ALVES

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.511.864 DATA DE EXPEDIÇÃO 01-02-1989

NOME ANTONIEL ALVES

NILDA ALVES

M. Calmon-BA 20-01-1971

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. Nasc. M. Calmon-BA, Séde, Nº 124

DOC ORIGEM Liv. 52E, Fls. 062

CPF Bel. Aurelino Gomes Brandão

SALVADOR-BA ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF 620354525-20

CPF

NOME COMPLETO

ANTONIEL ALVES

NASCIMENTO 20/01/71

SINATURA

ANTONIEL ALVES

É VÁLIDA SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE USO OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CAMPO DO AGENTE EMISSOR

237/0585 2

31/10/89

BRANCO

52090/3651

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF

325 Comunicados  
Fls. 93  
Rúbrica: A  
SAC

## DECLARAÇÃO DE CONVIVÊNCIA MARITAL



Eu, **ROBERTANIA GOMES LIMA**, Brasileira, portadora do RG N° 068.747.89-60, cadastrada no CPF/MF. sob o n° 006.409.455-38, residente e domiciliada na rua Antonio Marcolino Oliveira, n° 10, centro, MIGUEL CALMONA (BA), **DECLARO** para os devidos fins que se fizerem necessários que **CONVIVO MARITALMENTE** com **ANTONIEL ALVES**, Brasileiro, portador do RG N° 5.511.864, cadastrado no CPF/MF sob o n° 620.354.525-20, há mais de dez anos, residindo no mesmo endereço já citado a cima, como consta na fatura da COELBA, anexa.

Declaro ainda, está ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art.299 do código penal.

Miguel Calmon - BA, 30 de abril de 2013.

Robertania Gomes Lima.

ROBERTANIA GOMES LIMA

De acordo:

Antoniél Alves.

ANTONIEL ALVES



SEI 53000.024276/2012-91 / pg. 100





www.coelba.com.br

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia  
Av. Edgard Santos, 300 - Cabula VI  
Salvador - BA | CEP 41.181-900  
CNPJ 15.139.629/0001-94 | Insc. Est. 00478696NO

Data de Vencimento

15/04/2013

Total a Pagar (R\$)

29,65

Conta Contrato

0216890884

Atendimento: 0800 071 0800 | Ouvidoria: 0800 071 7676  
Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142  
Para informar falta de energia, envie SMS para 27308 com nº do contrato  
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celulares

## CLASSIFICAÇÃO

RESIDENCIAL  
LIXA RENDA COM NIS  
notafisco

## DADOS DO CLIENTE

ROBERTANIA GOMES LIMA

(A CASA DE ANANIAS)

CPF: 006.409.455-38

NIS: 20328993152

NÚMERO DA NOTA FISCAL	DATA DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL	DATA DA APRESENTAÇÃO
003042067	18/03/2013	21/03/2013

SÉRIE DA NOTA FISCAL	NÚMERO DO CLIENTE	NÚMERO DA INSTALAÇÃO
SÉRIE ÚNICA	1003528976	3296001

Reservado ao Fisco

589B.16CF.4CEE.A276.5ED0.EECB.75F1.767B

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010),  
tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram a  
disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no  
site www.coelba.com.br.

## DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

Quantidade	Preço (R\$)	Valor (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30.0000000	0.16179513
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70.0000000	0.27737141
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	13.0000000	0.41605711

## HISTÓRICO DO CONSUMO

	kWh
MAR 13	113
FEV 13	101
JAN 13	89
DEZ 12	82
NOV 12	97
OUT 12	96
SET 12	92
AGO 12	85
JUL 12	98
JUN 12	79
MAI 12	91
ABR 12	81
MAR 12	85

## TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo até 30 kWh	0.11104000
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	0.19039000
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	0.28554000

TOTAL DA FATURA

29,65

## INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

## COMPOSIÇÃO DO CONSUMO



FARMACIA SANTA RITA  
PCA LAURO DE FREITAS, 25  
CENTRO/MIGUEL CALMON

Phoebus

V124408

PA:140-041805

05/04/2013

H\$ (X) XXXXXXX

10:07

SEQ:00087

COELBA

VAL PG.: R\$ 29,65

8368000000029650030000  
2168908841003214880243

DOCUMENTO VÁLIDO COMO RECIBO DE PAGAMENTO

COELBA SERVIÇOS SOLUÇÃO DE PAGAMENTO



JUSTIÇA ELEITORAL  
103ª ZONA ELEITORAL DE MIGUEL CALMON - BA  
RUA LUIZ GONZAGA RIOS, 10 Telefone 74 36272406



## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: ANTONIEL ALVES  
Inscrição: 056103520523      Zona: 103    Seção: 2  
Município: 37257 - MIGUEL CALMON    UF: BA  
Data de nascimento: 20/01/1971    Domiciliado desde: 23/02/1989  
Filiação: NILDA ALVES  
              NAO CONSTA

Em 18 de abril de 2013.

  
HÉLIO VALOIS COUTINHO FILHO  
SERVIDOR REQUISITADO



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ANTONIEL ALVES**  
**CPF: 620.354.525-20**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 11:24:06 do dia 24/04/2013 <hora e data de Brasília>.

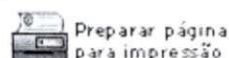
Válida até 21/10/2013.

Código de controle da certidão: **F18C.710D.48CE.FD79**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ANTONIEL ALVES

CPF: 620.354.525-20

Certidão nº: 29066180/2013

Expedição: 24/04/2013, às 10:57:47

Validade: 20/10/2013 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ANTONIEL ALVES**, inscrito(a) no CPF sob o nº **620.354.525-20**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: [cdnt@tst.jus.br](mailto:cdnt@tst.jus.br)



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição  
Ações e Execuções Criminais

Nº 698423

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

**NADA CONSTA**

CONTRA **ANTONIEL ALVES**, ou vinculado(a) ao **CPF: 620.354.525-20**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

**Observações:**

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região ([www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br));
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 14h47, 24/04/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.  
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: [nucju@trf1.gov.br](mailto:nucju@trf1.gov.br)

Data da última atualização do banco de dados: 24/04/2013 14:47



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição  
Ações e Execuções Criminais

Nº 698423

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

**NADA CONSTA**

CONTRA **ANTONIEL ALVES**, ou vinculado(a) ao **CPF: 620.354.525-20**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

**Observações:**

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 14h47, 24/04/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.  
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 24/04/2013 14:47





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria da Segurança Pública**  
**Polícia Civil da Bahia**  
**Centro de Documentação e Estatística Policial**



**CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**



Nome: ANTONIEL ALVES

Número do Rg: 05511864

Nome do Pai:

Nome da Mãe: NILDA ALVES

Data de Nascimento: 20/01/1971

Naturalidade: MIGUEL CALMON BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

**IMPORTANTE:**

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quarta-feira, 24 de abril de 113 às 3:09 PM** e está disponível para consulta no endereço [http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar\\_atestado.asp](http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp), informando o código

**6ED3B22D-B493-4315-9593-483600FA29BA**

**Obs:** Este certificado tem validade até a data **23/07/2013**



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria da Segurança Pública**  
**Polícia Civil da Bahia**  
**Centro de Documentação e Estatística Policial**



**CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**



Nome: ANTONIEL ALVES

Número do Rg: 05511864

Nome do Pai:

Nome da Mãe: NILDA ALVES

Data de Nascimento: 20/01/1971

Naturalidade: MIGUEL CALMON BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

**IMPORTANTE:**

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quarta-feira, 24 de abril de 11h às 3:09 PM** e está disponível para consulta no endereço [http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar\\_atestado.asp](http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp), informando o código

**6ED3B22D-B493-4315-9593-483600FA29BA**

**Obs:** Este certificado tem validade até a data **23/07/2013**



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
Subseção Judiciária de Campo Formoso



Certidão de Distribuição  
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 12723

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

**ANTONIEL ALVES**, ou vinculado ao **CPF: 620.354.525-20**,

**N A D A C O N S T A** na Justiça Federal de 1ª Instância, Subseção Judiciária de Campo Formoso.

**Observações:**

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Subseção Judiciária de Campo Formoso (**www.jfba.jus.br**), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange apenas a Subseção Judiciária de Campo Formoso, com banco de dados atualizado em:  
Justiça Federal do Estado da Bahia = Campo Formoso/BA;

Campo Formoso/BA, 11h25, 24/04/2013.

Endereço: Praça da Bandeira nº 95 centro, Campo Formoso-BA .  
Fone: (77) 3611-8896. e-Mail: 01vara.cfs@trf1.gov.br

[http://www.trf1.jus.br/servicos/certidao/trf1\\_emitecertidao.php?orgao=CFS&nome=ANT...](http://www.trf1.jus.br/servicos/certidao/trf1_emitecertidao.php?orgao=CFS&nome=ANT...) 24/04/2013





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

23/04/2013

000721689



**CERTIDÃO ESTADUAL**  
**AÇÕES CRIMINAIS**

**CERTIDÃO Nº: 000721689**

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça ([www.tjba.jus.br](http://www.tjba.jus.br)).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 17/04/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**ANTONIEL ALVES, brasileiro, casado, radialista, portador do RG: 5511864, CPF: 620.354.525-20, filho de Ignorado e Nilda Alves, natural de Miguel Calmon - BA, nascido aos 20/01/1971, residente na RUA -DA PEDREIRA, CASA, CENTRO, CEP: 44720-000, Miguel Calmon - BA. \*\*\*\*\***

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, terça-feira, 23 de abril de 2013.

**PEDIDO Nº:**

**000721689**



Normeide de Araujo Silva  
Setor de Certidão



23/04/2013

000721689

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**



**CERTIDÃO ESTADUAL**  
**AÇÕES CRIMINAIS**

**CERTIDÃO Nº: 000721689****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça ([www.tjba.jus.br](http://www.tjba.jus.br)).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 17/04/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**ANTONIEL ALVES, brasileiro, casado, radialista, portador do RG: 5511864, CPF: 620.354.525-20, filho de Ignorado e Nilda Alves, natural de Miguel Calmon - BA, nascido aos 20/01/1971, residente na RUA -DA PEDREIRA, CASA, CENTRO, CEP: 44720-000, Miguel Calmon - BA.** \*\*\*\*\*

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, terça-feira, 23 de abril de 2013.

**PEDIDO Nº:**

000721689



Normeide de Araujo Silva  
Setor de Certidão

das Comunicações  
Fis. P6  
Rúbrica  
S.C.C.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO NELLO"

0.152

POLEGAR DIREITA

MARIO AUGUSTO DA SILVA MACHADO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MOORE FORMULÁRIOS LTDA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 04225312 86 DATA DE EXPEDIÇÃO 18/01/94

NOME MARIO AUGUSTO DA SILVA MACHADO

FILIAÇÃO AUGUSTO DOS ANJOS MACHADO MARIA DA SILVA

NATURALIDADE MIGUEL CALMON BA DATA DE NASCIMENTO 12/04/967

DOC. ORIGEM CER-NAS CM-MIGUEL CALMON BA

DST-SEDE L-046 F-196 R-015628

CPF SALVADOR, BA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MOORE FORMULÁRIOS LTDA

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

476.781.355-72

Nome

MARIO AUGUSTO DA SILVA MACHADO

Nascimento

12/04/1967

Padrão - Brasil 005469-F

Cartão de uso pessoal e intransferível.  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão

FEV/2002

BANCO DO BRASIL





# embasa

empresa baiana de águas e saneamento s.a.

## NOTA FISCAL CONTA DE ÁGUA/ESGOTO



MARIO AUGUSTO DA SILVA MACHADO  
TV 1} DURVALINA MIRANDA, 79  
MIGUEL CALMON CENTRO  
CEP - 44.720-000

MATRICULA	077733711 RES-0001
INSCRICAO	0194.01.1401.1.0001.0079.0
ROTEIRO LEITURA	00000000
ROTEIRO ENTREGA	00000000
HIDROMETRO	A10N444862

VENCIMENTO  
10/05/2012

Ligação Gratuita  
0800 0555 195

LOJA: RUA JOAO MARCELINO, 11 TEL 6272409

[www.embasa.ba.gov.br](http://www.embasa.ba.gov.br)



0002775/0003026-0855 1



ACOMPANHE A MEDIÇÃO  
DO SEU HIDRÔMETRO E,  
SE NECESSÁRIO, ENTRE EM  
CONTATO COM A EMBASA  
PARA UMA MELHOR ANÁLISE  
DO SEU CONSUMO.

Para facilitar a consulta, preencha os campos  
abaixo com a leitura do seu hidrômetro (apenas os  
números pretos):

<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

este  
tubo  
eco,  
litos  
nha  
idas

CAPI 12.111.102/001.00 - Folha de Papel Termo Script com 30 metros de comprimento. CAPI 12.111.102/001.00 - Folha de Papel

**Código Débito Automático**

Matricula

077733711

Mês/Ano dv Cidade dv Inscrição Rot.Leitura Rot.Entrega  
05/2012 2 0194 5 01.1401.1.0001.0079.0 00000000 00000000

MARIO AUGUSTO DA SILVA MACHADO

TV 1} DURVALINA MIRANDA, 79  
MIGUEL CALMON CENTRO CEP - 44.720-000  
Nº Hidrômetro Cod.Leitura Leitura Atual Leitura Anterior Dias de Cons. Período de Consumo  
A10N444862 173 165 31 10/03 A 10/04  
Endereço da Ligação Data da Leitura Data da Emissão  
10/04 23/04/2012

TV 1} DURVALINA MIRANDA, 79  
MIGUEL CALMON  
Especificação

CONS. AGUA 8M3

Valores em R\$

15,65

**Consumo dos últimos meses**

Mês/Ano	Consumos (m³)
05/2012	8
04/2012	8
03/2012	7
02/2012	7
01/2012	9
12/2011	8

**Consumos (m³)**

ECONOMIZE AGUA - UMA TORNEIRA PINGANDO DURANTE  
UM MES REPRESENTA UM ACRESCIMO DE 1380 LITROS.

DECRETO FEDERAL Nº 5.440 / 2005

Parâmetros	Nº de Amostras - Rede		
	Exigidas	Analisadas	Em conformidade
Cor - 15 UH	0050	0104	0103
Turbidez - 5,0 UT	0050	0103	0102
Fluor - Max. 1,5 mg/l	0025	0040	0040
Cloro - Min. 0,2 mg/l	0111	0104	0104
Coliformes Totais - (*)	0111	0104	0103
Coliformes Termotolerantes - Ausente	0001	0001	0001

Tarifa RES-0001

**VENCIMENTO TOTAL A PAGAR EM R\$**

10/05/2012 15,65

Faixas de Consumo (m³) VL. Unit.(R\$) X Cons.(m³) X UC = Valor(R\$) ICMS ESGOTO(% água) VL. Total

RESIDENCIAL 1 UNIDADE  
ATE 10 MINIMO 8 15,65

AGUA 15,65 0,00 15,65  
ESGOTO 0 0,00

**Significado dos parâmetros de qualidade da água**

Cor: ocorre devido a partículas dissolvidas na água;  
Turbidez: ocorre devido a partículas em suspensão, que deixam a água com aparência turva;  
Fluor: produto químico adicionado à água para prevenir cáries dentárias;  
Cloro: produto químico utilizado para eliminar bactérias;  
Coliformes Totais: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias;  
Coliformes: indicador utilizado para medir contaminação por bactérias de origem animal (fezes).  
Termotolerantes: (\*) Sistemas que analisam 40 ou mais amostras/mês, ausência em 95% das amostras examinadas.  
(\*\*) Sistemas que analisam menos de 40 amostras/mês, apenas uma amostra poderá apresentar mensalmente resultado positivo.  
(\*\*) Sistema não fluorado  
Obs: Detectadas anomalias, medidas corretivas são adotadas para o retorno a normalidade.  
UH = Unidade de Cor UT = Unidade de Turbidez

Consumo até 30 m³ = 30 mil litros/mês estão isentos de ICMS

Unidades de Consumo - UC (Apartamentos/casas/salas) 0001  
Consumo Médio por Unidade (m³) 8  
Consumo Médio Mensal / Ligação 7

CONFORME LEI FEDERAL 11.445/07 E DECRETO FEDERAL 7.217/10, O ATRASO DO PAGAMENTO DESTA CONTA IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS APÓS 30 DIAS CONTADOS DA DATA DO VENCIMENTO



COELBA GRUPO NEENERGIA  
FARMACIA SANTA RITA  
PCA LAURO DE FREITAS, 25  
CENTRO/MIGUEL CALMON

Phobus V12408 PR:140-040687  
04/05/2012 SEQ:00220  
15:47 1/2

EMBASA

VAL PG. R\$ 15,65

8265000000015650047820  
777337110512200000000000

DOCUMENTO VALIDO COMO RECIBO DE PAGAMENTO  
COELBA SERVICOS SOLUCAO DE PAGAMENTO

gerais de prestação de  
Decretos 3060/1994 e  
Lei Federal 11.445/2007  
7.014/96 Art. 25

ODO.



JUSTIÇA ELEITORAL  
103ª ZONA ELEITORAL DE MIGUEL CALMON - BA  
RUA LUIZ GONZAGA RIOS, 10 Telefone 74 36272406



## Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: MARIO AUGUSTO DA SILVA MACHADO  
Inscrição: 053624700507 Zona: 103 Seção: 16  
Município: 37257 - MIGUEL CALMON UF: BA  
Data de nascimento: 12/04/1967 Domiciliado desde: 21/05/1987  
Filiação: MARIA DA SILVA  
AUGUSTO DOS ANJOS MACHADO

Em 18 de abril de 2013.

  
HÉLIO VALOIS COUTINHO FILHO  
SERVIDOR REQUISITADO





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: MARIO AUGUSTO DA SILVA MACHADO**  
**CPF: 476.781.355-72**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

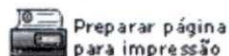
Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.  
Emitida às 16:51:46 do dia 29/04/2013 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 26/10/2013.

Código de controle da certidão: **D4E6.CC34.44C6.569D**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página  
para impressão



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 1 de 1



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: MARIO AUGUSTO DA SILVA MACHADO

CPF: 476.781.355-72

Certidão nº: 29261156/2013

Expedição: 29/04/2013, às 16:57:40

Validade: 25/10/2013 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MARIO AUGUSTO DA SILVA MACHADO**, inscrito(a) no CPF sob o nº **476.781.355-72**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

23/04/2013

000721540



**CERTIDÃO ESTADUAL**  
**AÇÕES CRIMINAIS**

**CERTIDÃO Nº: 000721540**

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça ([www.tjba.jus.br](http://www.tjba.jus.br)).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 17/04/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**MARIO AUGUSTO DA SILVA MACHADO, brasileiro, casado, funcionário público, portador do RG: 0422531286, CPF: 476.781.355-72, filho de Augusto dos Anjos Machado e Maria da Silva, natural de Miguel Calmon - BA, nascido aos 12/04/1967, residente na RUA DURVALINA MIRANDA, CASA, DURVALINA MIRANDA, CEP: 44720-000, Miguel Calmon - BA. \*\*\*\*\***

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, terça-feira, 23 de abril de 2013.

**PEDIDO Nº:**

**000721540**



Normeide de Araujo Silva  
Setor de Certidão





PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição  
Ações e Execuções Criminais

Nº 698321

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

**NADA CONSTA**

CONTRA **MARIO AUGUSTO DA SILVA MACHADO**, ou vinculado(a) ao **CPF: 476.781.355-72**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

**Observações:**

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 14h40, 24/04/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.  
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 24/04/2013 14:40



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria da Segurança Pública**  
**Polícia Civil da Bahia**  
**Centro de Documentação e Estatística Policial**



**CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**



Nome: MARIO AUGUSTO DA SILVA MACHADO

Número do Rg: 04225312

Nome do Pai: AUGUSTO DOS ANJOS MACHADO

Nome da Mãe: MARIA DA SILVA

Data de Nascimento: 12/04/1967

Naturalidade: MIGUEL CALMON BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

**IMPORTANTE:**

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quarta-feira, 24 de abril de 113 às 2:51 PM** e está disponível para consulta no endereço [http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar\\_atestado.asp](http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp), informando o código

**8A61658A-56C4-43AA-B90C-B06529933FD1**

**Obs:** Este certificado tem validade até a data **23/07/2013**



23/04/2013

000721540

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**

**CERTIDÃO ESTADUAL**  
**AÇÕES CRIMINAIS**

**CERTIDÃO Nº: 000721540****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça ([www.tjba.jus.br](http://www.tjba.jus.br)).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais do Estado da Bahia, anteriores a data de 17/04/2013, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**MARIO AUGUSTO DA SILVA MACHADO, brasileiro, casado, funcionário público, portador do RG: 0422531286, CPF: 476.781.355-72, filho de Augusto dos Anjos Machado e Maria da Silva, natural de Miguel Calmon - BA, nascido aos 12/04/1967, residente na RUA DURVALINA MIRANDA, CASA, DURVALINA MIRANDA, CEP: 44720-000, Miguel Calmon - BA. \*\*\*\*\***

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Certidão emitida de acordo com o §1º do art. 8º da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. Nesta certidão constam, inclusive, as ações de competência da auditoria militar.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, terça-feira, 23 de abril de 2013.

**PEDIDO Nº:**

000721540



Normeide de Araujo Silva  
Setor de Certidão





PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição  
Ações e Execuções Criminais

Nº 698321

**CERTIFICO**, revendo os registros de distribuição mantidos desde 30 de março de 1989 até a presente data, **que**

**NADA CONSTA**

CONTRA **MARIO AUGUSTO DA SILVA MACHADO**, ou vinculado(a) ao **CPF: 476.781.355-72**, no sistema processual de 2º grau deste Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

**Observações:**

- a) certidão expedida gratuitamente, através da Internet;
- b) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação;
- c) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- e) esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília/DF, 14h40, 24/04/2013.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A. Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.  
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: nucju@trf1.gov.br

Data da última atualização do banco de dados: 24/04/2013 14:40



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria da Segurança Pública**  
**Polícia Civil da Bahia**  
**Centro de Documentação e Estatística Policial**



### **CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nome: MARIO AUGUSTO DA SILVA MACHADO

Número do Rg: 04225312

Nome do Pai: AUGUSTO DOS ANJOS MACHADO

Nome da Mãe: MARIA DA SILVA

Data de Nascimento: 12/04/1967

Naturalidade: MIGUEL CALMON BA

"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

#### **IMPORTANTE:**

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quarta-feira, 24 de abril de 113 às 2:51 PM** e está disponível para consulta no endereço [http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar\\_atestado.asp](http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp), informando o código

**8A61658A-56C4-43AA-B90C-B06529933FD1**

**Obs:** Este certificado tem validade até a data **23/07/2013**



Ministério Das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços

Esplanada dos Ministérios, Bloco R,

Ed. Anexo Ala Oeste Sala 300

70044-900 - Brasília - D.F.



AR ( ) MP ( )

Peso/Weight: 0,372 Kg



SG097023395BR



Remetente: Jair Gomes da Silva  
Associação Comunitária Calmonense  
Praça Rui Barbosa. s/nº Centro. CEP 44.720-000  
Itiquel Calmon - BA

Exiren C:

Análise 2

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE  
PRAÇA RUY BARBOSA, Nº 24 – MIGUEL CALMON – BAHIA

TEL (74) 3627-2162 - MSN [recfm2009@hotmail.com](mailto:recfm2009@hotmail.com)



Ao  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
BRASÍLIA - DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF  
53000 026353/2013-29  
SEAPA/SCE  
27/05/2013-09:23


**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE FUNCIONAMENTO DO  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO ATRAVÉS DA  
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE**

Senhor coordenador,

**PROCESSO 53000.024276/2012 (Miguel Calmon – BA)** - Conforme nos comprometemos em nosso expediente de 06 de maio de 2013, quando da remessa da documentação cobrada na Nota Técnica nº 0883/2013/CGR/SCE-MC, estamos remetendo declaração complementar com os nomes e assinaturas dos diretores que faltaram naquela remessa.

Agradecendo o acatamento e a tolerância ao nosso pedido, subscrevemo-nos

Atenciosamente,

  
\_\_\_\_\_  
JAIR GOMES DA SILVA  
Presidente

Seanc  
131



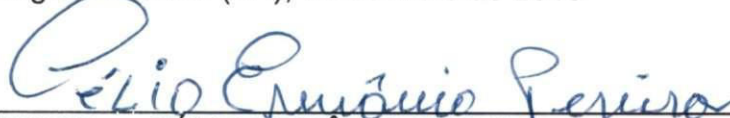
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE**  
**PRAÇA RUY BARBOSA, Nº 24 – MIGUEL CALMON – BAHIA**  
**TEL (74) 3627-2162 - MSN recfm2009@hotmail.com**

**DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL  
À RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

(DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR)


Nós, na qualidade de dirigentes da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE**, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos do regulamento da Norma 1/2011 do serviço de **RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**.

Miguel Calmon (BA), 14 de maio de 2013



NOME: CÉLIO ERMÂNIO PEREIRA

CARGO: Diretor 2º Secretário



NOME: REGINALDO GREGÓRIO DA SILVA

CARGO: Diretor Tesoureiro



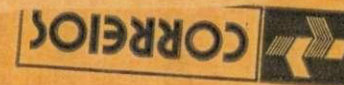
NOME: JOSÉ FERNANDINO PEREIRA

CARGO: Diretor 2º Tesoureiro





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R,  
Ed. ANEXO ALA OESTE SALA 300  
70044-900 BRASÍLIA - DF



REEMBALADO

	CARTA NAO COMERCIAL
AR (X) MP ( )	Peso/Weight: 0.030 Kg
	

REACONDITIONADO



Jair Gomes da Silva  
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE  
PRAÇA - RUI BARBOSA, Nº 24 CENTRO  
CEP. 44.720-000 - MIGUEL CALMON - BA



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO COMUNITARIA CALMONENSE  
**CNPJ:** 01.867.420/0001-32

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 18:45:49 do dia 12/12/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 11/01/2014.

Certidão expedida gratuitamente.



**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**



**Identificação do Processo**

Número: 53000.024276/2012 Localidade / UF: MIGUEL CALMON/BA  
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA CALMONENSE  
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

**Processo**

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

**2. Conclusão Geral (Parecer Legal)**

**PROCESSO INSTRUÍDO COM OS SEGUINTES DOCUMENTOS:**

1. Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom: f. 16
2. Certidão Negativa de débitos administrados pela ANATEL: f. 121
3. CNPJ válido e atual: f. 36
4. Estatuto: f. 18-25
5. Ata de eleição: PENDENTE - DIRETORIA NÃO ESTÁ MAIS EM EXERCÍCIO (f. 33-35)
6. Relatório Conselho Comunitário: PENDENTE - SEM GRADE DE PROGRAMAÇÃO (f. 26, 45)
7. Cópias dos RG e CPF dos Diretores: PENDENTE

**CONSTATAÇÕES:**

- a. O processo não está suficientemente instruído.
- b. O Estatuto não está em conformidade com a Norma 1/2011.
- c. Notou-se indício de possível desrespeito à necessária alternância de Diretorias.

**CONCLUSÃO:**

Elaborada NT 3408 solicitando documentos e esclarecimentos.

\*\*\* Analista Jurídico: TÁCIO NEVES

  
Pedro Luis Barreto Vianna Rocha



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF  
(61) 3311-6281

Ofício nº 7145 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 19 de dezembro de 2013.

Ao(à) Senhor(a)

**JAIR GOMES DA SILVA**

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE

Praça Rui Barbosa, s. nº., Centro

44.720-000 Miguel Calmon/BA

Assunto: **Nota Técnica de Exigência referente ao Processo nº 53000.024276/2012-91**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000. 024276/2012-91**, na localidade de **Miguel Calmon/BA**, no qual essa Entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da **Nota Técnica nº 3408**, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.

2. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.

3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,

**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 3408/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.024276/2012-91

Processo de Outorga nº 53640.001556/98

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de pedido da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE** para renovação da outorga de prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Miguel Calmon/BA**.

## ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de Serviço de Radiodifusão Comunitária até 30/11/2013, solicitamos os documentos explicitados a seguir para dar andamento ao processo de delegação, tudo conforme os dispositivos da Norma 1/2011, apontados em cada um dos itens listados abaixo:

- I. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma 1/2011, isto é, relatório resumido acompanhado da grade de programação, bem como avaliação do Conselho Comunitário a respeito da mesma (subitens 20.3, “h” combinado com 21.4.1);
- II. Ata de eleição e posse da nova Diretoria, visto que a ata constante no processo (fls. 33-35) trata da Diretoria com exercício no biênio 2011/2012 (subitens 20.3, “e”);
- III. Caso a nova Diretoria seja composta por membros diferentes e tão somente nessa hipótese, cópias do RG e do CPF de todos os Diretores (art. 9º, §2º, III e IV da Lei nº. 9.612/1998 e subitem 8.1, “e” da Norma 1/2011) e;
- IV. Adequação do Estatuto para o fim de:
  - a) indicar as condições para alteração das disposições estatutárias, observadas as disposições do art. 59 da Lei nº. 10.406/2002 – Código Civil (subitens 20.3, “d” combinado com 8.2, “i”);
  - b) indicar os critérios para exclusão dos associados (subitens 20.3, “d” combinado com 8.3, “a”);
  - c) assegurar, expressamente, o ingresso gratuito, como associado, de qualquer pessoa, física ou jurídica, residente ou sediada na área de prestação do Serviço (subitens 20.3, “d” combinado com 8.3, “b”);
  - d) assegurar o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes (subitens 20.3, “d” combinado com 8.3, “d”);



- e) prever, dentre as atribuições da Assembleia Geral, aquelas constantes no art. 59 da Lei nº. 10.406/2002 – Código Civil (subitem 20.3, “d” combinado com 8.3, “h”) e;  
f) alterando o art. 12, § único, II do Estatuto Social, garantir que a Assembleia Geral possa ser convocada pelo mínimo de 1/5 (um quinto) dos associados (art. 60 da Lei n. 10.406/2002 – Código Civil).

3. Com o fim de esclarecer a Entidade Requerente, acrescenta-se que o relatório do Conselho Comunitário, solicitado no “item I” acima, tem de vir acompanhado da grade de programação. A ausência desta última levou a que se desconsiderassem os relatórios que foram encaminhados (fls. 26 e 45).

4. À oportunidade, é importante destacar que, conforme Parecer de lavra do Senador Antônio Carlos Júnior, datado de 19/03/2002, disponível em sítio eletrônico<sup>1</sup>, o Sr. JAIR GOMES DA SILVA é apontado como Presidente da Entidade ora requerente desde a mencionada data.

5. Dado que a Lei nº. 9.612/1998, através do seu art. 7º, busca manter esse meio de comunicação, Serviço Público por excelência (art. 21, XII, “a” da Constituição da República Federativa do Brasil), como instâncias democráticas, plurais e, portanto, abertas à comunidade como um todo; e visto ainda que a regulamentação da citada Lei, dando-lhe cumprimento, requer uma alternância na direção da Entidade prestadora do Serviço (subitem 8.2, “h3”<sup>2</sup>), faz-se necessário que a Entidade traga aos autos cópia das atas de eleição e posse de sua Diretoria, **a abranger todo o período da outorga**.

6. Consigna-se ao final que a certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel, que estava pendente, é juntada aos autos nesta ocasião.


#### CONCLUSÃO

7. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

8. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 12 de dezembro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
**TÁCIO NEVES FROTA SOUZA**  
*Técnico de Nível Superior*

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 3408/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 18 de dezembro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
*Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária*

<sup>1</sup> <http://www.senado.gov.br/atividade/Materia/getPDF.asp?t=28965>

<sup>2</sup> h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução;  
TNFS/53000.024276/2012-91/CGRC



## PARECER Nº , DE 2002

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2001 (nº 1.030, de 2001, na Câmara dos Deputados), que “aprova o ato que autoriza a **Associação Comunitária Calmonense** a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miguel Calmon, Estado da Bahia”.

RELATOR: Senador **ANTONIO CARLOS JUNIOR**

### I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2001 (nº 1.030, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a *Associação Comunitária Calmonense* a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miguel Calmon, Estado da Bahia.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.605, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 464, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 3º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da *Associação Comunitária Calmonense* (cf. fl. 27):

- Presidente - Jair Gomes da Silva
- Vice-Presidente - Vicente Mussolini Micucci
- 1ª Secretária - Maria Elena Gonçalves
- 2ª Secretária - Beatriz Barbosa Sampaio de Farias
- Primeiro Tesoureiro - João Nicolau Rios Valois
- Segundo Tesoureiro - José Carlos Araújo dos Santos

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Pedro Canedo.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## II – ANÁLISE

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

## III – VOTO

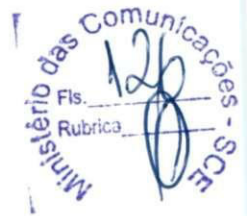
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 432, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a *Associação Comunitária Calmonense* atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela **APROVAÇÃO** do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em 19 de Março de 2002.

, Presidente

, Relator





## PARECER Nº , DE 2002

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2001 (nº 1.030, de 2001, na Câmara dos Deputados), que “aprova o ato que autoriza a **Associação Comunitária Calmonense** a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miguel Calmon, Estado da Bahia”.

RELATOR: Senador **ANTONIO CARLOS JUNIOR**

### I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2001 (nº 1.030, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a *Associação Comunitária Calmonense* a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miguel Calmon, Estado da Bahia.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.605, de 2000, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 464, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a exploração de canal de radiodifusão, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 3º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a direção da *Associação Comunitária Calmonense* (cf. fl. 27):

- Presidente - Jair Gomes da Silva
- Vice-Presidente - Vicente Mussolini Micucci
- 1ª Secretária - Maria Elena Gonçalves
- 2ª Secretária - Beatriz Barbosa Sampaio de Farias
- Primeiro Tesoureiro - João Nicolau Rios Valois
- Segundo Tesoureiro - José Carlos Araújo dos Santos

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator, Deputado Pedro Canedo.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## II – ANÁLISE

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

## III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 432, de 2001, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a *Associação Comunitária Calmonense* atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à autorização, opinamos pela **APROVAÇÃO** do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em 19 de Março de 2002.

, Presidente

, Relator

*At*





# RÁDIO COMUNITÁRIA



*Canabrava Fm 87,9*

A PIONEIRA DA CIDADE \* MIGUEL CALMON - BA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 009045/2014-10

SEAPA/SCE

27/02/2014 09:36



SEARC  
130

Ao

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

BRASÍLIA - DF

## **ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO ATRAVÉS DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE**

Senhor coordenador,

Em atenção ao seu **Ofício nº 7145/2013/CGRC/SCE-MC**, de 18 de dezembro de 2013, atinente ao processo **53000.024276/2012-91** (Miguel Calmon – BA), vimos informar que estamos providenciando o que ali é pedido.

Entretanto, algumas situações nos forçam a pedir prorrogação do prazo, amparado, em parte, no item três do ofício supra citado, ou seja: Miguel Calmon, como toda a região, vem, de há tempos, sofrendo com a maior estiagem dos últimos 20 a trinta anos. Em 2012 foi considerado o estado de calamidade pública, onde se criaram movimentos de redução dos efeitos da seca, inclusive Lei municipal nº 451/2012, instituindo o Programa Municipal de Combate aos Efeitos da Seca.

Por que estamos citando isto? A maioria dos participantes da Diretoria da Associação são pequenos produtores rurais e estiveram, e ainda estão (porque a seca não acabou) lutando para amenizar os efeitos da seca. É lógico e justo que eles se empenhem primeiramente em seus afazeres patrimoniais e isso tem sobrado pouco tempo para as associações.

A piorar a situação, o presidente da Associação esteve em tratamento de saúde na capital deste Estado, justamente no período da chegada do ofício em foco. Não se afastou da presidência porque sua saída temporária planejada duraria muito menos do que o que efetivamente durou.

De antemão, informamos que já estamos convocando extraordinariamente a assembléia para alteração nos estatutos para adaptá-lo às exigências da Radiodifusão Comunitária.

Esse atraso não interferirá no bom desempenho e a conduta da emissora dentro dos padrões e regras da radiodifusão. O grande serviço que presta à comunidade no dia-a-dia não pode sofrer interrupção e, por isso, estamos agilizando a documentação para envio antes do término da prorrogação do prazo solicitada.

Miguel Calmon (BA) 18 de fevereiro de 2014

**JAIR GOMES DA SILVA**  
Presidente



Ministério  
Fls. 120  
Rubrica  
SCE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ANEXO B SALA 300-  
70044-900 - BRASILIA - DF





JAIR GOMES DA SILVA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE

PRAÇA-RUY BARBOSA, Nº 24 CENTRO

CEP - 44720-000 MIGUEL CALMON - BA

Autorizado - Miguel Calmon/BA 53640.001556/98  
24276/12 - EXIREN

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE**

CNPJ: (MF) N° 01.867.420/0001-32

PRAÇA Rui Barbosa, n° 24, Sede – CEP: 44720-000 – Miguel Calmon-Ba

Ministério das Comunicações  
Fig. 129  
SCE

Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Miguel Calmon/Ba

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASIL  
53000 014933/2014-54  
SEAPA/SCE  
07/04/2014-08:55

O Sr° Jair Gomes da Silva presidente ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE, CNPJ: 01.867.420/0001-32, , estabelecida na Praça Rui Barbosa, n° 24, Sede, Cep: 44720-000, nesta cidade de Miguel Calmon-Ba, vem por meio deste solicitar o Registro da Ata de Eleição e posse do Conselho Fiscal para o quinquênio 2014/2019, realizada no dia 27/03/2014.

Neste termos

Pede Deferimento.

Miguel Calmon, 01 de Abril de 2014.

Atenciosamente;

MARIA AUGUSTA MIRANDA DE ARAUJO  
SUBTABELA DESIGNADA  
COMARCA DE MIGUEL CALMON-BA

*Jair Gomes da Silva*  
Jair Gomes da Silva

Presidente

Cpf: 056.260.135-04, RG: 14220244040 SSP/BA

Reconheço Própria a Firma do Sr. Jair  
Gomes da Silva  
Miguel Calmon 01 de 04 de 2014  
Em test° usua da verdade

MARIA AUGUSTA MIRANDA DE ARAUJO  
SUBTABELA DESIGNADA  
COMARCA DE MIGUEL CALMON-BA

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Registro do Estado da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
0385 AB002501-7  
Consulte o Selo em www.tba.jus.br/autenticidade

Searc  
131



*[Handwritten signature]*

das Comunicações  
Rubrica  
120

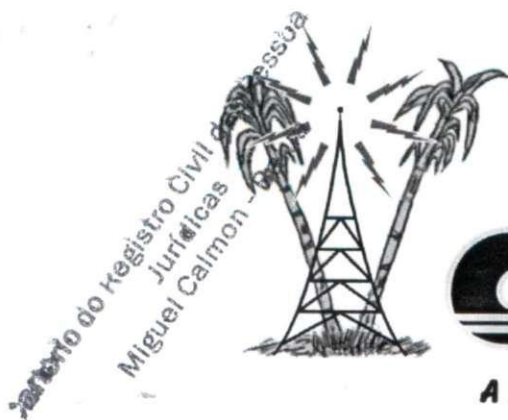
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE, MANTENEDORA DA EMISSORA COMUNITÁRIA CANABRATA EM 07.09.2013

VINTE E SETE DIAS DE MARÇO DE DOIS MIL E CATORZE, ÀS VINTE HORAS, NO SALÃO SÃO JOSÉ, SITO NA PRAÇA RUY BARBOSA, NESTA CIDADE, REÚNE-SE OS ASSOCIADOS, EM ASSEMBLEIA GERAL, CONVOCADA PELO PRESIDENTE SR. JOIR GOMES DA SILVA, PARA ELEGER E DAR POSSE AOS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA REFERIDA ASSOCIAÇÃO, PARA O MANDATO REGULAMENTAR DE CINCO ANOS, CONFORME O ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO. O PRESIDENTE FAZ UMA ORAÇÃO PARA O BOM ÊXITO, EM SEQUIDA LÊ O EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONFORME O ARTIGO 23 DO ESTATUTO.

EM TEMPO APRESENTA OS COMPONENTES DA CHAPA ELEITIVA. TITULARES: PRIMEIRO MEMBRO SR. JOSÉ FERNANDINO PEREIRA, SEGUNDO MEMBRO SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO, TERCEIRO MEMBRO SR. SOLON RIOS. SUPLENTE: PRIMEIRO MEMBRO SR. REGINALDO GREGÓRIO DA SILVA, SEGUNDO MEMBRO SR. CÉLIO ERMÂNIO PEREIRA, TERCEIRO MEMBRO SR. TOLENTINO FERREIRA DA SILVA. O PRESIDENTE VERIFICA O NÚMERO DE ASSOCIADOS E VÊ QUE HÁ QUORUM SUFICIENTE PARA A ELEIÇÃO. APÓS ELEITOS SÃO EMPRESSADOS. A ASSEMBLEIA FELICITA PELA BOA ESCOLHA DO MEMBROS DO CONSELHO. NAU HAVENDO NADA MAIS A TRATAR, O PRESIDENTE ABRADECE AOS PRESENTES E ENCERRA A SESSÃO. EU, VALTERNEI OLIVEIRA SILVA, PRIMEIRO SECR. TÁRIO, LAUREI A PRESENTE ATA, A QUAL APÓS LIDA E ANUADA CONFORME, SERÁ ASSINADA POR MIM E PELOS PRESENTES. MANUEL CALMON, VINTE E SETE DE MARÇO DE DOIS MIL E CATORZE.

*[Handwritten signatures and names]*  
Joir Gomes da Silva, Vicente Mussolun Mucchi, José Carlos Araújo dos Santos, Ernesto Hennogen Costa, Valternei Oliveira Silva, Maria da Solidade Almeida Coelho, Hércules Fernandes, Antenor Alves, Régio do Jigoris, da Silva, Valdira Miranda de Carvalho, Luciano dos Anjos Silva, Célio Ermânio Pereira,





**REGISTRADO  
RÁDIO  
COMUNITÁRIA**

**Canabrava Fm 87,9**

**A PIONEIRA DA CIDADE \* MIGUEL CALMON - BA**



**ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA  
CALMONENSE**

**CAPÍTULO I**

Denominação, Sede, Objetivo e Duração.

ARTIGO 1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE é uma associação comunitária sem fins lucrativos, com patrimônio distinto do de seus membros, que se regerá pelo presente estatuto e pela legislação específica.

Parágrafo único – Para o fim específico de explorar os serviços de Radiodifusão Comunitária a Associação terá o nome de fantasia “RÁDIO CANABRAVA FM”.

ARTIGO 2º - A sede da Associação será na Praça Rui Barbosa, nº 24, Centro, Miguel Calmon, Estado da Bahia.

ARTIGO 3º - A Associação terá como objetivos:

- I. Despertar interesse da comunidade para os problemas sociais que a aflige;
- II. Promover cursos que sejam do interesse da comunidade e que possam elevar o seu padrão cultural e profissional;
- III. Promover atividades e competições: civis, culturais, esportivas e recreativas para crianças, jovens e adultos de toda a comunidade;
- IV. Participar dos empreendimentos e campanhas comunitárias, culturais e filantrópicas com apoio e trabalhos conjuntos;
- V. Levantar, sempre que necessário, as dificuldades da comunidade, solicitando as providências dos órgãos públicos competentes, através de relatórios aprovados em reunião;
- VI. Instalar e explorar serviços de Radiodifusão Comunitária, mediante a autorização outorgada por ato do poder público competente, tendo como finalidades o que dispõe o artigo 3º da lei nº 9.612, de 1998.

ARTIGO 4º - A duração da Associação é por prazo indeterminado.

**CAPÍTULO II**

Dos Associados

ARTIGO 5º - São considerados Associados todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAL-

MONENSE, mediante preenchimento do formulário próprio, que sejam aprovados pela Diretoria e homologação da admissão em Assembléia Geral.

ARTIGO 6º - É assegurado o ingresso gratuito, como associado, de qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço.

ARTIGO 7º - É assegurado o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.

ARTIGO 8º - A Associação será composta por número ilimitado de Associados, distinguidos em três categorias, a saber:

- a) Associados Fundadores – Os que assinaram a ata de fundação.
- b) Associados Honorários – Os que se distinguirem por benefícios relevantes à Associação ou coletividade.
- c) Associados Contribuintes – Qualquer pessoa física ou jurídica, esta nas condições do artigo 7º deste Estatuto, que contribua mensalmente com qualquer importância designada em Assembléia Geral.

ARTIGO 9º - Terão direito a voto nas Assembleias às categorias de Associados fundadores e contribuintes, estes últimos, desde que, em dia com sua contribuição e que estejam associados há mais de 90 (noventa) dias.

Parágrafo primeiro – nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma prevista na lei ou neste estatuto.

Parágrafo segundo – Somente terão direito a voto nas Assembléias os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (de) anos, maiores de 18 (dezoito) anos, bem como os representantes legais das pessoas jurídicas admitidas na forma do artigo 7º deste Estatuto;

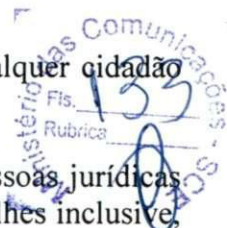
Parágrafo terceiro - Os Associados honorários podem participar das Assembléias da Associação tendo direito à voz, **mas não direito a voto**.

Parágrafo quarto - Para exercer o direito de ser votado para os cargos da Diretoria Executiva ou Conselheiro Fiscal, o Associado Regular deve contar com, no mínimo, 01 (um) ano como associado.

ARTIGO 10º - Os membros da Associação se comprometem a:

- I. Dedicar um mínimo de duas horas na semana à divulgação e participação dos trabalhos da entidade dentro de sua disponibilidade;
- II. Incentivar a participação de novas pessoas da comunidade;
- III. Comparecer às reuniões que sejam gerais ou específicas para se inteirar das atividades da associação e discutir as decisões;
- IV. Zelar pelo bom nome da Associação mantendo conduta que inspire confiança e respeito da comunidade;
- V. TRABALHAR PARA O PROGRESSO DOS EMPREENDIMENTOS, DIVULGANDO NO SEU MEIO FAMILIAR E SOCIAL O TRABALHO DA ENTIDADE.

Cartório do Registro Civil das Pessoas  
Jurídicas  
Miguel Calmon - Bahia





## Da exclusão do associado

**ARTIGO 11º** - Será excluído o associado por sua morte, incapacidade civil não suprida, ou deixar de residir na área de atuação da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE;

Parágrafo único: pessoas jurídicas serão excluídas se dissolvidas ou se passarem a desenvolver atividades lucrativas ou contrárias aos objetivos da Associação ou, ainda, sejam deslocadas da área de execução do serviço a que se propõe a Associação.

**ARTIGO 12-** A perda da qualidade de associado por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Associação será determinada pela Assembléia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:

- I. Violação do Estatuto social;
- II. Difamação da Associação, de seus membros ou de seus associados;
- III. Atividades contrárias às decisões das Assembléias Gerais;
- IV. Recuse sem justificativa, prática de atos que, se não executados, causem danos morais e/ou financeiros à Associação;
- V. Desvio dos bons costumes;
- VI. Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;
- VII. Falta de pagamento, de três parcelas consecutivas das contribuições associativas.

**ARTIGO 13** – Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;

**ARTIGO 14** – Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decidida em reunião extraordinária da Diretoria por maioria simples de votos dos diretores presentes;

**ARTIGO 15** – Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembléia Geral, o qual deverá no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação extrajudicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da Assembléia Geral;

**ARTIGO 16** - Os motivos que ocasionaram a eliminação devem constar de Termo, a ser lavrado no Livro de Matrículas, assinado pelo Presidente.

**ARTIGO 17** – Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que título for;

Parágrafo único – O associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

## CAPÍTULO III

### Seção I – Da Administração

**ARTIGO 18** - São Órgãos da Administração a Assembléia Geral, a Diretoria e o Conselho Fiscal.

Cartório do Registro Civil das Pessoas  
Jurídicas  
Miguel Calmon - Bahia

Associação Comunitária Calmonense  
Rubrica

ARTIGO 19 – A Associação será dirigida por uma Diretoria Executiva eleita em Assembléia Geral, para um período de 02 (dois) anos, podendo ser reeleita por mais um mandato de dois anos.

Parágrafo primeiro - o Cargo de Diretor Cultural, de Operações e de Comunicação Social será indicado pelo Presidente.

Parágrafo segundo – o ano Administrativo coincide com o ano do Exercício Social.

ARTIGO 20 - As eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal serão realizadas com no mínimo 15 (quinze) dias que antecedem ao término do mandato em exercício.

Parágrafo primeiro – Poderão ser inscritas chapas completas de candidatos regulares, podendo constar de membros da diretoria em exercício.

Parágrafo segundo - O Presidente e o Vice Presidente em exercício pela segunda vez consecutiva não poderão tomar parte na chapa inscrita, em nenhum desses dois cargos, em consonância com o art. 19.

Parágrafo terceiro - um Associado poderá fazer parte de várias chapas, para o mesmo ou para cargo diferente.

Parágrafo quarto – não comporá a chapa o cargo de Diretor Cultural, de Operações e de Comunicação Social.

ARTIGO 21 – Os membros da Administração deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, maiores de 18 (dezoito) anos e manter residência na área da comunidade atendida.

I – É vedado participar da administração membros que ocupem cargos eletivos;

II – É vedado participar da administração, parentes em primeiro grau de detentores de mandato político.

III – É vedado participar da administração membros que ocupem cargo de direção em outras entidades detentoras de outorga para exploração de serviços de radiodifusão ou distribuição de sinais de televisão mediante assinatura e outras congêneres.

## Seção II – Assembléia Geral

ARTIGO 22 – A Assembléia Geral é constituída por todos os Associados, no pleno gozo de seus direitos.

Parágrafo primeiro – A Assembléia Geral reunir-se-á:

- I. Ordinariamente uma vez ao ano, na primeira quinzena do mês de fevereiro, para tomar conhecimentos dos relatórios e balanço das contas da Diretoria, discuti-los e votá-los, bem como resolver sobre quaisquer assuntos de interesse social, salvo emendas e reformas do Estatuto.
- II. Extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocado pelo Presidente da Associação, por proposta da Diretoria, do Conselho fiscal ou a requerimento de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Associados.

Parágrafo segundo – As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Presidente, mediante edital fixado na sede da Associação por circulares, meios de comunicação existentes na comunidade atendida, ou outras, julgados necessários, com antecedência de no mínimo 5 (cinco) dias.

Parágrafo terceiro – As Assembléias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias, deliberam em primeira convocação com a presença de metade e mais um dos sócios com direito a voto



e em segunda convocação, após trinta minutos, com qualquer número de sócios presentes.

#### ARTIGO 23 – Compete privativamente à Assembléia Geral:

- I – Aceitar e excluir Associados;
- II – Eleger por voto direto os cargos da Diretoria e Conselho Fiscal da Associação;
- III – Aceitar o pedido de demissão voluntária de membros da Diretoria;
- IV – Dispor dos cargos, por razões justas e graves, dos membros da Diretoria;
- V – Tomar conhecimento e aprovar ou não as prestações de contas e demais atos da Diretoria;
- VI – Fixar as normas para admissão de patrocínio sob a forma de apoio cultural, de acordo com o art. 18 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998;
- VII – alterar o estatuto;
- VIII – destituir administradores;
- IX – Aprovar o regimento interno da associação.

Parágrafo único – A destituição de administrador se dará por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes e fundadores em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de **2/3 (dois terços)** dos presentes, sendo, em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, meia hora após a primeira, com qualquer número de associados.

ARTIGO 24 – Em caso de perda de mandato ou renúncia do presidente, o cargo será preenchido pelo Vice-Presidente.

Parágrafo primeiro – estando vago o cargo de Vice-Presidente, por qualquer motivo, o Primeiro Secretário será imediatamente empossado no cargo de Presidente.

Parágrafo segundo – Se da data da posse até o final do mandato da Diretoria em Exercício houver um lapso de tempo superior a 120 (cento e vinte) dias, o Secretário empossado Presidente convocará eleições para escolha de novo Presidente e Vice Presidente que complementarão o mandato do renunciante ou destituído.

Parágrafo terceiro – Sendo o tempo menor ou igual a 120 (cento e vinte) dias, o Secretário empossado Presidente permanecerá nesse cargo o final do mandato do renunciante ou destituído. Seu substituto eventual será o Secretário em exercício.

Parágrafo quarto - Em caso de perda de mandato ou renúncia de qualquer outro membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, o cargo será preenchido pelo substituto legal na forma dos art. 30, I, art. 32, I e art. 34 deste estatuto. Nessa situação, para o cargo de 2º Secretário ou 2º Tesoureiro, será indicado pela Diretoria Executiva um associado.

Parágrafo quinto - Os diretores e conselheiros empossados nessas condições complementarão o mandato dos renunciantes ou destituídos.

#### Seção III – Da Diretoria Executiva

ARTIGO 25 – A Diretoria Executiva será composta dos seguintes cargos diretores:

- I. Presidente;
- II. Vice Presidente;
- III. Primeiro Secretário;
- IV. Segundo Secretário;



- V. Primeiro Tesoureiro;
- VI. Segundo Tesoureiro;
- VII. Diretor Cultural, de Operações e de Comunicação Social.



#### ARTIGO 26 – Compete a Diretoria:

- I – Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as deliberações da Assembléia Geral e Conselho Fiscal;
- II - Elaborar e apresentar anualmente à Assembléia Geral e Conselho Fiscal relatório circunstanciado de suas atividades, balanço patrimonial e prestação de contas do exercício findo;
- III – Orientar toda a administração da Associação;
- IV – Nomear o Conselho Comunitário;
- V – Apresentar ao Conselho Comunitário toda e qualquer programação da emissora.
- VI – Elaborar o Regulamento Interno da Associação, para apreciação e aprovação da Assembléia Geral.

#### Subseção I – Da Competência Específica

#### ARTIGO 27 – São atribuições do Presidente:

- I. Os poderes da administração em geral, salvo os que neste Estatuto são conferidos à Assembléia Geral e Conselho Fiscal, necessário ao desenvolvimento de suas atividades na Associação;
- II. Representar ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente a Associação, podendo para tal fim designar procurador;
- III. Em conjunto com o Primeiro Tesoureiro, abrir, movimentar, encerrar contas bancárias, assinar convênios, contrair obrigações, empréstimos e transigir, desde que emitido parecer antecipado pelo Conselho Fiscal;
- IV. Tomar medidas urgentes em defesa da Associação;
- V. Presidir as Assembléias Gerais.

#### ARTIGO 28 – São atribuições do Vice-Presidente;

- I - Substituir o Presidente sempre que necessário;
- II – Acompanhá-lo, sempre que possível, em suas atividades.

#### ARTIGO 29 – São atribuições do Primeiro Secretário:

- I – Secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e Assembléia Geral e redigir as competentes atas.
- II – Publicar todas as atividades da Associação;
- III – Assinar a correspondência da Associação;
- IV – Superintender os serviços de secretaria;
- V – Atuar como relações públicas da Associação.

#### ARTIGO 30 – São atribuições do Segundo Secretário:

- I – Substituir o Primeiro Secretário sempre que necessário;
- II – Acompanhá-lo, sempre que possível, em suas atividades.

#### ARTIGO 31 – São atribuições do Primeiro Tesoureiro:

- I – Arrecadar e guardar sob sua responsabilidade todos os valores e pertences da Associação;
- II – Manter em ordem e atualizado o patrimônio móvel e imóvel da Associação;
- III – Cobrar e receber contribuições, donativos ou rendas devidas à Associação;
- IV – Elaborar e apresentar o relatório patrimonial da Associação à Assembleia Geral e ao Conselho Fiscal;
- V – Pagar todas as despesas, contas, obrigações, assinando com o Presidente os cheques e ordens de pagamento;
- VI – Manter em ordem, clareza e atualizada a escritura contábil;
- VII – Ter em mãos o valor relativo a um salário mínimo vigente, para as pequenas despesas e de pagamento.

#### ARTIGO 32 – São atribuições do Segundo Tesoureiro:

- I – Substituir o Primeiro Tesoureiro sempre que necessário;
- II – Acompanhá-lo, sempre que possível, em suas atividades.

#### ARTIGO 33 – São atribuições do Diretor Cultural, de Operações e de Comunicação Social:

- I - Implementar e supervisionar a programação, respondendo pela qualidade operacional das transmissões;
- II - Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;
- III - Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada, sistemática e eficiente a divulgação do nome, objetivos e realizações da Associação;
- IV - Coordenar e supervisionar a elaboração de material de divulgação da Associação, bem como dos documentos de leitura obrigatória.

#### Seção IV – Do Conselho Fiscal

ARTIGO 34 – O Conselho Fiscal compor-se-á de 3 (três) membros efetivos, cada um dos quais com um suplente, eleitos a cada 5 (cinco) anos pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos, por mais um mandato.

#### ARTIGO 35 – Compete ao Conselho Fiscal:

- I – Fiscalizar a gestão financeira, sem interferência na aplicação do numerário;
- II – Opinar sobre os balancetes mensais e o balanço anual, lançando sobre os mesmos o seu visto;
- III – Reunir-se, ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente quando necessário.

### CAPÍTULO IV

#### Do Conselho Comunitário

ARTIGO 36 – O Conselho Comunitário será constituído de no mínimo 5 (cinco) pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de 1998.



Parágrafo único – O Conselho Comunitário poderá ser reformado, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Diretoria, quando ficar evidenciado desvio do objetivo desse Conselho.

## **CAPÍTULO V**

### **Do Patrimônio**

ARTIGO 37 – O patrimônio social será constituído das contribuições dos Associados da Associação, doações, subvenções, patrocínios sob forma de apoio cultural conforme o artigo 18 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

ARTIGO 38 – A alienação hipoteca penhor, venda ou troca dos bens patrimoniais da Associação somente poderá ser decidida por aprovação da maioria absoluta da Assembléia Geral Extraordinária, convocada especificamente para tal fim.

## **CAPÍTULO VI**

### **Do Exercício Social**

ARTIGO 39 – O exercício social terá a duração de um ano, terminando em 31 de dezembro de cada ano.

ARTIGO 40 – No fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar com base na escrituração contábil da Associação, um balanço patrimonial demonstração de resultado do exercício e uma demonstração da origem e aplicações de recursos.

## **CAPÍTULO VII**

### **DA REFORMA ESTATUTÁRIA**

ARTIGO 41 - O presente Estatuto social poderá ser reformado, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes e fundadores em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, meia hora após a primeira, com qualquer número de associados.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Da Liquidação**

ARTIGO 42– A Associação poderá ser extinta por deliberação da maioria absoluta dos associados, em qualquer tempo, desde que seja convocada uma Assembléia Geral Extraordinária para tal fim.

Parágrafo único – A Associação também poderá ser extinta por determinação legal.

ARTIGO 43 – No caso da extinção, competirá à Assembléia Geral Extraordinária estabelecer o modo de liquidação, nomear o liquidante, assim como o Conselho Fiscal, que permanecerão funcionando durante o período de liquidação.





ARTIGO 44 – Em caso de extinção da Associação, os bens serão doados a entidades congêneres, a partir de deliberação da Assembléia Geral em reunião extraordinária, observado o quanto disposto no artigo 61 do Código Civil.

## CAPÍTULO IX

### Disposições Gerais e Transitórias

ARTIGO 45 – Os casos omissos neste Estatuto serão sanados pela Diretoria Executiva e encaminhados à Assembléia Geral, para apreciação e aprovação.

ARTIGO 46 - A Associação não remunerará membros fundadores, honorários, contribuintes, participantes da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário pelo exercício de suas atribuições; não lhes distribui dividendos, lucros, vantagens e bonificações sob qualquer forma ou pretexto.

ARTIGO 47 - A Associação poderá efetuar alterações em seu ato constitutivo e modificar a composição de sua diretoria, sem prévia anuência do Poder Concedente, respeitados os limites impostos pelo artigo 13 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

ARTIGO 48 - Fica eleito o foro da Comarca de Miguel Calmon, Estado da Bahia, para qualquer ação fundada neste Estatuto.

Miguel Calmon, 06 de março 2014.

  
Jair Gomes da Silva  
Presidente

  
Hildemário Santos Rios  
Advogado – OAB 23.703

ANOTAÇÃO	
Protocolo página	270 nº 4.223
Apresentando hoje das	08:00 as 14:00 horas
Registro Lv.	A-10 Fls. 196v nº 1.410 ordem.
Miguel Calmon	25 de março de 2014
Oficial	Maria Edna Rocha Pereira
MARIA EDNA ROCHA PEREIRA	
Cadastro nº 801.773-5	
COMARCA DE MIGUEL CALMON	

DATE m 874370





a, Ata da sessão extraordinária da Assembleia Geral  
da Associação Comunitária Calmonense, mantenedora  
da Emissora Comunitária Canabrava FM 87.9. Aos seis  
dias do mês de março de dois mil e catorze, às  
vinte e duas horas, no salão São José, situado  
na Praça Rui Barbosa, nesta cidade, reúne-  
se os associados em Assembleia Geral, convocada  
pelo presidente Sr. Jair Gomes da Silva, tendo co-  
mo pauta discutir e aprovar a reforma do  
novo Estatuto, que rege dentro das normas  
do novo Código Civil brasileiro a referida  
Emissora. O Sr. Jair expressa uma prece ao  
Espírito Santo, em seguida expõe que recebeu  
um Ofício nº 7145 / 2013 / LGRL / SGE-ME,  
com anexo cópia da Nota Técnica nº 3408, so-  
licitando apresentação de documentos necessá-  
rios à instrução processual para a renovação  
de outorga. Entre estas solicita também a refor-  
ma do Estatuto, o qual deve estar de acordo  
as leis civis, vigentes. Em seguida o pres-  
dente convoca a associada Aldina V. de  
Carvalho para secretariar a sessão e  
solicita ao primeiro secretário executivo  
Sr. Valternei Silva para fazer a leitura do  
esboço do novo Estatuto, a qual será feita  
de Artigo por Artigo para a apreciação, dis-  
cussão e aprovação dos associados presentes,  
em número regimental. No decorrer da lei-  
tura o associado Sr. Luciano dos Anjos  
Silva questiona o conteúdo dos parágrafos  
dois e três do Artigo nove, ficando deci-  
dido fazer consulta, dado que na assem-  
bleia não tinha pessoa formada no assunto,  
para informar se na lei que disciplina



O funcionamento da Rádio Comunitária para o novo associado só ter o direito a exercer o mandato na diretoria, com dois anos mínimos de associado, ficando a dúvida, sendo assim, ficou decidido consultar a Assessoria Jurídica? Caso não houvesse impedimento, na discussão do assunto ficou decidido que seria da vontade da maioria, só um ano de carência. Fim da leitura do esboço do novo Estatuto, com aprovação por unanimidade, o Sr. Vicente Micucci solicita acrescentar um capítulo com as normas para disciplinar as eleições da Entidade, visto que por um lapso da equipe que elaborou o novo estatuto, não constou este capítulo, por demais necessário, foi providenciada a correção do texto com aprovação dos associados presentes. Não havendo nada mais a tratar o presidente Sr. Jair Gomes da Silva encerra a sessão. Eu, Valdira Miranda de Carvalho, a pedido do presidente Sr. Jair, lavrei a esta ata, a qual lida e aprovada será assinada pelos presentes. Miguel Calmon, seis de março de dois mil catorze. Valdira Miranda de Carvalho, Jair Gomes da Silva, Vicente Micucci, Maria da Sílvia Almeida Coelho, Ernesto Romão Costa, José Carlos Aguiar do Santos, Colúmbio Figueiredo da Silva, 702, Romualdo Figueiredo, Valmir Oliveira Silva, Juliano dos Anjos Silva, Antenor Alves.

ANOTAÇÃO

Protocolo página 276 nº 4.222

Apresentando hoje das 08:00 às 14:00 horas

Registro Lv. A 10 Fls. 196 nº 409 ordem

Miguel Calmon 25 de março de 2014

Oficial Maria Edna Rocha Pereira

MARIA EDNA ROCHA PEREIRA

Cadastro nº 201.773-5  
ROMARCA DE MIGUEL CALMON

DATE nº 874269





dentada resolveu suspender a sessão. ~~Ademais~~ Além dos protestos, os assistentes levaram carro de som e soltaram muitas bombas de fumaça de artifícios (foquetes). Nada mais a tratar, depois de lida e aprovada, vai por todos assinada. Em Maria Aurora Brito Vieira de Aguiar, João Cabral de Sá, Hilda e Requião, Célio Engenheiro, Requião Antenor MMS. Manoel Auguste, Maria da Solidade Almeida Boechat, Beatriz Barbosa Sampaio de Farias, José Moais de Oliveira, José Carlos Araújo dos Santos, Reginaldo Cláudio da Silva, José Fernando, D. Silvestre Ferreira, Silvio, Fabiano de Oliveira.

Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas

Miguel Calmon - Bahia

REGISTRADO

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
0385.AB002553-0  
Consulte o selo em [www.tjba.jus.br/autenticidade](http://www.tjba.jus.br/autenticidade)

Ata da Eleição para a Diretoria Executiva da Associação Comunitária Calmonense - ACC e Posse em seguida. Por seis dias de julho de dois mil e onze, às 20:00 horas, no "Salão São José", situado na Praça Rui Barbosa, nesta cidade, reúnem-se os sócios fundadores da ACC para a eleição, proclamação da chapa e posse da Diretoria Executiva com mandato 2011/2012. O atual presidente em exercício, senhor Jair Gomes da Silva dá início aos trabalhos observando o tempo marcado para a segunda convocação; pede licença para que fossem lidas as atas (duas) de reuniões anteriores. Indica a senhora Beatriz para lê-las, o que foi feito em seguida. A primeira ata foi aceita e aprovada sem comentários, mas a segunda ata, por tratar da reunião em que houve a manifestação popular, foi questionada pela professora Hilda Requião sobre uma posição dela na reunião citada, quando ela se referiu ao "outro lado político", esclarecendo suas colocações. Nesse ínterim - o senhor Fernandino fez uma indagação à professora Hilda referente ao que ela havia dito sobre o tempo do "coronelismo". Hilda pede licença ao presidente - o direito de resposta, contudo não foi concedido. O senhor Dr. Vilobaldo escreve.



2 também o seu posicionamento relativo as palavras da professora  
Gilda. A secretária Maria Aurora fala sobre a explicando que  
as pode ouvir tudo com clareza em virtude do barulho dos  
manifestantes. O senhor Reginaldo pede para que as reuniões  
sejam "gravadas" como em outros lugares, pois assim facilitaria  
o trabalho do secretário na lavradura da ata, tirando  
quaisquer dúvidas. Jilson comenta sua posição em relação  
à ordem das falas contidas na ata, dizendo ter sido ele o  
primeiro se colocar, mas aceitou, finalmente. O senhor Valtenei ex-  
plica que o salão Lúcio havia sido disponibilizado após a  
catequese, que o Dr. Vilobaldo chamou todos para descerem, mas  
muitos permaneceram onde estavam. Nesse instante o Senhor Vicente  
Le Micucci apresenta as parabenizações à secretária Aurora, fala  
sobre a fidelidade aos fatos registrados dizendo que ela  
foi "sábia". Complementando, a professora Beatriz adhe as pa-  
lavras de Vicente como suas e acrescenta que ela não con-  
seguiria escrever duas linhas diante do tumulto e barulho.  
Enfim, decidiu-se assinar a segunda ata, compreendendo-  
a verdadeira e fiel. Acontece as assinaturas em clima saudá-  
vel e após a conclusão, o presidente apresenta a chapa -  
ÚNICA e esclarece que a senhora Telma Rios era candidata a  
vice-presidente, mas estando ausente e não sendo encontrada pelo  
telefone celular, foi substituída pelo sócio, senhor Antoniel  
Alves. Ficando assim composta: Jair Gomes da Silva - Pres-  
dente; Antoniel Alves - vice-presidente; Mário Augusto Machado  
- primeiro secretário; Célio Ermânio Pereira - segundo secretário;  
Reginaldo Gregório da Silva - primeiro tesoureiro; José Fernandi-  
no Pereira - Segundo tesoureiro. Acontece a votação com a acei-  
tação por unanimidade. O presidente dá dois minutos para  
cada sócio expor suas ideias. Primeiro, fala a professora Gil-  
da explicando sua admiração e respeito pelo Presidente e diz  
que apesar de muita gente achar que a pessoa idosa não se-  
re mais à sociedade, ela sabe do quanto ele é necessário e útil,  
e conhece a dedicação dele desde o tempo da fundação da emis-



severa. E dirigindo-se a Ferdinando diz que se dá a oportunidade quer dar a resposta que ficou no ar, contudo não só, na presença de outras pessoas. Agora começa a falar o senhor Reginaldo lembrando dos trabalhos realizados no início da fundação da FM e de quando ele era diretor de programação do rádio que teve, quando saiu, em deixar pessoas treinadas por ele próprio gente capaz. Acrescenta ainda que essas pessoas sejam empregadas na luta para que a emissora seja bem ouvida, pois ele acha que o antigo DCC era mais ouvido que o rádio atualmente. Pede para que "todos" repensem na programação para a FM crescer e tenha mais abrangência. Agradece a todos disponibilizando-se a trabalhar bem para atingir seus objetivos. Nesse momento o Senhor Valternei comenta também sobre a qualidade da programação não importando que a emissora seja comunitária ou não; o que conta é mesmo uma boa programação. O secretário (segundo), o senhor Célio Ermânio, fala sobre o comentário de Reginaldo, dizendo não concordar com a parte em que foi dito que o rádio não é bem ouvido. Concorda que a programação deve ser melhorada diz até que já melhorou bastante. Complementando Maria Solidade diz que a FM é comunitária e por isso mesmo deve ser administrada por pessoas de conhecimento, que a amem e que por ela lutem. E conclui assim: "Nós aprendemos a andar, a nadar, mas muitas vezes não aprendemos a viver como irmãos". O senhor José Araújo manifesta-se lembrando das dificuldades passadas e hoje as finanças estão equilibradas, da colaboração dos comerciantes e deseja boa sorte aos tesoureiros recém-eleitos e agradece pela confiança em todo tempo que permaneceu na diretoria. Gilmária começa a agradecer a todos pelo apoio e fala também da programação dizendo que alguns apresentadores cometem deslizes ao falar e que é preciso melhorar. Novamente agradece ao "unido" sair e toda diretoria. Sacultado a palavra ao Sr. Filobaldo, ele afirma que gostou da "chapa" e estava presente para



estar. O presidente agradece as manifestações de apreço, faz a da FM Canabara dizendo que nesse tempo já vivido, seu o papel da emissora sendo que as pessoas estão mais evangelizadas e o tanto que a emissora tem ajudado a comunidade. Agradece mais uma vez a todos pelo respeito pela colaboração, pois sente a boa vontade dos sócios de ver a emissora evoluir que a maioria deixa suas casas e esforço para se fazer presente. Cita o nome de "Pintinho, Lóris Rios, pelo apoio dado, cita também o nome de muitos companheiros de luta como o de Vicente Micucci, de Reginaldo, de José Araújo, Solidade, Reatiz, Dr. Rubens, Neta, Vilobaldo e sim, etiza" — a todos, enfim. Nesse momento, Mário Augusto — filho do secretário, usa a palavra falando do seu início na emissora, do seu programa — "O espaço do Povo", que o povo é participante e se acha o dono do programa. Acrescenta lançando um desafio. Para saber se realmente a emissora é bem vivida basta fazer uma pesquisa perguntando ao povo. O presidente retomou a palavra e fala do trabalho voluntário de Dr. Vilobaldo, da ajuda no momento certo e novamente o agradece. Gilmária interrompe dizendo que acha que trabalho voluntário é aquele sem nenhuma remuneração, que voluntário na emissora como apresentador só tem mesmo o senhor Vicente Micucci, que os demais são remunerados mesmo sendo um salário pequeno. O senhor Vicente comunica com pesar que vai se afastar de seu cargo no Conselho Fiscal por motivo de saúde e que seu afastamento até vai ser melhor para o presidente. Diz também que deve haver uma boa gestão voltada para a "transparência", que todos têm valores, mas há uma evidente desarmonia e pede para que todos façam um esforço para que reine a concórdia. O Tesoureiro eleito, senhor Reginaldo, pede uma reunião o mais rápido possível para saber como realmente está a situação da rádio. Hilda fala pedindo para haver mais reuniões dos sócios para que fossem discutidos os problemas em conjunto. Retoma Reginaldo sua fala, dizendo que



*Diário*

deve haver mais abertura dando capacidade de escolha e união na nova diretoria a partir de "hoje", todos visando apenas a evolução e o bem da emissora. A senhora Maria Aurora fala da responsabilidade dos sócios em relação à programação, que muitas pessoas criticam, falam dos erros de Português às vezes sem saber que quem escuta é um sócio e lamenta os comentários desagradáveis, por isso acha necessário os sócios falarem o que escutam da comunidade. O presidente é favorável ao pedido que convocará os associados dentro em breve. Sem mais nada a tratar, o presidente convoca todos para um oração de agradecimento ao Pai e reza-se um Pai Nosso e uma Ave Maria. O eu, Reatiz Barboza Sampaio de Farias lavrei a presente ata que após a leitura, apreciação e comprovada sua veracidade será assinada por mim, pela Diretoria e associados presentes na reunião. Miguel Calmon, seis de julho de dois mil e onze. Em tempo acrescento um pronunciamento de Mário Augusto que se expressou assim quando usou da palavra: "Que muitos apresentadores se acham donos dos programas, sendo que os mesmos pertencem à Rádio". Assim retificado, assino. Reatiz Barboza Sampaio de Farias.

Faiz Gomes da Silva, Antenor Alves. Mano Augusto S. Machado, Reginaldo Gregório da Silva, José Francisco Pereira, Fabson Lago de Oliveira, Volúvio Terrazza da Silva. "e assim por diante", e ainda, José Carlos Araújo dos Santos, Barbara da Solidade Almeida Coelho, M<sup>a</sup> Aurora Coelho Vieira dos Anjos - João Roberto Nunes da Silva - José Manoel de Oliveira. Diante de mim, Miguel Calmon, Célio Erenáudio Pereira. *Miguel Calmon*

Arquivo do Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
Miguel Calmon - Bahia

ANOTAÇÃO	
Protocolo nº	231 nº 3.829
Apresentação de	08:00 às 14:00 horas
Registro de	A-10 Fls. 09v nº 1.217
Miguel Calmon	27 de setembro de 2011
Oficial	Maria Edna Rocha Pereira

MARIA EDNA ROCHA PEREIRA  
Cadastro nº 901.773-5  
COMARCA DE MIGUEL CALMON

2011-338590

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL E DOU FE  
EM TESTE  
V. CALMON  
Selo de Autenticidade  
0385AB002557-2



2010

Cartório Registral  
Jurídicas - Miguel Calmon - BA

ANOTAÇÃO	
Protocolo página	191 nº 3.183
Apresentando hoje das	14 às 14 horas
Registro Lv. A. 08 Fls. 300 Y	nº 952
Miguel Calmon	16 de maio de 2009
Oficial	Maria Edna Rocha



MARIA EDNA ROCHA TESTE O ORIGINAL E DOU FE

Cartório nº 173.8

Cartório de Miguel Calmon

01 DE 04 DE 2010

01 DE 04 DE 2010


01 DE 04 DE 2010

01 DE 04 DE 2010



Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação Comunitária Calmonense - ACC, realizada aos 28 de abril de 2010, realizada numa sala do Salão São José, sito na Praça Rui Barbosa, nesta cidade, às 19:50 horas, com a presidente acolhendo a todos e agradecendo; falou do Estatuto e da convocação e disse da pauta: A prestação de contas e outros. falou do objetivo da Rádio Comunitária e também dos objetivos das reuniões e pedindo calma nos problemas tratados. falou também do Conselho Comunitário e para iniciar fez a oração inicial e houve a leitura bíblica de 1Cor 10, 23-24, 14, 33 e 40 e pediu para fazer reflexão. Oerson falou dos comitês que eram para ser feitos e Elina explicou que a concessão foi para os associados. Elina para digu passou a planilha para José Araújo para a prestação de contas e em Março de 2009, tinha um saldo de R\$ 6.249,45, teve entradas de R\$ 34.697,66 e saídas R\$ 38.747,55 e em 28 de fevereiro de 2010, um saldo de R\$ 2.599,56. José Araújo fez alguns comentários e falou de algumas empresas que tinham apoio cultural e cancelaram os contratos. Elina e Selon sugeriram fazer comissão para falar com o Banco do Brasil S/A. Selon como membro do Conselho Fiscal, solicitou para verificar o documento da referida prestação e foi esclarecido para comparecer a Rádio FM Canabruva e pegar os documentos. Elina falou que o problema de transmissão já foi solucionado; do monitor que foi adquirido que seja usado como servidor; falou de alguns problemas da sede da fm que precisa ser solucionado e pediu sugestões. Livro cure; doação de material; chuveiro e propaganda da fm; orçamento; cobrar contribuições dos associados; tanto os fundadores e contribuintes; Comissão de emissão para venda, adesão, boné; barraca de canabruva na festa de São João da cidade; sugerir a contribuição voluntária dos associados; contratar todos os comerciantes de Miguel Calmon; trabalhos voluntários dos leitores que possam ajudar por período determinado.



nado, o socio fundador, neste momento de crise, pagar mensalidade; Solon por  
questão de ordem pediu para elencar as sugestões e a diretoria decidir as  
melhores e colocar em prática; balairjunior; doces e salgadinhos; a FM par-  
ticipar dos eventos com divulgação. Elêna falou que agora falou digo em  
colocar sobre o Conselho Comunitário que tem na rádio FM, digo na  
Associação e João Alves representou o Conselho e falou da reunião que rea-  
lizaram e pediu uma reunião com a diretoria e todos que fazem a  
programação para discutir as questões e sugerir uma enquete para  
saber sobre a programação. Foram feitos alguns comentários sobre o balan-  
ço da Emissora FM Canabrava. Nada mais a tratar depois de lida e apro-  
vada vai por todos assinada. Eu, Wilson Soares de Oliveira, 1º Secretário  
que escrevo e assino. Wilson Soares de Oliveira, 1º Secretário  
p. a. a. Solon O.   
José Carlos Franco dos Santos, CARLOS SANTOS, Patrícia Barbosa S. de  
Azevedo, Maria da Saldade Almeida, Carlos, Gilma de S. Silva  
Rios, José Alves de Jesus, Guilherme Henrique Costa, Jairo Gomes  
da Silva, Ma. Aurora C. V. de Aguiar, Istiny  
Vileraldo de Moura, Maria Elêna Gonçalves

Cartório do Poder Judiciário - Juiz de Paz

Juiz de Paz

Miguel Calmon - Bahia

**REGISTRADO**

Ata da Assembleia Geral extraordinária da Associação  
Comunitária Calmonense - ACC, realizada aos 17 (dezete)  
dias do mês de março do ano de dois mil e onze (2011)  
na sala do Salão Comunitário São José, no 1º andar, pa-  
ra eleição e posse da diretoria da referida associação. As  
19:30 horas com a presidente acolhendo a todos, fez uma  
mensagem e oração ao Espírito Santo e fez também fez di-  
go a leitura do edital e fez a 1ª convocação às 19:52 horas  
observando que não havia números de associados presentes e aguar-  
dou assim a segunda convocação às 20:22 horas e conferiu  
o número de associados presentes, declarou aberta a assem-  
bleia com mais metade dos associados e fez a leitura das  
sugestões que foram mandado por 10 (dez) associados.  
Não houve chapas inscritas. Depois de muitas discussões



seguir-se algumas sugestões dos presentes da mesa: 1º -  
Que se adiasse a votação e que novas chapas fossem inscri-  
tas; que a diretoria atual seja reeleita, dando o manda-  
do por 90 dias prorrogado; que a diretoria ficasse por mais  
30 dias com nova convocação e dez (10) dias para esta convo-  
cação. Que a maioria dos presentes decidiram pela prorroga-  
ção do mandato da atual diretoria por 90 (noventa) dias, tendo  
neste prazo que regularizar o estatuto e também o regimento  
da eleição. Saiu da assembleia uma comissão para reforma  
do estatuto que decaiu sobre os associados: Hilobaldo, Clóvis,  
Tr. Jair, Reginaldo e Jailson. Nesta oportunidade Jailson co-  
municou a saída do cargo de secretário da associação  
por motivo particular, porém agradeceu por estes dois anos. /  
Maria Elina também comunicou a saída, porém a assem-  
bleia pediu para que a mesma ficasse pelos 90 (noventa) dias,  
tendo aceitado este pedido dos associados. Nada mais a tratar  
depois de lida e aprovada vai por todos assinada. Eu, Jailson  
Lago de Oliveira, 1º secretário que escrevi e assino. Jailson  
Lago de Oliveira, Maria Elina Gonçalves, José Carlos Paiva dos Santos, José Moura  
de Oliveira, Cecília Maranhão, Jani Aguiar  
e Aires Aguiar, Selma de Oliveira Silva, Rios,  
Jair, Jailson, Ernesto Fernandes Costa, José Antonio Ferraz  
de Silva, Reginaldo Gomes da Silva,  
João Abecourt, Maria da Solidade Almeida, Lee-  
the Ayer, Fernando J. da Silva, Gomes da Silva,  
Miguel Costa, Vinícius dos Reis, Mariana

CONFORME O ORIGINAL E DOU FE

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial nº de Registro  
0386-AB002550-5  
Consulte o selo em www.tjba.jus.br/autenticidade

ANOTAÇÃO

página 223 nº 3.745

data hoje aos 08:00hs 14:00 horas

A-09 Fls. 149v nº 1.150 de ordem

Miguel Calmon 14 de abril de 2010  
Oficial Maria Edna Rocha Pereira

MARIA EDNA ROCHA PEREIRA

Cadastrado nº 601.773-5

COMARCA DE MIGUEL CALMON - BA



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CAMONENSE-ACC, REALIZADA AOS SETE DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2011, NO SALÃO SÃO JOSÉ, SITO NA PRAÇA RUI BARBOSA, 44, NESTA CIDADE, ÀS 20:30H, EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO, TENDO O PRESIDENTE INICIADO COM UMA ORAÇÃO. EM SEGUIDA OBSERVOU QUE HAVIA NÚMERO DE ASSOCIADOS SUFICIENTES PARA A CONTINUAÇÃO DA ASSEMBLÉIA DE Apreciação E APROVAÇÃO DA REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL. O ASSOCIADO VICENTE MICUCCI LEMBROU SE OS TRAMITES LEGAIS PARA A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA TINHAM SIDO OBSERVADOS. NA INTEGRAL O ASSOCIADO VILLOBALDO SE MANIFESTOU QUE TEVE CONHECIMENTO DA CONVOCAÇÃO POR TELEFONE, E QUE FAZIA A PROPOSTA DE ADIAMENTO DESTA ASSEMBLÉIA, TENHO OUTROS ASSOCIADOS SE MANIFESTADO FAVORÁVEL. ALGUNS ASSOCIADOS FALARAM DIZENDO SER A FAVOR DA CONTINUAÇÃO DA ASSEMBLÉIA E OUTROS PELO ADIAMENTO, COM ALGUNS ESCLARECIMENTOS SOBRE O ATUAL ESTATUTO E SOBRE A LEGALIDADE OU NÃO DA OBSERVAÇÃO DA CONVOCAÇÃO. APÓS OS ESCLARECIMENTOS, O PRESIDENTE COLOCOU EM VOTAÇÃO A PROPOSTA DO ASSOCIADO VILLOBALDO, ADIAMENTO DA ASSEMBLÉIA, O QUE FOI ACEITO PELA MAIORIA DOS PRESENTES. O PRESIDENTE SE MANIFESTOU SOBRE O IMPASSE QUE EXISTIU E MARCOU A NOVA DATA DE 14.06.2011 ÀS 20:00H, NO SALÃO SÃO JOSÉ, PARA A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA DE Apreciação E APROVAÇÃO DA REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL. NA OPORTUNIDADE HAVENDO A TRATAR, DEPOIS DE LIDA E APROVADA, VAZ PORTANDO ASSINADA. EU, CLOVIS MICUCCI, PRESIDENTE, SECRETÁRIO INDICADO PARA A ASSEMBLÉIA, QUE ESCRVI E ASSINO.



*[Handwritten signature]*

EM TESTE  
M. CALMON 01 DE 04 DE 2014

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
0385.AB002562-1  
Consulte o selo em [www.tjba.jus.br/autenticidade](http://www.tjba.jus.br/autenticidade)

*[Handwritten signatures and names:]*  
Augusto [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]  
José Moisés de Oliveira, José Guilherme dos Santos  
Reginaldo Gifarias da Silva, [illegible]  
[illegible] O. S., Jan [illegible] [illegible]  
Volúlio Ferreira da Silva, Jailson Lago de Oliveira,  
João [illegible]

Ata da assembleia geral extraordinária da Associação Comunitária Calmonense ACC, realizada aos 14 dias do mês de junho de 2011, no salão S. José, situado na praça Ruy Barbosa, n.º 44, nesta cidade, às 20:30 horas, em segunda convocação. // Estavam presentes várias pessoas da comunidade falando em alta voz, protestando e pedindo para participar da assembleia. O presidente iniciou os trabalhos com uma oração do Espírito Santo. Em seguida leu a convocação da reunião e pediu a Elvís para ler a última ata. Não foi possível ouvir com clareza a leitura, dada a algazarra não conseguiu ler a ata, em virtude dos gritos dos assistentes, chegando a cantar o Hino Nacional. O associado Solon Rios interferiu em voz alta, pedindo que parassem de ler a ata. Elvís Bandim, associado, informou que o Sr. Jir Gomes da Silva tinha poderes para mudar o local da reunião, optando para o salão do andar térreo ou suspender a reunião. A associada Hilda Requião, pediu ao presidente que a reunião fosse realizada no salão térreo, para que todos pudessem assistir e não sabia por que razão o presidente não queria a realização da reunião no salão



Ata da Assembleia Geral da Associação Comunitária  
Calmonense, realizada no dia 22 de Setembro de 2006  
no salão São Vicente, às 19:30 hs, com a finalidade  
de aprovar as reformas do Estatuto da mesma, de a-  
cordo com o novo Código Civil. Havendo número/  
legal foi aberta a seção pelo Sr. Presidente Jair Gomes  
da Silva que fez o breve relato sobre as mudanças  
para enquadrar o estatuto no novo Código Civil. Pa-  
ra alteração foi convencionado que seria lido e dis-  
cutido artigo por artigo, sendo designado o Sr. Jail-  
son Lago para a leitura. Os artigos que mais criaram  
dúvidas foram os que se referiam a reeleição con-  
tínua e sobre o caso de suplentes não poderem exer-  
cer cargos na diretoria. Solon Rios apresentou a sua  
idéia, sendo apresentadas outras pelos associados, Ma-  
rio Augusto Silva, Bachado, Clóvis Miranda Rios, Vi-  
cente Bricucci, Walternei Silva, José Carlos Araújo, os  
temas polêmicos foram aprovados após o consenso fi-  
cando aprovado que a reeleição só será para um man-  
dato e foi excluído que suplentes de mandato políti-  
co da última eleição eleitoral de Miguel Calmon //  
cree-se cargo na diretoria, prevalecendo o bom sen-  
so. O Sr. Presidente comunicou sobre uma correspon-  
dência recebida do Ministério das Comunicações co-  
brando a ata de eleição da diretoria e mais al //  
guns documentos objetivado feita pelo associado Sol-  
on Oliveira Rios, sendo explicado pelo mesmo //  
que não denunciou, fez apenas uma consulta com  
o intuito de regularizar a situação da Associação,  
pois desde dezembro do ano de 2005 havia se expi-  
rado o prazo de administração da diretoria, estan-  
do a mesma, conseqüentemente irregular, podendo  
perder a outorga de funcionamento e que para salva-  
guardar a emissora, deveria ser feita uma corres-



**Apresentação no do**  
**Registro LV**  
**Michael Calahorra**  
**Ornato**

**Selo de Autenticidade**  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
**Ato Notarial ou de Registro**  
**0385.AB002540-8**  
Consulte o selo em [www.tjba.jus.br/autenticacao](http://www.tjba.jus.br/autenticacao)

SEI 53000.024276/2012-91 / pg. 166



da atual Diretoria se encerrou em Dezembro de 2005. Em seguida, solicitou da Presidência dos trabalhadores a indicação da chapa que iria concorrer, sendo apresentado pelo Sr. Yair Gomes da Silva a chapa inscrita até o momento. Presidente: Yair Gomes da Silva, Sec. Presidente: Ráris Augusto Silva Bachado, 1º Secretário: Clóvis Miranda Rios, 2º Secretária: Valdira Miranda de Barbalho, 1º Tesoureiro: José Carlos Araújo, 2º Tesoureiro: Volentino Ferreira da Silva. Continuando usando a palavra o Sr. Solon Oliveira Rios, disse ser favorável a mesma e se desculpa por ter que se ausentar da reunião, pois tinha outros compromissos particulares e seu voto seria direcionado à mesma, caso existisse outra. O Sr. Presidente solicitou dos presentes que apresentasse outra chapa. Não havendo, colocou a apresentada pelo mesmo para apreciação dos presentes. Sendo aprovada por unanimidade. O Sr. Vicente B. Biqueci elegiu a condução dos trabalhos na feitura da chapa apresentada e disse que o bom senso prevaleceu, e que gostaria que a mesma, no tocante a burocracia, fosse mais ativa, para que não fosse obrigada a intervenção do Ministério das Comunicações. A Srª Rilda Requião, ficou solidária a chapa, parabenizou a todos e se colocou à disposição, pediu licença para se retirar pois tinha também afazeres particulares a cumprir. João Nieblau Rios falou aprovou a chapa e pediu apenas mais zelo na Administração e melhoria na qualidade de programação. Gostaria apenas de ver um desejo seu, a transmissão da Santa missa aos domingos, pois os moradores da zona rural, não podem vir à cidade. E assim poderiam ouvir. O Sr. Clóvis Miranda Rios pediu a palavra, pois iria se afastar para participar de uma comemoração de 60 anos de



seu irmão Carlos. Fez um relato sobre a criação da Emissora e a sua preocupação na abertura para novos sócios pois poderiam não ter compromisso com a finalidade da rádio atender a comunidade e utilizá-la para outros fins. Quanto a sua doação o mesmo deixou a desejar em virtude de seus compromissos familiares e que as coisas estão se arrumando deixando o mais livre para colaborar com a emissora. Pediu permissão ao Sr. Presidente para se retirar e passou os trabalhos da Secretaria para o restante da reunião à 2ª Secretária, Valdira Miranda de Carvalho. O associado Paulo Oliveira parabenizou aos componentes da chapa e fez uma referência, que a emissora deveria ser mais comunitária, abrindo ao povo para programas locais em bairros, comunidades, etc. O Sr. Floriano Augusto, agradeceu e a lembrança de manter seu nome na composição da chapa, completou com a observação de que todos os membros são co-responsáveis na administração da emissora, tanto na parte da associação como na programação. O Sr. José Carlos Araújo, agradeceu todos pela confiança no seu trabalho; lembrando que, as modificações nos programas devem ser feitas pelo Diretor de programação e pelos próprios colaboradores. Acrescentando apenas, que falta notícias ao vivo pela emissora. Jailson, elegiu os trabalhos na futura e aprovação da chapa e o amadurecimento, fez chegar, onde chegou. O Presidente reeleito, agradeceu a mais uma oportunidade e pela paciência de todos quanto a sua condução na direção da Associação. Pois a causa é justa e comunitária. E toda a sua vida se dedicou a servir a Comunidade Calmonense. Fez um relato de seu



o trabalho e se disse satisfeito, pois a associação  
vem fazendo um trabalho exemplar na emissão  
- ra, se comparando as outras existentes. Pois ela  
é conduzida com transparência e tem a parti-  
cipação de várias camadas da sociedade. O Sr.  
Licente Bicucci, usou ainda da palavra para su-  
gerir, que os eleitos fossem logo empossados nesta  
semanas, tendo em vista ter de enviar para o Mi-  
nistério das Comunicações a ata de posse da Direto-  
ria eleita, já que o tempo está se extinguindo.  
A proposta foi aceita e estando presentes todos os  
embros eleitos foi feito o compromisso de posse pe-  
lo Presidente. Em seguida, uma forte salva de pal-  
mas brindando a todos. O Sr. Presidente colocou a  
palavra para quem dela quizesse fazer uso. Co-  
mo não teve manifestação, o Sr. Presidente agrade-  
ceu a presença de todos e deu por encerrada a  
sessão. Eu, Taldina Miranda de Carvalho, laurei a  
presente ata que após lida e aprovada será assi-  
nada por mim e pelos presentes. Miguel Calmon,  
22 de Setembro de 2006. Taldina Miranda de Carvalho,  
Lis Gomes da Silva, Fabson Bez de Oliveira, Carlos  
Luis Reis, Ernesto Hernandez Costa, José Marcos de Oliveira,  
Licente Marcelino Meier, José Carlos Araújo dos Santos, João  
Ricardo Reis Viana, Mario Augusto S. Machado, José  
Ferreiro Samy Jr. José Fernando Ferreira, Valmir O. Silva  
Aluísio Ferraz de Sá e Cavalcante

ANOTAÇÃO

Protocolo página 137 nº 3.030  
Apresentado hoje às 8:00 às 19:00 horas  
Registro Lv. A-07 fls. 197 nº 741 de arquivar  
Miguel Calmon, 01 de dezembro de 2006  
Oficial Maria Edna Rocha Pereira

MARIA EDNA ROCHA PEREIRA

Cadastro nº 801.773-5  
COMARCA DE MIGUEL CALMON - BA

Dsj nº 676496

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL E DOU FE  
EM TESTE DA VERDADE  
VI. CALMON 01 DE 04 DE 2014

MARIA AUGUSTA MIRANDA DE ASSIS  
SURTADINHA DE ASSIS  
COMARCA DE MIGUEL CALMON-BA

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ata Notarial ou de Registro  
0385 AB002543-2  
Consulte seu ato em www.tjba.jus.br/autenticidade



Ata da Sessão de eleição da Diretoria da Associação Comunitária Cabionense Mantenedora da Emissora Comunitária FM Canabrava 82.9. Nos sete dias de dezembro de dois mil e três, às vinte e uma horas, reuniu-se na sede da Condição dos Ricentinos, situada a Rua Mal. Pedro da Fonseca 105, nesta, a Assembleia Geral convocada pelo presidente Sr. Jair Gomes da Silva, com a finalidade de realizar a eleição da nova Diretoria. Iniciando o Presidente dirigiu uma oração, juntamente com os presentes, invocando as luzes do Espírito Santo para o bom êxito desta reunião. Em seguida deu as boas-vindas a todos e expôs as atividades do funcionamento da Rádio, após sua reabertura legalizada no Ministério das Comunicações. Em seguida apresentou a chapa para a nova Diretoria, ficando assim constituída: Presidente: Jair Gomes da Silva, Vice-presidente: Mário Augusto Silva Machado, Primeiro secretário: Clóvis M. Rios, Segundo secretário: Faldira M. de Carvalho, Primeiro tesoureiro: José Carlos Araújo, Segundo tesoureiro: Tolentino F. Silva, Conselho Fiscal: Roberico M. de Miranda, Ricente M. Micucci, Ernesto Benício Costa, João Rubens N. dos Santos, Paulo Oliveira, Belda Riquião. Explicou ainda, que praticamente era uma chapa de reeleição com a substituição de Ricente M. Micucci da Vice-presidência por Mário Augusto Silva Machado e Faldira M. de Carvalho Primeira secretária por Clóvis M. Rios. Continuando o Presidente expôs o seu desejo de continuar na presidência da Diretoria, visto está em



constituição e prédio próprio da Associação Comunitária Calmonense, e gostaria de passar, no futuro, a administração com a Rádio instalada em sua sede própria. O Sr. Selou D. Pires se opôs a redação, salientando que dentro de espírito democrático, não concordar com a redação e propôs alterar seu conteúdo os estatutos da Associação para verificar se é permitida redação, tudo em mãos o estatuto e a ata da última eleição, ressalta que de acordo com o estatuto é inviolável a redação de fazer e de fazer, embora sendo terá mais evidências mantêm a manutenção da Rádio e está conduzindo bem a mesma.

O Sr. Vicente Licuel interveio solicitando ao Sr. Selou Pires a leitura do artigo 10 do estatuto sobre redação de presidente. Após a leitura do referido artigo concluiu-se de que não há impedimento na redação. Ficando a proposta de se consultar o conteúdo do artigo 10 sobre redação. Após discussões prós e contra chegou-se a conclusão de que fazer pouco solicitas se a Assembleia para que a mesma manifestasse a sua opinião perante a redação do presidente o Sr. Pires Gomes por mais dois anos. A Assembleia por unanimidade manifestou a favor da redação. O Presidente apresentou a palavra para quem quisesse indicar finalmente, manifestar sua opinião. Fizeram uso de palavra: a Sra. Beatriz Barbosa S. de Farias colocando que a Assembleia é sobre para todos, então, se a Assembleia está de acordo não se tem mais o que se discutir. O Sr. Pires N. não diz que faz pouco permanecer na presidência por mais dois anos, ou

Selo de Autenticidade

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Ato Notarial ou de Registro

0385.AB002637-8

Consulte o selo em [www.tjbahia.jus.br/autenticidade](http://www.tjbahia.jus.br/autenticidade)



[illegible]

Joaz Jones da Silva  
Teófilo Martins Neto

Trust always with

Manuq Céline Bancelor

1028 Carlos Augusto dos Santos  
Fábrica Fátima da Silva

Maxim August Silbermann

Good Luck



*Ata*

Paldira Miranda de Carvalho

Maria Elêna Gonçalves

Jair Jair Gomes da Silva

Pébio Breuêlo Pereira

Oslemy Silvestre de Moura

Vem a reportar

William D. S.

Antônio Alves

Carlos Augusto dos Santos

*Estelita Regina do Nascimento*

Ata da abertura da Emissora Comunitária Canabrava FM. Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e um, às dezesseis horas, realizou-se em sua sede, no Centro Católico São José, situado à Rua Ruy Barbosa, uma sessão especial de abertura oficial da Emissora Comunitária Canabrava FM. O Diretor de Programação, Sr. Reginaldo Gregório da Silva, declarou aberta a sessão e convidou para fazer parte da mesa o Presidente da Diretoria Sr. Jair Gomes da Silva, o Vice-presidente Sr. Vicente Missolimi Miculê, o PP Sr. Prefeito José Ricardo Leal Reguião, o Presidente da Câmara de Vereadores Sr. Salatiel Gomes da Silva, o Gerente do Banco do Brasil Sr. Jorge Alves de Souza, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Sr. Nelson Polois Coutinho, o Tesoureiro da Diretoria da Emissora Sr. José Carlos Araújo, membro do Conselho



Fiscal Sr. Solson Rios e a secretária Aldina M. de Barvalho. Iniciando, ouviu-se uma gravação na qual o Pároco Pe. Paulo Eugêni, desculpara-se por não poder comparecer porque estava em atividades pastorais. No entanto, abençoava a todos que lutaram para que este fato acontecesse. Tendo continuidade, o Sr. Reginaldo G. da Silva, proferiu a palavra para quem dela quisesse fazer uso. Quando o Sr. Licente M. Micucci fez uso da mesma com um empolgado discurso, demonstrando a sua total dedicação à Comunidade calmonense, atuando em diversas entidades, e todo o seu empenho a fim de que visse realizar a abertura desta Emissora, a qual se tornou o amor dos calmonenses, em tempo agradeceu a todos aqueles que diretamente ou indiretamente contribuíram para que este sonho se realizasse. Em seguida usa da palavra o Prefeito Sr. José Ricardo Leal Região, manifestando a sua admiração pela importante conquista, parabenizando aos senhores Jair G. da Silva e Licente M. Micucci, os quais tanto lutaram para que este fato ocorresse. Encetando a presença de Ikeranilton Andrade Silva, na Emissora, representando as Igrejas Evangélicas. Prosseguindo, Reginaldo G. da Silva, fez uso da palavra com um discurso, demonstrando a sua imensa alegria pela abertura desta Emissora tão querida e desejada pelos calmonenses, aproveitando do momento pediu o apoio de todos, para que a nossa Emissora continue dando o seu recado e fazendo um grande bem



a comunidade. Finalizaram o seu discurso com uma belíssima mensagem: O Pote Rachado. Fazendo ver que mesmo os nossos defeitos se permitirem o Senhor poderá usá-los para enbelezar a mes de seu Pai. Pois na grandiosa economia de Deus, nada se perde. Continuando a palavra praguejada fizeram uso da mesma: o Sr. Salatiel Gomes da Silva, expressando a importância desta Emissora para a comunidade. É gostaria de ter um horário, para através da Emissora fazer ver a comunidade o trabalho sério desempenhado pelo Executivo e Legislativo. Em nome da Câmara de Preadores desejo sucesso à Emissora e que seu trabalho seja um veículo transmissor da verdade. O Sr. Solon Rios, expressa seu prazer e satisfação em ver a Emissora no ar. Dado que a mesma poderá fazer um trabalho muito importante para a comunidade, principalmente o trabalho espiritual. O Sr. Adelfo Marcelino de Miranda, representando as Associações das Comunidades Rurais, congratula-se com a abertura da Emissora e coloca-se a disposição para ajudá-la, em nome da Associação. Luciano dos Anjos Silva, representando os locutores, fez um histórico da Emissora. Citando que os locutores estão a serviço da Emissora, e desempenharão um trabalho gratuito, esmerando-se para fazê-lo bem feito. Ao mesmo tempo em que apresenta os demais locutores e seus respectivos programas. Heranilton Andrade Silva, para a abertura da Emissora e diz



sentir-se feliz apresentando o programa evangélico Boas Novas. Como não houvesse mais quem quisesse usar a palavra, o Sr. Reginaldo G. da Silva convidou o Presidente para encerrar a sessão. O mesmo agradeceu a Deus que nos deu o seu filho Jesus, que nos deu força e esperança, características de todo cristão. Expressa a sua felicidade e fica mais feliz em ver a Emissora cumprindo o seu papel de educar, formar e instruir. Colocou a Emissora a disposição do Sr. Prefeito, para que divulgue o seu excelente trabalho, a fim de que a comunidade tome conhecimento. Agradeceu a Picente Micucci e os demais que ajudaram nesta luta com oração, incentivo e trabalho para que este fato viesse acontecer. Agradeceu aos presentes pelo interesse em saber quando a Emissora estaria no ar. Em seguida convidou a todos os presentes para rezarem a oração do Pai-nosso. Finalizando, o Sr. Reginaldo G. da Silva convidou a primeira dama, Rita Micucci para cortar a fita de abertura da Emissora, e esta, por delicadeza achou que este ato caberia aos irmãos Jair G. da Silva e a Picente M. Micucci pelo grande empenho que fizeram para que este fato acontecesse. Reginaldo G. da Silva, bastante empolgado, declara aberta oficialmente a Emissora Comunitária Canabrava FM. E por nada mais haver a tratar eu, Baldina Miranda de Carvalho, lavrei a presente ata que após lida e achada conforme será assinada pelos presentes. Miguel Calmon, vinte e nove de setembro de dois mil e um.



~~Salda~~  
Saldina Miranda de Carvalho

Jair Gomes da Silva

Luciano Mendes

Maria Etênia Gonçalves

José Carlos Araújo do Santo



Reginaldo Eugênio da Silva

Salvador da Silva

- Nelson José dos Santos

Luciano dos Anjos Silva

Imã Luzia de Barcelos

José L. de O. Santana

Gilmara de Oliveira Pereira

Wstern Alexander de Moura

José Santos Pereira

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL E DOU FE  
EM TESTE DA VERDADE  
VI. CALMON 01 DE 04 DE 2014  
MARI AUGUSTA MORAES DE SAUT  
SINTONIA DE SAUT  
CARACAS DE MIGUEL CALMON

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado de Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
0385.AB002535-1  
Consulte o selo em www.tjba.jus.br/autenticidade



Ata da sessão da eleição da nova Presidência da Associação Comunitária Calmonense, mantenedora da Emissora Comunitária FM 87,9 Calmonense. Aos vinte e seis dias de dezembro de dois mil e treze, às vinte horas, reúne-se no salão São José, situado na Praça Rui Barbosa, nesta cidade, a Assembleia Geral, convocada por associados, com a finalidade de realizar a eleição da nova Presidência. Para iniciar, o Sr. Jair Gomes da Silva dirigiu uma oração ao Espírito Santo. Em seguida ele expôs que é preciso realizar a eleição porque a atual Presidência está com o mandato vencido. Então colocou em discussão a escolha da chapa a ser eleita. A chapa eletiva consta dos seguintes componentes: Sr. Jair Gomes da Silva - Presidente, Sr. Antoniel Alves - vice-presidente, Sr. Walternei Silva - primeiro secretário, Srt. Maria da Solidade Almeida Coelho - segunda secretária, Sr. Ernesto Carmoêgenes Costa - primeiro tesoureiro, Sr. Luciano dos Anjos Silva - segundo tesoureiro. Maria Clêna Gonçalves questiona o nome de Luciano dos Anjos, na composição da chapa eletiva, porque ele não assinou a ata de fundação da Associação, mas foi justificada a sua participação na chapa porque ele participou das reuniões da Associação e assinava as atas. Jair consultou a Assembleia se Luciano ficava legitimado como sócio e se poderia permanecer na chapa como segundo tesoureiro. Por unanimidade a Assembleia aprovou. Ernesto argumenta que se a Associação é um órgão que tem CNPJ e Regimento Interno, tem que se fazer o edital de convocação. Com tempo Jair dá esclarecimento sobre o edital, dizendo que o mesmo foi feito e exposto no mural da sede da Rádio. Pela ausência de alguns associados aguarda-se o período de meia hora, para em seguida convocação realizar a eleição. Findo o período, realiza-se



*Silva*

a eleição com o consentimento da Assembleia como rege o Estatuto, visto a Assembleia ser soberana. O associado Sr. Mário Augusto compareceu a reunião, mas por discordar da composição da chapa, retira-se. Terminada a votação, foram designados para escrutinadores os senhores Ferdinandino Pereira e Vicente Micucci para a apuração dos votos. Que teve o seguinte resultado: onze votantes, sendo dez votos para a chapa única eletiva e um voto não. Maria Elina espôl que ficou decepcionada porque quando ela começou a eleição, de sua sucessão, a mesma não foi realizada porque tinha que se fazer a reforma do Estatuto e até o momento esta reforma não foi concretizada. O Sr. primeiro secretário eleito Valternei Silva diz que se a situação econômica da Emissora está ruim, lutam, tem que se fazer algo como uma boa programação. Ouvinte quer ouvir uma programação agradável. Na parte da manhã tem que se organizar uma boa programação. Ressalta que se faça com urgência uma reunião para elaborar a reforma do Estatuto, pois, como é do seu jeito, não gosta de ser omisso e irá desempenhar seu cargo, atuando para a solução dos problemas que possam surgir na caminhada. O presidente eleito agradece, mais uma vez, a confiança a ele demonstrada. Vicente Micucci solicita a palavra e faz ver que os membros eleitos fazem o compromisso de fazer e de realizar as pendências que reclamam providências imediatas e citou: primeiro nomear uma comissão para concluir a reforma do Estatuto, já obsoleto. Segundo convocar uma reunião da Assembleia, o mais breve, para discutir os critérios legais para aumentar o número de sócios. Já que vários sócios fundadores morreram e outros se ausentaram da cidade, com maior número de sócios a Entidade ficará mais forte.



decida no exercício democrático. Dado e adiantado da hora,  
o sr. Presidente encerra a sessão. Ficando acertado de  
imediate uma reunião da Diretoria eleita para  
elaborar uma pauta de trabalho a ser desenhada.  
Eu, Valdira Miranda de Carvalho, secretária designada,  
lavrei a ata, a qual após lida e achada conforme  
vai assinada por mim e pelos presentes. Miguel  
Calmon, vinte e seis de dezembro de dois mil e  
treze. Valdira Miranda de Carvalho.

Jair Gomes da Silva, José Manoel de Oliveira  
Vicente Micucci, Maria da Solidade Almeida Coelho  
Eduardo Romão Costa, José Carlos Araújo dos Santos,  
Rafael Silva, Valdira Miranda de Carvalho, Fernando  
Gonçalves, Maria Edna Gonçalves

Resolução: Na transcrição da sessão da presente  
reunião da diretoria executiva o associado sr.  
Vicente Micucci levantou uma questão de ordem,  
dizendo que como a nova diretoria eleita tinha  
o presidente e outros membros da diretoria  
releitos nesta reunião, tinha a possibilidade  
de ficarem empessados, tendo em vista que o  
novo estatuto já elaborado, tinha pressa de ser  
aprovado. Ficando todos empessados para o pleno  
funcionamento da entidade dentro das normas  
legais. Valdira Miranda de Carvalho, Jair Gomes da  
Silva, José Manoel de Oliveira, Vicente Micucci, Maria  
da Solidade Almeida Coelho, Eduardo Romão Costa, José  
Carlos Araújo dos Santos, Rafael Silva, Valdira Miranda  
de Carvalho, Fernando Gonçalves, Maria Edna Gonçalves.

ANOTAÇÃO

Protocolo página 276 nº 4.221  
Apresentado hoje das 08:00 às 14:00 horas  
Registro Lv. 2-10 Fls. 195v nº 1.408  
Miguel Calmon 25 de março de 2014  
Oficial Maria Edna Rocha Pereira  
MARTA EDNA ROCHA PEREIRA

DATA 28/12/13





Ao  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
BRASÍLIA - DF



**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE FUNCIONAMENTO  
DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO ATRAVÉS DA  
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE**

Senhor coordenador,

Em atenção ao seu Ofício nº 7145/2013/CGRC/SCE-MC, de 18 de dezembro de 2013, atinente ao processo 53000.024276/2012 (Miguel Calmon – BA), encaminhamos a documentação cobrada na Nota Técnica nº 3408/2013/CGRC/SCE-MC.

Por oportuno, agradecemos a dilação do prazo, nos moldes do item 3 do referido ofício, por nós solicitada em correspondência de 18/02/2014, antes, pois, do término do prazo do item 2 (30 dias), o que nos permitiu providenciar a documentação solicitada.

A respeito, informamos que providenciamos eleição para novo Conselho Fiscal, cuja ata entregamos para registro. Ocorre que, o cartório competente não disponibilizou para nós imediatamente, ficando, por motivo de acúmulo de serviços, de nos entregar em breves dias. Tão logo estejamos de posse da ata devidamente registrada, enviá-la-emos sem delongas.

Cientes de contar mais uma vez com a compreensão que, acreditamos, seja peculiar a essa Coordenação, ratificamos nosso propósito de encaminhar a referida ata o mais breve possível.

Miguel Calmon (BA) 31 de março de 2014

  
\_\_\_\_\_  
**JAIR GOMES DA SILVA**  
Presidente

**ANEXOS:**

Último relatório do Conselho Comunitário (item 2.I da nota técnica) e Grade de programação (item 3 da nota técnica)

Ata de eleição e posse da nova Diretoria (item 2.II da nota técnica)

Cópias de RG e CPF dos diretores (item 2.III da nota técnica)

Estatuto devidamente alterado e registrado (item 2.IV da nota técnica)

Cópias das atas de eleições e posses das diretorias (item 5 da nota técnica)





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MAIOR DE 60 ANOS

NÃO PLASTIFICAR




*Ernesto Hermoges Costa*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THE V&L APRETO & SONS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

00.665.685-44

27-03-2013

ERNESTO HERMOGES COSTA

MARCELINO NUNES COSTA

ROBERTA HERMOGES COSTA

MUNDO NOVO BA

C.NAS. CM MUNDO NOVO BA DE  
ALTO BONITO LV 00007 FL 019 RT 0001056  
049.306.225-49

*Fazilda M<sup>a</sup> de Oliveira Ant*

Ministério das Comunicações  
Fls. 169  
1945

LEI Nº 7.116 DE 29/03/83

THE V&L APRETO & SONS

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL E DOU FE  
EM TESTE *maria* DA VERDADE  
M. CALMON 01 DE 04 DE 2014

*maria*  
MARIA AUGUSTA MARIANDA DE ARAUJO  
SUSANEIA DE ARAUJO  
COMARCA DE NOVO ALENCAR

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
0385.AB002529-7  
Consulte o selo em www.tjba.br/autenticidade

*maria*  
MARIA AUGUSTA MARIANDA DE ARAUJO  
SUSANEIA DE ARAUJO  
COMARCA DE NOVO ALENCAR

*10 Terceiro*

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 01036749 77 DATA DE EXPEDIÇÃO 06/10/2006

NOME MARIA DA SOLIDADE ALMEIDA COELHO

FILIAÇÃO DEUSDEDIT DIAS COELHO  
TEREZA ALMEIDA COELHO

NATURALIDADE MIGUEL CALMON BA DATA DE NASCIMENTO 17/09/1948

DOO ORIGEM CER-NAS CM-MORRO DO CHAPEU BA

DST-D COELHO L-012 F-111 R-000221

CF 158712585 49

SALVADOR-BA *Maria da Solidade Almeida Coelho*  
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



ESTÁ CONFORME O ORIGINAL E DOU FE  
EM TESTE *Maria da Solidade Almeida Coelho* DA VERDADE  
M. CALMON 01 DE 04 DE 2014

*Maria Augusta Moura de Araújo*  
SUBSTITUTA DO DIRETOR  
COMARCA DE MIGUEL CALMON-BA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELO

SAC

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR *Maria da Solidade Almeida Coelho*

POLEGAR DIREITO

*Maria da Solidade Almeida Coelho*

2ª Solução



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"

SAC

POLEGAR DIREITO

*Jair Gomes da Silva*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

DE JOSEPH BERNHARDT

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Fls. 102

Ministério das Comunicações

REGISTRO GERAL 14220244 40 DATA DE EXPEDIÇÃO 21/07/2004

NOME JAIR GOMES DA SILVA

FILIAÇÃO JOSE GOMES DA SILVA  
ELIZA PEREIRA DA SILVA

NATURALIDADE JOAO PESSOA PB DATA DE NASCIMENTO 02/01/1938

DOC. ORIGEM CER-CAS CM-MIGUEL CALMON BA

DST-SEDE L-B03 F-047 R-000047

CPF 056260135 04

SALVADOR - BA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS BROS & BROS

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL E DOU FE  
EM TESTE *Maria* DA VERDADE  
VI. CALMON 01 DE 04 DE 2014

*Maria*  
MARIA AUGUSTA MIRANDA DE ARAUJO  
SUBSTACELIA DESIGNADA  
COMARCA DE MIGUEL CALMON-BA

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
0385.AB002528-9  
Consulte o selo em www.tjba.jus.br/autenticidade

*Pouso*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

NÃO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

*Luciano dos Anjos Silva*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG 05.907.563-54 06-08-2013

NOME LUCIANO DOS ANJOS SILVA

RELACÃO ALEXANDRE CHAVES DA SILVA

MARIA DE LOURDES DOS ANJOS SILVA

NATURALIDADE MIGUEL CALMON BA 17-05-1973

DOC ORIGIN C.CAS. CM MIGUEL CALMON BA DS  
SEDE LV 00007 FL 123 RT 0001124

CPF 622.076.445-53

*Francilda M. de Almeida*

ASSINATURA DO(A) DIRETOR(A)

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL E DOU FE  
EM TESTE DA VERDADE  
M. CALMON 01 DE 04 DE 2014

Selo de Autenticidade

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Ato Notarial ou de Registro

0385.AB002558-0

Consulte o selo em [www.ba.jus.br/autenticidade](http://www.ba.jus.br/autenticidade)

MARIA AUGUSTA MOURA DE ARAUJO  
SUBPROCURADORA  
COMARCA DE MIGUEL CALMON BA

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome LUCIANO DOS ANJOS SILVA

Nº de Inscrição 622076445-53

Data do Nascimento 17/05/73

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura *Luciano dos Anjos Silva*  
LUCIANO DOS ANJOS SILVA

S  
E  
R  
V  
I  
D

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 08/07/96

*2º Terceiro*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELLO

SAC

*Valternei Oliveira Silva*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

08602052 82

165

11/11/2008

VALTERNEI OLIVEIRA SILVA

MANOEL JOAQUIM DA SILVA

BELANISIA OLIVEIRA SILVA

NATURALIDADE: MUNDO NOVO BA

DATA DE NASCIMENTO: 13/11/1950

OCC-ORIGEM: CER-CAS CM-PIRITIBA BA

DST-FRANCA L-008 F-V23 R-001194

CPF: 572621448 04

SALVADOR-BA

*Isacilda V.L. de O. Font. Bonfim*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL E DOU  
EM TESTE *maria* DA VERDADE

M. CALMON 01 DE 04 DE 2014

*maria*

MARIA AUGUSTA CRISTINA DE ARAUJO

SUSANELE DE ARAUJO

COMARCA DE RIOUEL CALMON-BA

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
0385 AB002559-9  
Consulte o selo em www.tjba.jus.br/autenticidade

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMACOES ECONOMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FISICAIS

VALIDO EM TODO TERRITORIO NACIONAL

*Valternei Oliveira Silva*

NASCIMENTO: 13.11.50

INSCRIÇÃO NO CPF: 572 621 448 04

CONTRIBUINTE

VALTERNEI OLIVEIRA DA SILVA

*Isacilda V.L. de O. Font. Bonfim*

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

*1º Sentido*

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"

C.152

FOLEGRADO DIREITO

Assinatura do Titular: *Antoniél Alves*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

das Comunicações  
Fis. 166  
Rubrica

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.511.864

NOME ANTONEIL ALVES

Matrícula Nilda Alves

M. Calmon-BA

NATURALIDADE 20-01-1971

Cert. Nasc. M. Calmon-BA, Séde, Nº124

DOC. ORIGIN L. 5287/14.062

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL E DOU FÉ  
EM TESTE DA VERDADE  
M. CALMON 01 DE 04 DE 2014

MARIA AUGUSTA RODRIGUES DE ARAUJO  
SANTA ELIZABETH  
COMARCA DE NISQUEL CALMON-BA

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
0385.AB002560-2  
Consulte o selo em [www.tjba.jus.br/autenticidade](http://www.tjba.jus.br/autenticidade)

Vie - Arizante



Miguel Calmon 24 de março de 2014

RELATÓRIO SOBRE A PROGRAMAÇÃO EXIBIDA NA RÁDIO COMUNITÁRIA CANABRAVA FM 87,9

À

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ATT. Ilmo. Sr. Samir Amando Granja Nobre Maia

M.D. Coordenador –Geral de Radiodifusão Comunitária



**Este Conselho Comunitário da Rádio Canabrava FM**, em respeito as Leis que regulamentam as rádios comunitárias, sita a seguir relatório sobre a programação exibida e devidamente acompanhada por estes membros abaixo assinados.

Obedecendo ao art. 4º da Lei nº 9.612 de fevereiro de 1998, que preceitua os itens:

- I – Preferência as finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- II – Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- III – Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- IV – Não discriminação da raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidária e condição social nas relações comunitárias.

§ 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.

§ 2º As programações opinativas e informativas observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Os 29 programas apresentados por esta emissora cumprem plenamente os compromissos firmados nas normas estabelecidas, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade. Cada horário é ocupado por apresentadores e produtores comprometidos com o objetivo de uma rádio comunitária que é educar e integrar todos os membros da sociedade, sempre cientes do respeito e dos direitos dos cidadãos. A programação é concentrada entre programas religiosos, musicais, esportivos, jornalísticos e

informativos. Os programas religiosos têm como objetivo evangelizar nosso povo, sem discriminação de raça, credo ou posição social, levando para cada cidadão uma mensagem de fé e ânimo, a palavra de DEUS; programas musicais e esportivos trazem lazer, entretenimento e cultura aos munícipes de todas as idades; Os programas jornalísticos, informativos e culturais proporcionam à comunidade informação, notícia, educação cultural e interação, indispensáveis na formação de uma sociedade independente e livre.

Este Conselho vê esta Rádio como um veículo de comunicação de vital importância para a cidade de Miguel Calmon, um município tão carente na divulgação de notícias próprias; a Rádio é também para a grande maioria de seus cidadãos o único veículo que lhe dá voz, o calmonense tem nesta Rádio espaço para manifestar suas idéias, opiniões e reivindicações de forma livre e democrática.

Este relatório é a expressão da visão deste Conselho sobre a programação e direção desta Rádio Comunitária, Canabrava FM 87,9, desta forma assinamos abaixo:

Conselho Comunitário da Canabrava FM 87,9:

 Osvaldo Mirândo Durães RG 01396829 SSP BA-70 – Associação Com. Do Pov. de Agua Branca

 Antonio Leal Junior – RG 2959857-55 SSP BA – Santa Casa de Misericórdia de Miguel Calmon

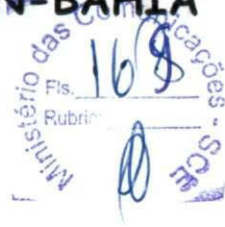
 Josinaldo Martins Lopes RG876306 SSP PB – Conselho de Pastores Evangélicos

 Vicente Mussoline Micucci RG 375707-22 SSP BA - Igreja Católica de Miguel Calmon

 Francisco Assis de Andrade RG1013188-47 SSP BA – Assoc. de Agricultores do Pov. De Queimada Nova



# GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA CANABRAVA FM 87,9 MIGUEL CALMON-BAHIA



## **Programa Musical – Amanhecer da Minha Terra.**

Horário: das 05:30 às 07:00 hs

Segunda a sexta-feira

Apresentação e produção: **Jonas Pereira**

## **Programa religioso – Preparando um Novo Dia**

Horário: das 07:00 às 08:00 hs

Segunda a sexta-feira

Apresentação e produção: **Maria Helena**

## **Programa religioso – Momento de Fé**

Horário: das 08:00 às 09:00 hs

Segunda a sexta-feira

Apresentação e produção: **Igrejas Evangélicas de Miguel Calmon**

## **Programa musical – Show da manhã**

Horário: das 09:00 às 12:00 hs

Segunda a sexta-feira

Apresentação e produção: **Erisvan Ferreira**

## **Programa jornalístico – Panorama de notícia**

Horário: das 12:00 às 13:30 hs

Segunda e quarta-feira

Apresentação e produção: **Erivelton Oliveira e Jonas Pereira**

## **Programa jornalístico – Espaço do povo**

Horário: das 12:00 às 13:30 hs

Terça-feira

Apresentação e produção: **Mário Augusto e Erivelton Oliveira**

## **Programa informativo e Cultural – Somos parte da terra e ela parte de nós**

Horário: 12:00 às 13:30 hs

Quinta-feira

Apresentação e produção: **Valdir Santana**

## **Programa jornalístico – Recortes de jornais**

Horário: 12:00 às 13:30 hs

Sexta-feira

Apresentação e produção: **Marcos Valois e Valdir Santana**

## **Programa esportivo – Bola na rede**

Horário: 13:30 às 14:30 hs

Segunda a sexta-feira

Apresentação e produção: **Valternei Silva, Astení Liberato e Jaime Nery**

## **Programa musical – Ritmos da tarde**

Horário: 14:30 às 17:00 hs

Segunda a sexta-feira

Apresentação e produção: **Thiago Silva**

**Programa religioso da Igreja Católica**

Horário: 17:00 às 18:00 hs

Segunda a quinta-feira

Apresentação e produção: **Neide Vieira**

**Programa Espírita**

Horário: 17:00 às 18:00 hs

Sexta-feira

Apresentação e produção: **Centro Espírita Alfabeto Divino**

**Programa musical variado**

Horário: 18:00 às 19:00 hs

Segunda a sexta-feira

Apresentação e produção: **Gilberto Ribeiro**

**Programa informativo – A voz do Brasil**

Horário: 19:00 às 20:00 hs

Segunda a sexta-feira

Apresentação e produção: **Governo Federal**

**Programa musical – Super noite Canabrava**

Horário: 20:00 às 22:00 hs

Segunda e terça-feira

Apresentação e produção: **Gilberto Ribeiro**

**Programa musical – Eu você e o rei**

Horário: 20:00 às 22:00 hs

Quarta-feira

Apresentação e produção: **Valternei Silva e Elza Matos**

**Programa musical – Momento do Raça**

Horário: 20:00 às 22:00 hs

Quinta-feira

Apresentação e produção: **Gilmar Alves**

**Programa musical – Amado Batista show**

Horário: 20:00 às 22:00hs

Sexta-feira

Apresentação e produção: **Erivelton Oliveira e Jonas Pereira**

**Programa musical – Amanhecer da minha terra**

Horário: 05:30 às 07:00 hs

Sábado

Apresentação e produção – **Erivelton Oliveira**

**Programa evangélico – Momento de Fé**

Horário: 07:00 às 09:30 hs

Sábado

Apresentação e produção: **Igrejas Evangélicas de Miguel Calmon**

**Programa musical – Sábado Especial**

Horário: 09:30 às 12:00 hs

Sábado

Apresentação e produção: **Jonas Pereira**





**Programa musical – As mais tocadas da semana**

Horário: 12:00 às 16:00 hs

Sábado

Apresentação e produção: **Gilmária Oliveira**

**Programa musical – Paradão Popular**

Horário: 16:00 às 18:00 hs

Sábado

Apresentação e produção: **Erivelton Oliveira**

**Programa musical – Forró Legal**

Horário: 18:00 às 20:00 hs

Sábado

Apresentação e produção: **Gerson Sampaio**

**Programa musical – Especial da semana**

Horário: 20:00 às 22:00 hs

Sábado

Apresentação e produção: **Gilberto Ribeiro**

**Programa musical – Eu, você e a Canabrava**

Horário: 05:00 às 7:30 hs

Domingo

Apresentação e produção: **Jair Gomes da Silva**

**Programa religioso – Domingo é dia do Senhor**

Horário: 07:30 às 10:00 hs

Domingo

Apresentação e produção: **Neide Vieira**

**Programa musical – A volta do sucesso**

Horário: 10:00 às 13:00 hs

Domingo

Apresentação e produção: **Célio Pereira**

**Programa musical, transmissão esportiva e variedades**

Horário: 13:00 às 19:00 hs

Domingo

Apresentação e produção: **Kátia Núbia e equipe esportiva**

Às 19:00 hs encerramento da programação do dia.

  
Jair Gomes da Silva – Presidente

  
Valternei Oliveira Silva – 1º Secretário






Relação dos membros do Conselho Fiscal da Associação Comunitária Calmonense mantenedora da Rádio Comunitária Canabrava Fm 87,9 da cidade de Miguel Calmon-Ba.

1° Membro titular	José Fernandino Pereira	Cpf: 016.908.255-53	Rg: 1037766
2° Membro titular	Tolentino Ferreira da Silva	Cpf: 062.872.715-15	Rg: 1.48653-2
3° Membro titular	José Araújo dos Santos	Cpf: 254.149.685-00	Rg: 1888970-03
1° Suplente	Reginaldo Gregório da Silva	Cpf: 064.986.328-36	Rg: 0226134121
2° Suplente	Sólon Rios	Cpf: 006.910.521-90	Rg: 006091052
3° Suplente	Célio Hermanio Pereira	Cpf: 245.692.835-00	Rg: 20264998-96

Miguel Calmon, 01 de Abril de 2014

Atenciosamente;

  
 \_\_\_\_\_  
 Jair Gomes da Silva  
 Presidente

  
 \_\_\_\_\_  
 Valternei Oliveira Silva  
 1° Secretário





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COORDENAÇÃO - GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, 3º ANDAR  
70044-900 - BRASÍLIA - DF  
(61) 3311-6281





REM. JAIR GOMES DA SILVA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE

PRAÇA - RUY BARBOSA, Nº 24 CENTRO

CEP - 44.720-000 MIGUEL CALMON BAHIA



Ao  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
BRASÍLIA - DF

*Exitem- Miguel Calmon*

10  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF  
53000 016838/2014-16  
SEAPA/SCE  
16/04/2014-09.54



**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE FUNCIONAMENTO  
DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO ATRAVÉS DA  
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE**

Senhor coordenador,

Em atenção ao seu Ofício nº 7145/2013/CGRC/SCE-MC, de 18 de dezembro de 2013, atinente ao processo **53000.024276/2012** (Miguel Calmon – BA), a documentação cobrada na Nota Técnica nº 3408/2013/CGRC/SCE-MC foi enviada em 31 de março de 2014.

Entretanto a ata de eleição e posse para o Conselho Fiscal, a guisa somente de informação como prova de já ter sido realizada, seguiu sem o devido registro no cartório competente.

Estamos, pois, conforme prometemos, remetendo-a já devidamente registrada para que integre o rol de documentos cobrados na Nota Técnica em foco.

Aproveitamos para remeter, juntamente com a ata, cópias do RG e CPF dos fiscais e suplentes eleitos. Aproveitamos também para enviar cópia do RG e CPF do Vice-Presidente, agora devidamente autenticada, para substituir a que enviamos anteriormente.

Agradecemos, mais uma vez, a compreensão dessa Coordenadoria.

Miguel Calmon (BA), 10 de abril de 2014

*Jair Gomes da Silva*  
JAIR GOMES DA SILVA  
Presidente

*searc  
132*



REGISTRADO

38  
Fls. 38  
Rubrica

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE, MANTENEDORA DA EMISSORA COMUNITÁRIA CANABRAVA EM 08, 9, AOS VINTE E SETE DIAS DE MARÇO DE DOIS MIL E CATORZE, ÀS VINTE HORAS, NO SALÃO SÃO JOSÉ, SITO NA PRAÇA RUY BARBOSA, NESTA CIDADE, REUNE-SE OS ASSOCIADOS, EM ASSEMBLEIA GERAL, CONVOCADA PELO PRESIDENTE SR. JOIR GOMES DA SILVA, PARA ELEGER E PAR FOSSE AOS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA REFERIDA ASSOCIAÇÃO, PARA O MANDATO REGULAMENTAR DE CINCO ANOS, CONFORME O ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO. O PRESIDENTE FAZ UMA ORAÇÃO PARA O BOM ÊXITO, EM SEQUIDA LÊ O EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONFORME O ARTIGO 23 DO ESTATUTO. EM TEMPO APRESENTA OS COMPONENTES DA CHAPA ELETIVA. TITULARES: PRIMEIRO MEMBRO SR. JOSÉ FERNANDINO PEREIRA, SEGUNDO MEMBRO SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO, TERCEIRO MEMBRO SR. SOLON RIOS. SUPLENTE: PRIMEIRO MEMBRO SR. REGINALDO GREGÓRIO DA SILVA, SEGUNDO MEMBRO SR. CÉLIO ERMÂNIO PEREIRA, TERCEIRO MEMBRO SR. TOLENTINO FERREIRA DA SILVA. O PRESIDENTE VERIFICA O NÚMERO DE ASSOCIADOS E VÊ QUE HÁ QUÓRUM SUFICIENTE PARA A ELEIÇÃO. APÓS ELEITOS SÃO EMPRESSADOS. A ASSEMBLEIA FELICITA PELA BOA ESCOLHA DO MEMBROS DO CONSELHO. NÃO HAUENDO NADA MAIS A TRATAR, O PRESIDENTE AGRADÊCE AOS PRESENTES E ENCERRA A SESSÃO. EU, VALTERINEI OLIVEIRA SILVA, PRIMEIRO SECRÉTARIO, LAUREI A PRESENTE ATA, A QUAL APÓS LIDA E AVALIADA CONFORME, SERÁ ASSINADA POR MIM E PELOS PRESENTES. MIGUEL CALMON, VINTE E SETE DE MARÇO DE DOIS MIL E CATORZE. Valterinei Oliveira - Silva, Joir Gomes da Silva, Vicente José dos Santos, Ernesto Henrique Costa, Valério Ferreira da Silva, Maria da Solidade Almeida Coelho, Hércules Ferreira, Antônio Alves, Reginaldo Gregório da Silva, Valdira Miranda de Carvalho, Luciano dos Anjos Silva, Célio Ermânio Pereira.

ANOTAÇÃO

Protocolo página 277 nº 4.220  
Apresentando hoje das 08:00 as 14:00 horas  
Registro Lv. A-10 Fls. 200 nº 413  
Miguel Calmon 03 de maio de 2014  
Oficial Maria Edna Rocha Pereira

MARIA EDNA ROCHA PEREIRA

DATE n.º 987630

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial ou de Registro  
0383. AB000007-3  
Consulte o site www.tjba.jus.br para autenticação



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG 01.888.970-03 DATA DE EXPEDIÇÃO 07-02-2012

NOME JOSÉ CARLOS ARAÚJO DOS SANTOS

FILIAÇÃO ARLINDO CARLOS DO SANTOS  
CARMOSINA FERNANDES ARAÚJO DOS SANTOS

NATURALIDADE RUBRICA DATA DE NASCIMEN TO 27-04-1963

DOC ORIGIN MIGUEL CALMON BA

CAS. CM MIGUEL CALMON BA DS  
SEDE LV 00006 FL 058 RT 0000395  
254.149.685-00

Sinalda Maria de Oliveira fante

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

0385-A-0007  
 99 de 01  
 14  
 OIavo Rander Marais  
 Sub-tabeção Designad

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO  
GERAL

02261341 21

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

15/08/2006

NOME

REGINALDO GRIGORIO DA SILVA

FILIAÇÃO

JOSE GRIGORIO DA SILVA  
VICENTINA CHAVES DA SILVA

NACIONALIDADE

DATA DE NASCIMENTO

MIGUEL CALMON BA

02/05/1963

DOC. ORDEM CER-CAS CM-PIRITIBA BA

DST-SEDE L-1BA F-165 R-000209

CPF 064986328 36

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.119 DE 29/08/93

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO 'PEDRO MELLO'

SAC



POLEGAR DIREITO



Rubrica

Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Olavo Rander Moraes  
Sub-Tabellão Designado  
Comarca de Maracá

Selo de Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia  
Ato Notarial nº 0355-15002808-3

Informe o original e dou  
nome da verificação  
de 09/15  
de 09/15  
Olavo Rander Moraes  
Sub-Tabellão Designado

Olavo Rander Moraes  
Sub-Tabellão Designado  
Comarca de Maracá



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.511.864 DATA DE EXPEDIÇÃO 01-02-1989

NOME ANTONIEL ALVES

FILIAÇÃO Nilda Alves

M. Calmon-BA 20-01-1971

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. Nasc. M. Calmon-BA, Séde, Nº 124

DOC ORIGEM

Liv. 52E Fls. 062

CPF

SALVADOR BA - Bel. Aurelino Gomes Brandão

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"

0.152

POLEGAR DIREITO

Assinatura do Titular: Antoniel Alves

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Selo de Autenticidade

0385.AB002806-7

Consulte o selo em www.ba.jus.br/identificacao

29 de 10 de 2013

Benedito Moraes Gomes

Sub-labelião Designado

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF 620354525-20

CPF

NOME COMPLETO: ANTÔNIEL ALVES

NASCIMENTO 20/01/71

ASSINATURA: Antoniel Alves

TERÁ VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF - E DE USO OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA. PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

237/0585 2

31/10/89

BRADESCO

52090/3651

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELLO  
NÃO PLASTIFICAR

*Celio Ermãnio Pereira*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GR. 15 & SONS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG 20.264.998-96 DATA DE EMISSÃO 01-12-2010

NOME CÉLIO ERMÂNIO PEREIRA

FILIAÇÃO EDUARDO JOSÉ PEREIRA

GISCÉLIA BARBERINO PEREIRA

NATURALIDADE MIGUEL CALMON BA DATA DE NASCIMENTO 03-09-1954

DOC ORIGEM C.CAS. CM MIGUEL CALMON BA DS SEDE LV 00019 FL 246 RT 0000716 245.692.835-00

*Paula U. de Almeida fante*

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GR. 15 & SONS

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome  
CELIO ERMANIO PEREIRA

Nº de Inscrição 245692835-00 Data do Nascimento 03/09/54



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura  
CELIO ERMANIO PEREIRA

S  
E  
R  
V  
I  
D

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 01/08/95

*Olavo Rangel Moraes Borges*

Selo de Autenticidade

Alto Nível de Segurança

0308 AB002835-0

comforme o original e dou

09 de 10

*Olavo Rangel Moraes Borges*

Sub-tabellão Designado











VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 00691052 19 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/08/2009

NOME SOLON DE OLIVEIRA RIOS

FILIAÇÃO PEDRO DE OLIVEIRA RIOS  
JULIA DE OLIVEIRA RIOS

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO  
MIGUEL CALMON BA 24/10/1944

DOO ORIGEM CER-CAS CM-MIGUEL CALMON B A

DST-SEDE L-003 F-155 R-000155

CPF 036608935 87

SALVADOR - BA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Ministério das Comunicações

Fis. 189

Rubrica

Assinatura de Solon de Oliveira

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Esta cópia corresponde ao original e dou fé

Carmona de 19 de 01/14

Olavo Renato Moraes Borges

Sub-Coordenador

CIC

NASCIMENTO 24.10.44

INSCRIÇÃO NO CPF 036 608 935 87

CONTRIBUINTE

SOLON DE OLIVEIRA RIOS

ASSINATURA DO SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE



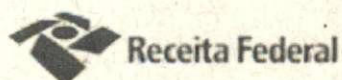
Sr. Jair Gomes da Silva  
Associação Comunitária Balnearense  
Rádio Banabrava  
Praça Ruy Barbosa, nº 24 Centro  
Miguel Balmon - Bahia  
Cep - 44720.000



Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação - geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
70044-900  
Brasília - D.F.  
(61) 3311-6281







## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>01.867.420/0001-32</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>28/05/1997</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO COMUNITARIA CALMONENSE</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO CANABRAVA FM</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>PC RUI BARBOSA</b>	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP <b>44.720-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>SEDE</b>	MUNICÍPIO <b>MIGUEL CALMON</b>	UF <b>BA</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>28/07/1998</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **16/07/2014** às **10:55:00** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

© Copyright Receita Federal do Brasil - 16/07/2014





## TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 06 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Pereira magalhaes**, **Agente Administrativo**, em 06/08/2014, às 16:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0073152** e o código CRC **7A5AAC2E**.

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de Santa Catarina

## **NOTA TÉCNICA Nº 13223/2014/SEI-MC**

Processo de Renovação nº: **53000.024276/2012-91**

Processo de Outorga nº: 53640.001516/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

---

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Calmonense**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Miguel Calmon/BA**.

### **ANÁLISE**

---

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento:

I. O comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ traz o endereço incompleto ou errado da entidade, pois toda a documentação apresentada pela requerente, inclusive o Estatuto Social recentemente atualizado, diz estar localizada à Praça Rui Barbosa nº 24; enquanto que no comprovante, consta endereço sem numeração. Por isso, pede-se que a Associação esclareça a situação ou apresente novo comprovante de inscrição, já com a correção.

3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que:

I. A requerente tem ferido a Lei 9.612/98, que regulamenta o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vez que restringe/limita seu processo eletivo a um determinado grupo de pessoas; conforme já havia sido feita observação na NT anterior e constatado nas atas apresentadas na instrução deste processo, onde consta que a presidência da Associação Comunitária Calmonense tem sido a mesma desde a sua constituição. A Norma nº01/2011, de 14 de outubro de 2011 especifica, em seu subitem “8.2, h.3”, que o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria deve ser limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução; sendo, pois, contra o caráter comunitário. Ainda, o próprio Estatuto Social da Associação, no art. 10, do Estatuto datado de 22/09/2006 e reforçado no art. 19 da alteração deste, na data de 06/03/2014, que a Diretoria Administrativa



tem mandato de 2 anos com direito a uma reeleição, o que também não está sendo cumprido. Diante dos fatos, a entidade deverá se manifestar e/ou eleger novo Presidente para a Associação, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga.

II. O Estatuto Social, em seu art. 18, parágrafo 1º, rege que os cargos de Diretor Cultural, de Operações e de Comunicação serão indicados pelo Presidente. Não foram localizados os nomes dos ocupantes destes cargos em nenhum dos documentos apresentados para o biênio 2013/2015. Pede-se que a entidade se manifeste.

## CONCLUSÃO

---

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tiane Aimi Severo, Analista Tec Administrativo**, em 10/10/2014, às 16:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jose Dudeque, Delegado Substituto**, em 10/10/2014, às 16:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0180804** e o código CRC **223BDFF5**.



**Ministério das Comunicações**  
Delegacia Regional em Santa Catarina  
Praça XV de Novembro, nº 242 - 1º andar - Centro  
CEP: 88010-970 Florianópolis-SC  
(48) 3229-4373 FAX (48) 3225.6724

Ofício nº 14899/2014/SEI-MC

**Florianópolis, 09 de outubro de 2014.**

Ao Senhor

JAIR GOMES DA SILVA

Representante Legal da Associação Comunitária Calmonense

Praça Rui Barbosa, nº 24 - Centro

CEP 43900-000 / Miguel Calmon - BA

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.024276/2012-91.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimos-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **13223/2014/SEI-MC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR POSTAL (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, no original ou em cópia autenticada, sob pena da **extinção da outorga**.

3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão



aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Jose Dudeque, Delegado Substituto**, em 10/10/2014, às 16:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0180823** e o código CRC **BE63DE6E**.

---

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SR. JAIR GOMES DA SILVA

ENDEREÇO / ADRESSE

PRAÇA RUI BARBOSA 24 CENTRO

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITE

UF

PAIS / PAYS

43.900-000

MIGUEL CALMON

BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Ofício 14899/2014/SEJ-MC

53000-024276/2012-91

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

05/11/2014

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Jair Gomes da Silva

Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORÇÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

Ag. Correios Dist. 0 Colela  
Mat. R. 000.000.000

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75340009-0

FC0463 / 15

114 x 166 mm





AVISO DE  
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JH 12922030 6 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC-04

Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar

88010-970 - FLORIANÓPOLIS - SC

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

Ao

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Delegacia Regional em Santa Catarina  
FLORIANÓPOLIS - SC



**ASSUNTO: ENCAMINHAMENTO DE NOTA TÉCNICA RELATIVA  
À ANÁLISE DO PROCESSO Nº 53000.024276/2012-91**

Senhor Delegado,

Em atenção ao seu Ofício nº 14899/2014/SEI-MC, de 09 de outubro de 2014, atinente ao processo 53000.024276/2012 (Miguel Calmon – BA), prestamos esclarecimentos e encaminhamos a documentação cobrada na Nota Técnica nº 13223/2014/SEI-MC.

2.

I - Quando fundada, a Associação funcionava num prédio pertencente a Igreja Católica, onde não havia numeração. Posteriormente, a comunidade (envolvendo todas as religiões) construiu um prédio na mesma praça, doando à Associação Comunitária Calmonense, onde também funciona a emissora de rádio. Esse novo prédio recebeu o número 24. Por achar que não haveria problemas, não se providenciou a devida mudança no CNPJ. Já estamos providenciando a regularização. Pegamos um documento no cartório local informando que existe o estatuto atualizado e registrado. Encaminhamos, através de um contador, à Receita Federal e acreditamos que, ainda nesta semana, estaremos de posse do documento atualizado. Tão logo chegue às nossas mãos, enviaremos cópia a essa Delegacia.

3.

I – ETERNIZAÇÃO DE JAIR - Quando da fundação, com o nome de Associação Cristã Calmonense, o estatuto permitia o tempo que quisesse - O Sr. Jair foi o primeiro - Depois, com a reforma do estatuto, em 15 de janeiro de 1999 passou a ser Associação Comunitária Calmonense, sendo o primeiro presidente, o Sr. Jair - eleito em 30/06/1999 - por dois anos e reeleito por dois anos, com o amparo do referido estatuto.

Até 2003, a emissora funcionava faltando a documentação oficial. Talvez por tal motivo, não se cuidou de tornar os períodos administrativos regulares. O Sr. Jair, por vontade dos associados, continuava à frente da Associação. Foi um período em que, embora cheia de boas intenções, a emissora funcionava como clandestina fosse.



Em 29/09/2001, foi feita a sessão especial para registrar a abertura oficial da emissora Comunitária Canabrava FM (V. cópia da ata). À época, era presidente, ainda sob o efeito estatutário em vigor, o Senhor Jair.

Em 07/12/2003 – ELEIÇÃO DE NOVA DIRETORIA. Ainda sob a égide do estatuto antigo (de 1999), que não limitava o número de reeleições, foi eleito presidente o Sr. Jair.

Em 22/09/2006 foi aprovado, em Assembléia, o novo Estatuto limitando (artigo 10) o mandato em dois anos, permitida a reeleição por igual período.

Em 18/03/2009 - Já na vigência da Lei 9.612/98, foi eleita a Sra. Maria Elena Gonçalves, presidente e o Sr. Jair como vice-presidente. Em 07/03/2011, a Sra. Maria Elena, por motivo de doença, renunciou e, automaticamente, assumiu o vice-presidente o Sr. Jair – ficando no cargo até junho (vide cópia da ata anexa, do pedido formal de afastamento realizado pela então presidente e atestado médico), quando foi feita nova eleição em 06/06/2011, sendo eleito o Sr. Jair.

Em 06/06/2011 – ELEIÇÃO – o Sr. Jair tomou posse. Ao final do mandato, o então presidente foi reeleito por mais dois anos, sob a proteção do Estatuto de 2009, onde deverá ficar até dezembro do próximo ano.

“De lembrar que há uma dificuldade em encontrar pessoas dispostas quando não se trata de remuneração. Na próxima eleição, com certeza vai surgir nome novo disposto a assumir compromissos”.

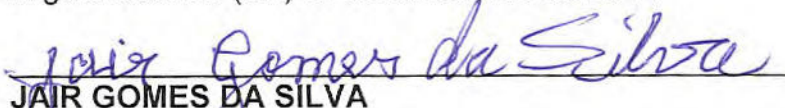
Vale registrar, tratar-se o Sr. Jair Gomes da Silva de cidadão totalmente desprovido de interesses próprios dentro da Associação. Seu espírito altruísta e amante das coisas de Miguel Calmon (BA), o tem levado a fazer parte das associações filantrópicas, como é o caso do Abrigo dos Velhos, mantido pelos Vicentinos, onde, pela escassez de voluntários, sempre ocupa cargos na Diretoria, a mais das vezes cargos simples.

3.

II – Estamos informando o nome do Diretor Cultural, de Operações e de Comunicação: o Sr. CÉLIO ERMÂNIO PEREIRA, empossado em abril de 2014, logo após a aprovação do estatuto atual em 06 de março de 2014. Estamos enviando cópia do Ato Administrativo alusivo à nomeação. Não informamos antes por ignorarmos essa exigência, pelo que apresentamos nossas escusas.

Cientes de contar com a compreensão que, acreditamos, seja peculiar a essa Delegacia, ratificamos nosso propósito de encaminhar a documentação faltosa em brevíssimos dias.

Miguel Calmon (BA) 29 de novembro de 2014

  
JAIR GOMES DA SILVA  
Presidente

**TERMO DE POSSE DO DIRETOR CULTURAL DE OPERAÇÕES E DE COMUNICAÇÃO, NOS TERMOS DO §1º DO ARTIGO 19 DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE DE 06 DE MARÇO DE 2014.**

**ATO ADMINISTRATIVO 01.2014**

Eu, JAIR GOMES DA SILVA, brasileiro, casado, maior e capaz, na qualidade de Presidente da Associação Comunitária Calmonense indico para o Cargo de Diretor Cultural de Operações e de Comunicação o Sr. Célio Ermânio Pereira, brasileiro, viúvo, maior e capaz, portador da cédula de identidade RG nº 20-264-998-96 – Órgão Expedidor/UF: SSP/BA, residente e domiciliado à Rua Secunda Rosa Santos, nº 109, Bairro Centro, Município de Miguel Calmon/BA, CEP: 44.720-000, de acordo com as disposições contidas no §1º do artigo 19 do Estatuto Social da Associação Comunitária Calmonense, *in verbis*:

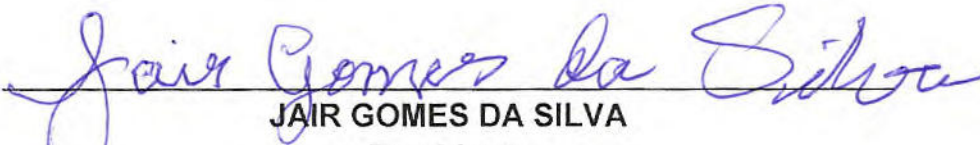
ARTIGO 19 – A Associação será dirigida por uma Diretoria Executiva eleita em Assembléia Geral, para um período de 02 (dois) anos, podendo ser reeleita por mais um mandato de dois anos.

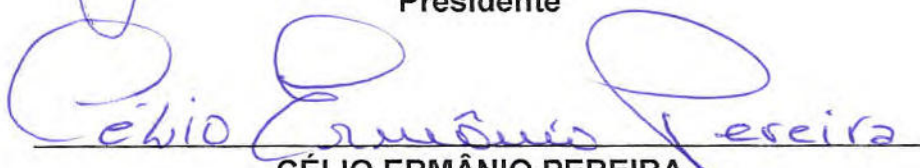
Parágrafo primeiro – O Cargo de Diretor Cultural, de Operações e de Comunicação Social será indicado pelo Presidente.

Parágrafo Segundo – O ano administrativo coincide com o ano de Exercício Social.

O Presidente da Associação, senhor JAIR GOMES DA SILVA, declarou empossado o Diretor acima qualificado, convidando-o a firmar o presente termo de posse.

Miguel Calmon – Bahia, 02 de abril de 2014.

  
JAIR GOMES DA SILVA  
Presidente

  
CÉLIO ERMÂNIO PEREIRA  
Diretor Cultural de Operações e de Comunicação



Ilustríssimo Senhor Vice-Presidente da Associação Comunitária Calmonense  
– ACC:

MARIA ELÊNA GONÇALVES, brasileira, solteira, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiúva, 61, nesta Cidade de Miguel Calmon – Bahia, vem a presença de Vossa Senhoria, encaminhar o atestado médico, bem como, informar o seu afastamento da presidência da referida Associação, nesta data e requerendo as providências necessárias para regularização.

Nestes termos.

Pede deferimento.

Miguel Calmon, 25 de março de 2011.


  
Maria Elêna Gonçalves

Associada/Requerente

**Eliana Maria Valois de Miranda Landin**  
CREMEB - 7458 CPF - 258.842.715-49

ATESTADO MÉDICO

Atesto para o senhor fins que Maria  
Elena Gonçalves encontra-se impossibilitada de  
desempenhar atividades que requerem atividade,  
devido ao stress emocional por tempo indefi-  
nido, por motivo de doença.

  
24.03.11

Consultório Rua Benjamim Constant, s/n - Miguel Calmon - Ba.  
Telefax. 3627-2194

**Eliana Maria Valois Miranda Landin**  
CPF: 25884271549  
CRM 7458



Ofício nº 001/2010.


Miguel Calmon/BA, 05 de outubro de 2010.

Prezados Senhores,

Cumprimentando-os cordialmente, venho através do presente, comunicar-lhes, que não tenho mais condições de continuar exercendo a função de presidente da ACC, mantenedora da Emissora Canabrava FM 87.9. Lembro, ainda, que o Estatuto Social da referida Associação, no seu Art. 13, III, me garante este direito.

Sugiro uma assembleia geral extraordinária o mais rápido possível para eleger outra pessoa para me substituir nesta função.

Na oportunidade, apresento protestos de estima e respeito, ao tempo em que conto com a compreensão de todos.

  
Maria Elena Gonçalves  
Presidente

Ilmo. Srs.

Jair Gomes da Silva,

Mário Augusto da Silva Machado,

José Carlos Araújo dos Santos

Maria Aurora Coelho Vieira dos Anjos e

Jailson Lago de Oliveira



Oliveira, Jair Gomes da Silva, Maria Elêna Gonçalves

Ata da reunião da diretoria da ACC, mantenedora da FM Canabrava 87.9, aos 09 (nove) de fevereiro de 2011, às 19:40 horas, na sala da referida FM, iniciando a presidente falou da pauta. Falou das férias de Gilmária e ficou de consultar o procurador jurídico. Quanto o apoio cultural do Umbuzeiro ficou para ser pago pelos 20 (vinte) dias e 06 (seis) chamadas diárias o valor de R\$ 72,00 (setenta e dois reais). Foi discutido o problema relacionado a Flávia e decidimos fazer umas propostas, sendo: a primeira reduzir a gratificação ou continuar o mesmo valor com redefinição de atribuições. Ficou marcada assembleia eleitoral extraordinária para o dia 17 de março de 2011, ficando de baixar edital e convocar os associados, nada mais a tratar, depois de lida e aprovada vai por todos assinada. Eu, José Carlos Araújo dos Santos, 1º secretário que escrevi e assino. Falou em nome de Oliveira, Jairo Augusto, Maria Elêna Gonçalves, José Carlos Araújo dos Santos, Jairo Gomes da Silva.

Ata da reunião da diretoria em exercício da ACC mantenedora da FM Canabrava 87.9, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2011 (dois mil e onze), às 20:00 horas, na sala da referida FM; Em virtude do afastamento da titular presidente da Associação Comunitária Calmonense ACC mantenedora da FM Canabrava// Maria Elêna Gonçalves, assumiu a referida presidência o Sr. Jairo Gomes da Silva vice presidente, conforme determina o Estatuto Orgânico, como também a Sra. Jovana Juvora dos Anjos, segunda secretária assumindo a vaga deixada pela reunião



ciao do primeiro secretário, Wilson Boag, portan-  
 to a partir dessa data, pelo presente de 90 (noventa  
 e 00) dias conforme Ata da Assembleia geral de  
 extraordinária do dia 17 (dezanete) do mês de  
 março de 2011 (dois mil e onze). A Asser-  
 ação Comunitária mantenedora, da FM será di-  
 rigida pelo Sr. Jair Gomes da Silva, presidente,  
 Maria Aurora dos Anjos, secretária, José Augusto  
 de Sousa, nada mais a tratar, depois de lida e  
 aprovada vai por todos assinada. Em Juazeiro do  
 Norte, aos Anjos que assenti e assinou, Maria Aurora  
 dos Anjos, Jair Gomes da Silva, José Carlos  
 Augusto dos Santos.

Ata da reunião da diretoria, executiva da OMOCAS  
 Comunitária, Colaboradora mantenedora da FM.  
 do Comunitária Comunitária em 27.9. Aos 24 (vinte  
 e quatro) dias do mês de julho de 2011 mil e  
 onze, realizou-se na sala de reuniões da Fada  
 Comunitária a primeira reunião da diretoria, ex-  
 cutiva, eleta do <sup>2º</sup> dia, tendo em pauta a apro-  
 vação do novo diretor de programação e o acerto de  
 ata da eleição. A reunião foi aberta pelo presidente  
 o Sr. Jair Gomes, fazendo suas considerações em  
 primeiro, em seguida por seguida a oração do  
 Espírito Santo, após a oração o Sr. Jair no-  
 meou a diretoria da ata da eleição e posterior-  
 mente intercomunicada, nos sendo lida toda a  
 com o apoio de todos os presentes, motivada  
 pela duração do acerto que seria no final pro-  
 ferida pelo Sr. Jair Gomes na reunião da di-  
 reção, que nos foi bem entendida pela reunião  
 toda da ata, ficando entre os presentes.

Documento de Autenticidade  
 0386 AB009096 0  
 03/3/11  
 09.01/11  
 Mariana Ramos Moraes Borges  
 Sub-tabelião Designado



Paula Miranda de Carvalho

Maria Elina Gonçalves

Jair José Gomes da Silva

Célio Brezônio Pereira

Osleny Silvestre de Moura

Vem a respeito de

William D. Silva

Antônio Alves

Carlos Augusto dos Santos

Estelita Chiquinho do Nascimento

Ato de abertura da Emissora Comunitária Canabrava FM. Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e um, às dezesseis horas, realizou-se em sua sede, no Centro Catequético São José, situado à Rua Ruy Barbosa, uma sessão especial de abertura oficial da Emissora Comunitária Canabrava FM. O Diretor de Programação, Sr. Reginaldo Gregório da Silva, declarou aberta a sessão e convidou para fazer parte da mesa o Presidente da Diretoria, Sr. Jair Gomes da Silva, o Vice-presidente, Sr. Picente Missolimi Micucci, o DD Sr. Prefeito José Ricardo Leal Reguão, o Presidente da Câmara de Vereadores Sr. Salatiel Gomes da Silva, o Gerente do Banco do Brasil Sr. Jorge Abreu de Souza, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Sr. Nelson Palois Coutinho, o Tesoureiro da Diretoria da Emissora Sr. José Carlos Araújo, membro do Conselho



Fiscal Sr. Solen Rios e a secretária Aldina M. de  
Barnalho. Iniciando, surgiu-se uma granadação na  
qual o Pároco Pe. Paulo Bugini, desculpava-se por  
não poder comparecer porque estava em atividades  
pastorais. No entanto, abençoava a todos que luta-  
ram para que este fato acontecesse. Tendo con-  
tinuidade, o Sr. Reginaldo G. da Silva, proferiu  
a palavra para quem dela quisesse fazer uso.  
Quando o Sr. Ricente M. Micucci fez uso da mes-  
ma com um empolgado discurso, demons-  
trando a sua total dedicação à Comunidade  
calmonense, atuando em diversas entidades,  
e todo o seu empenho a fim de que visse  
realizar a abertura desta Emissora, a qual  
se tornou o amor dos calmonenses, em  
tempo, agradeceu a todos aqueles que dire-  
tamente ou indiretamente contribuíram  
para que este sonho se realizasse, em se-  
guida usou da palavra o Prefeito Sr. José  
Ricardo Leal Região, manifestando a sua  
admiração pela importante conquista, para-  
benizando aos senhores Jair G. da Silva e Ri-  
cente M. Micucci, os quais tanto lutaram  
para que este fato ocorresse. Enalteçando a  
presença de Ikeranilton Andrade Silva, na  
Emissora, representando as Igrejas Evangé-  
licas. Prosseguindo, Reginaldo G. da Silva, fez  
uso da palavra com um discurso, de-  
monstrando a sua imensa alegria pela  
abertura desta Emissora tão querida e  
desejada pelos calmonenses, aproveitando  
do momento pediu o apoio de todos, para  
que a nossa Emissora continue dando  
o seu recado e fazendo um grande bem



a comunidade. Finalizando o seu discurso com  
 uma belíssima mensagem: O Pote Rachado. Fazendo  
 ver que mesmo os nossos defeitos se permitirmos,  
 o Senhor poderá usá-los para embelezar a mesa  
 de seu Pai. Pois na grandiosa economia de  
 Deus, nada se perde. Continuando a palavra  
 inaugurada fizeram uso da mesma: o Sr.  
 Salatêl Gomes da Silva, expressando a impor-  
 tância desta Emissora para a comunidade.  
 E gostaria de ter um horário, para atra-  
 ves da Emissora fazer ver a comunidade  
 o trabalho sério desempenhado pelo Executivo  
 e Legislativo. Em nome da Câmara de Pe-  
 readores deseja sucesso à Emissora e que  
 seu trabalho seja um veículo transmis-  
 sor da verdade. O Sr. Solon Rios, expressa  
 seu prazer e satisfação em ver a Emissora  
 no ar. Dado que a mesma poderá fazer um  
 trabalho muito importante para a co-  
 munidade, principalmente o trabalho espiri-  
 tual. O Sr. Ademar Marcelino de Miranda,  
 representando as Associações das Comunidades  
 Rurais, congratula-se com a abertura da  
 Emissora e coloca-se a disposição para  
 ajudá-la, em nome da Associação. Luciano  
 dos Anjos Silva, representando os locutores,  
 fez um histórico da Emissora. Citando  
 que os locutores estão a serviço da Emis-  
 sora, e desempenharão um trabalho gra-  
 tuito, esforçando-se para fazê-lo bem  
 feito. Ao mesmo tempo em que apresenta  
 os demais locutores e seus respectivos pro-  
 gramas. Ikeranilton Andrade Silva, para-  
 felicita a abertura da Emissora e diz



sentir-se feliz apresentando o programa evangélico Boas Novas. Como não houvesse mais quem quisesse usar a palavra, o Sr. Reginaldo G. da Silva convidou o Presidente para encerrar a sessão. O mesmo agradeceu a Deus que nos deu o seu filho Jesus, que nos deu força e esperança, características de todo cristão. Expressa a sua felicidade e fica mais feliz em ver a Emissora cumprindo o seu papel de educar, formar e instruir. Colocou a Emissora a disposição do Sr. Prefeito, para que divulgue o seu excelente trabalho, a fim de que a comunidade tenha conhecimento. Agradeceu a Picente Micucci e os demais que ajudaram nesta luta com oração incansável e trabalho para que este fato viesse acontecer. Agradeceu aos presentes pelo interesse em saber quando a Emissora estaria no ar. Em seguida convidou a todos os presentes para rezarem a oração do Pai-nosso. Finalizando, o Sr. Reginaldo G. da Silva convidou a primeira dama, Rita Micucci para cortar a fita de abertura da Emissora, e esta, por delicadeza, achou que este ato caberia as irmãs Jair G. da Silva e a Picente M. Micucci pelo grande empenho que fizeram para que este fato acontecesse. Reginaldo G. da Silva, bastante empolgado, declara aberta oficialmente a Emissora Comunitária Canabrava FM. E por nada mais haver a tratar eu, Saldina Miranda de Carvalho, lavrei a presente ata que após lida e achada conforme será assinada pelos presentes. Miguel Calmon, vinte e nove de setembro de dois mil e um.



Salda, Miranda de Carvalho

Jair Gomes da Silva

Luizete Menezes

Maria Elina Gonçalves

José Carlos Araujo dos Santos

Reginaldo Eugênio da Silva

Dr. Ricardo Pellegrin

Safid, Jurek da Silva

- Nelson Jurek da Silva

Luciano dos Anjos Silva

Imã Luzia de Barcelos

José L. de O. Santana

Gilmaria de Oliveira Pereira

Wsterny Silvestre de Moura

José Sandoz Luperon Brasil





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA-DRMC  
PRAÇA XV DE NOVEMBRO, 242 - 1º ANDAR  
88010-970 - FLORIANÓPOLIS-SC

Sr<sup>o</sup> JAIR GOMES DA SILVA

PRAÇA RUI BARBOSA, 24 - CENTRO

CEP - 44720-000 MIGUEL CALMON/BA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE

RÁDIO CANABRAVA.



Ao  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Delegacia Regional em Santa Catarina  
FLORIANÓPOLIS - SC

**ASSUNTO: ENCAMINHAMENTO DE NOTA TÉCNICA RELATIVA  
À ANÁLISE DO PROCESSO Nº 53000.024276/2012-91**


Senhor Delegado,

Em atenção ao seu Ofício nº 14899/2014/SEI-MC, de 09 de outubro de 2014, atinente ao processo 53000.024276/2012 (Miguel Calmon – BA), prestamos esclarecimentos e encaminhamos, em 29 de novembro de 2014, a documentação cobrada na Nota Técnica nº 13223/2014/SEI-MC.

Conforme prometido, estamos enviando cópia do CNPJ já com o endereço atualizado (item 2.1).

Aproveitamos para enviar também cópia, **desta feita autenticada**, da Ata da sessão especial, em 29/09/2001, para registrar a abertura oficial da emissora Comunitária Canabrava FM. Referida cópia deverá substituir a que enviamos em 29 de novembro de 2014.

Miguel Calmon (BA) 11 de dezembro de 2014

  
**JAIR GOMES DA SILVA**  
Presidente



**Quadro de Sócios e Administradores**

056.260.135-04 JAIR GOMES DA SILVA

**Qualificação**

PRESIDENTE

---





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA CALMONENSE**  
**CNPJ: 01.867.420/0001-32**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, válida para o estabelecimento matriz e suas filiais, refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 11:19:37 do dia 05/12/2014 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/06/2015.

Código de controle da certidão: **4BD5.8655.30F7.9A36**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página  
para impressão

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.867.420/0001-32 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA 28/05/1997
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA CALMONENSE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO CANABRAVA FM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO PC RUI BARBOSA	NÚMERO 24	COMPLEMENTO	
CEP 44.720-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MIGUEL CALMON	UF BA
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 05/12/2014 às 11:12:02 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>01.867.420/0001-32</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>28/05/1997</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO COMUNITARIA CALMONENSE</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>RADIO CANABRAVA FM</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>PC RUI BARBOSA</b>	NÚMERO <b>24</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>44.720-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>MIGUEL CALMON</b>	UF <b>BA</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>28/07/1998</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **05/12/2014** às **11:12:02** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)



Paldira Miranda de Carvalho

Maria Elêna Gonçalves

fair fair Gomes da Silva

Célio Cristiano Ferreira

Oslemu Siluati de Monna:

Recd to respecter Henry

William D. S.

Antoni Albes.

Carlos Augusto dos silve Santos

Estelita Chiriqui do Nascimento

Ato de abertura da Emissora Comunitária Canabrama FM. Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e um, às dezesseis horas, realizou-se em sua sede, no Centro Patagônico São José, situado à Rua Ruy Barbosa, uma sessão especial de abertura oficial da Emissora Comunitária Canabrama FM. O Diretor de Programação, Sr. Reginaldo Gregório da Silva, declarou aberta a sessão e convidou para fazer parte da mesa o Presidente da Diretoria Sr. Jair Gomes da Silva, o Vice-presidente Sr. Picente Missolimi Miculêi, o OD Sr. Prefeito José Ricardo Leal Reguão, o Presidente da Câmara de Vereadores Sr. Salatiel Gomes da Silva, o Gerente do Banco do Brasil Sr. Jorge Alves de Souza, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Sr. Nelson Palois Coutinho, o Tesoureiro da Diretoria da Emissora Sr. José Carlos Araújo, membro do Conselho



Fiscal Sr. Solon Rios e a Secretária J. de  
Barvalho. Iniciando, surtiu-se uma granação na  
qual o Pároco Pe. Paulo Eugênio, desculpara-se por  
não poder comparecer porque estava em atividades  
pastorais. No entanto, abençoava a todos que luta-  
ram para que este fato acontecesse. Dando con-  
tinuidade, o Sr. Reginaldo G. da Silva, praguejou  
a palavra para quem dela quisesse fazer uso.  
Quando o Sr. Ricente M. Micucci fez uso da mes-  
ma com um empolgado discurso, demons-  
trando a sua total dedicação à Comunidade  
calmonense, atuando em diversas entidades,  
e todo o seu empenho a fim de que visse  
realizar a abertura desta Emissora, a qual  
se tornou o amor dos calmonenses, em  
tempo agradeceu a todos aqueles que dire-  
tamente ou indiretamente contribuíram  
para que este sonho se realizasse. Em se-  
guida usa da palavra o Prefeito Sr. José  
Ricardo Leal Região, manifestando a sua  
admiração pela importante conquista, para-  
benizando aos senhores Jair G. da Silva e Ri-  
cente M. Micucci, os quais tanto lutaram  
para que este fato ocorresse. Encetando a  
presença de Ikeranilton Andrade Silva, na  
Emissora, representando as Igrejas Evangé-  
licas. Prosseguindo, Reginaldo G. da Silva, fez  
uso da palavra com um discurso, de-  
monstrando a sua imensa alegria pela  
abertura desta Emissora tão querida e  
desejada pelos calmonenses, aproveitando  
do momento pediu o apoio de todos, para  
que a nossa Emissora continue dando  
o seu recado e fazendo um grande bem



Autenticidade  
Tribunal de Justiça do Estado de Bahia  
Cartório de Registro  
0385.AB00930711  
Consulte o selo em www.tjba.jus.br/autenticidade

Conforme o original e dou 5p  
da versão  
por 26 de 10

a Comunidade. Imunizando o seu discurso com uma belíssima mensagem. O Sr. Solon Rios, fazendo ver que mesmo os nossos defeitos se permitirmos o Senhor poderá usá-los para embelezar a mesa de seu Pai. Pois na grandiosa economia de Deus, nada se perde. Continuando a palavra inaugurada fizeram uso da mesma: o Sr. Salatêl Gomes da Silva, expressando a importância desta Emissora para a comunidade. E gostaria de ter um horário, para através da Emissora fazer ver a comunidade o trabalho sério desempenhado pelo Executivo e Legislativo. Em nome da Câmara de Preadores deseja sucesso à Emissora e que seu trabalho seja um veículo transmissor da verdade. O Sr. Solon Rios, expressa seu prazer e satisfação em ver a Emissora no ar. Dado que a mesma poderá fazer um trabalho muito importante para a comunidade, principalmente o trabalho espiritual. O Sr. Adelson Marcelino de Miranda, representando as Associações das Comunidades Rurais, congratula-se com a abertura da Emissora e coloca-se a disposição para ajudá-la, em nome da Associação. Luciano dos Anjos Silva, representando os locutores, fez um histórico da Emissora. Citando que os locutores estão a serviço da Emissora, e desempenharão um trabalho gratuito, esforçando-se para fazê-lo bem feito. Ao mesmo tempo em que apresenta os demais locutores e seus respectivos programas. Ikeranilton Andrade Silva, parabeniza a abertura da Emissora e diz



sentir-se feliz apresentando o programa evangélico Boas Novas. Como não houve mais quem quisesse usar a palavra, o Sr. Reginaldo G. da Silva convidou o Presidente para encerrar a sessão. O mesmo agradeceu a Deus que nos deu o seu filho Jesus, que nos deu força e esperança, características de todo cristão. Expressa a sua felicidade e fica mais feliz em ver a Emissora cumprindo o seu papel de educar, formar e instruir. Colocou a Emissora a disposição do Sr. Prefeito, para que divulgue o seu excelente trabalho, a fim de que a comunidade tome conhecimento. Agradeceu a Picente Micucci e demais que ajudaram nesta luta com oração, incentivo e trabalho para que este fato viesse acontecer. Agradeceu aos presentes pelo interesse em saber quando a Emissora estaria no ar. Em seguida convidou a todos os presentes para rezarem a oração do Pai-nosso. Finalizando, o Sr. Reginaldo G. da Silva convidou a primeira dama, Rita Micucci para cortar a fita de abertura da Emissora, e esta, por delicadeza, achou que este ato caberia aos irmãos Jair G. da Silva e a Picente M. Micucci pelo grande empenho que fizeram para que este fato acontecesse. Reginaldo G. da Silva, bastante empolgado, declara aberta oficialmente a Emissora Comunitária Canabrava FM. E por nada mais haver a tratar em, Saldina Miranda de Carvalho, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada pelos presentes. Miguel Calmon, vinte e nove de setembro de dois mil e um.



Salda Miranda de Carvalho

Jair Gomes da Silva

Maria Elina Gonçalves

José Carlos Araujo dos Santos

Reginaldo Fugorio da Silva

Salvador da Silva

Wilson Figueiredo da Silva

Luciano dos Anjos Silva

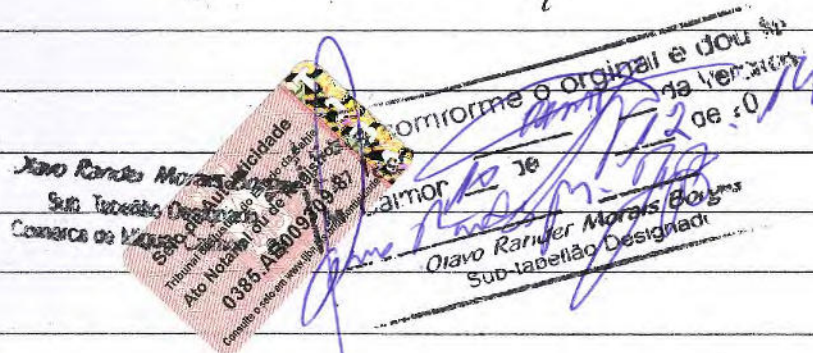
Ima Lúcia de Barcelos

José S. de O. Santana

Gilemária de Oliveira Pereira

Wsterny Sikerato de Moura

José Santos Luperon Brasil







MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PRAÇA XV DE NOVENABRO, Nº 242 - 1º ANDAR - CE

CEP: 88040-970 FLORIANÓPOLIS-SC

(48) 3229-4373

COMBO CARTA COMERCIAL A VISTA	
AR (X) MP ( )	Peso/Weight: 0,063 Kg
RG193135535BR	



Srº JAIR GOMES DA SILVA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE

RÁDIO CANABRAVA 87,9

PRAÇA RUY BARBOSA, Nº 24 - CENTRO

CEP: 44720-000 MIGUEL CALMON/BA



**NOTA TÉCNICA Nº 988/2015/SEI-MC**

Processo de Renovação nº: **53000.024276/2012-91**

Processo de Outorga nº: 53640.001556/1988

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

---

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Calmonense**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Miguel Calmon/BA**.

**ANÁLISE**

---

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendência relativa à instrução do requerimento:

I. Em resposta à Nota Técnica nº 13223/2014 e Ofício nº 14899/2014/SEI-MC, o sr. Jair Gomes da Silva se manifesta, através de carta emitida em 29/11/2014, para justificar o tempo de mandato como Presidente da Associação Comunitária Calmonense por sua pessoa. Porém, esta justificativa não foi aceita em virtude da inobservância da Norma nº 01/2011, de 14/10/2011, que especifica, em seu subitem "8.2, h.3", que o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria deve ser limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução e subitem 21.4.3, que rege a alternância de poder no processo de eleição para os cargos que compõem a estrutura administrativa e deliberativa e, ainda, do próprio Estatuto Social da entidade que rege no art. 10, do Estatuto datado de 22/09/2006, reforçado pelo art. 19 da alteração datada de 06/03/2014, que a Diretoria Administrativa tem mandato de 2 anos com direito a uma reeleição. Entende-se, então, que a requerente tem ferido a Lei 9.612/98, que regulamenta o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vez que restringe/limita seu processo eletivo a um determinado grupo de pessoas. Pede-se que seja feita eleição de novo corpo diretivo, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga, com observação aos itens 3.3 "c" e "d", da Norma nº 01/2011, de 14/10/2011 e art. 7º, Parágrafo Único, da Lei 9.612/98.

3. Caso o item 2.I seja atendido, os itens abaixo relacionados deverão ser apresentados:

I. Documento atualizado revelando eventual alteração ocorrida no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, conforme subitens 8.2 e 8.3 da Norma nº 01/2011. A alteração estatutária promovida deve ser devidamente averbada junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação;

II. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

IV. CPF de todos os dirigentes.

## CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tiane Aimi Severo, Analista Tec Administrativo**, em 16/01/2015, às 12:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Delegado Substituto**, em 16/01/2015, às 13:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0327479** e o código CRC **BF741C6E**.



---

## **Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**  
Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar – Centro.  
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC  
(48) 3229-4373 FAX (48) 3225-6724

Ofício nº 1287/2015/SEI-MC

**Florianópolis, 15 de janeiro de 2015.**

Ao Senhor

JAIR GOMES DA SILVA

Representante Legal da Associação Comunitária Calmonense

Praça Rui Barbosa, nº 24. Centro

CEP 43900-000 / Miguel Calmon – BA

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.024276/2012-91.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimos-a cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **988/2015/SEI-MC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR POSTAL (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, no original ou em cópia autenticada, sob pena da **extinção da outorga**.

3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.



4. Aproveitamos para informar que esta Delegacia poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

5. **OBSERVAÇÃO: No expediente de resposta, deverão ser mencionados o número do Processo de referência, o número deste Ofício de exigência e o número da Nota Técnica por ela encaminhada.**

Atenciosamente,

ARGÉLIA DINIZ SCHRAMM

Delegada Regional

Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Delegado Substituto**, em 16/01/2015, às 13:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0327554** e o código CRC **D73944F4**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro  
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC  
Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 10688/2015/SEI-MC

**Florianópolis, 09 de abril de 2015**

Ao Senhor

JAIR GOMES DA SILVA

Representante Legal da Associação Comunitária Calmonense

Praça Rui Barbosa, nº 24 - Centro

CEP 44720-000 / Miguel Calmon - BA

**Assunto: Reiteração das exigências para renovação de outorga relativa à análise do processo nº 53000.024276/2012-91.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, reporto-me ao Ofício nº **1287/2015/SEI-MC** de 15/01/2015, desta procedência, acompanhado da Nota Técnica nº 988/2015/SEI/MC, versando sobre prazo de 30 (trinta ) dias para saneamento de pendências.

2. A esse respeito, **REITERO** a necessidade de cumprimento das exigências nos termos da referida Nota Técnica, cópia em anexo, ficando estabelecido novo prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento deste Ofício via AR Postal, **para cumprimento TOTAL das exigências, sob pena de extinção da outorga.**

3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o **número do Processo de referência**, o **número deste Ofício** de exigência e o **número da Nota Técnica**.

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schramm  
Delegada Regional  
Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**, **Delegado Substituto**, em 09/04/2015, às 10:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0453426** e o código CRC **D46DF31E**.

---

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Associação Comunitária Calmonense

ENDEREÇO / ADRESSE

Praça Rui Barbosa, nº 24 - Centro

CEP / CODE POSTAL

44.720-000

CIDADE / LOCALITÉ

Miguel Calmon

UF

BA

PAÍS / PAYS

Brasil

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Of. 10688/2015/SEI - MC

53000.024276/2012-91

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO

DATE DE LIVRATION

16/04/2015

CARIMBO DE ENTREGA

UNIDADE DE DESTINO

BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Glomônia Oliveira Pereira

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

Miguel Calmon C. Jr. Renda  
Ag. Correios de e Goleta



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE  
RECEBIMENTO

AR

JH 63243441 5 BR

CORREIOS  
BRÉSIL

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC-04

Prça XV de Novembro, 242 - 1º Andar

88010-900 - FLORIANÓPOLIS - SC

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR



Ao  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Delegacia Regional em Santa Catarina  
FLORIANÓPOLIS - SC

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Senhora Delegada,

Em atenção ao seu **Ofício nº 10688/2015/SEI-MC**, de 09 de abril de 2015, atinente ao **Processo de Renovação nº 53000.024276/2012**, **Processo de Outorga nº 53640.001556/1988** e **Nota Técnica nº 988/2015/SEI-MC**, prestamos os seguintes esclarecimentos:

1. Considerando que somente quando da aprovação do Estatuto Social da Associação Comunitária Calmonense, em **22 de setembro de 2006**, passou a ser limitado o número de reeleições.

2. Considerando o disposto no artigo 10 do referido Estatuto, reforçado pelo artigo 19 da alteração datada de **06/03/2014**, onde estipula que:

"ARTIGO 19 – A Associação será dirigida por uma Diretoria Executiva eleita em Assembleia Geral, para um período de 02 (dois) anos, podendo ser reeleita por mais um mandato de dois anos.  
[...]"

3. Considerando o disposto na Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de **14 de outubro de 2011**, e alterada pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, em seu subitem 8.2, h.3, adiante transcrito:

"8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

[...]

h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

[...]

h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução;"

4. Considerando que o 1º mandato válido do atual presidente ocorreu no período entre 2012/2013.

5. Considerando que o atual presidente foi reeleito por mais dois anos, ou seja, 2014/2015.



**6. Considerando que serão realizadas eleições em dezembro do corrente ano.**

7. Considerando o que preceitua o artigo 20 do atual Estatuto, in verbis:

ARTIGO 20 - As eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal serão realizadas com no mínimo 15 (quinze) dias que antecedem ao término do mandato em exercício.

Parágrafo primeiro – Poderão ser inscritas chapas completas de candidatos regulares, podendo constar de membros da diretoria em exercício.

Parágrafo segundo - O Presidente e o Vice Presidente em exercício pela segunda vez consecutiva não poderão tomar parte na chapa inscrita, em nenhum desses dois cargos, em consonância com o art. 19.

Parágrafo terceiro - um Associado poderá fazer parte de várias chapas, para o mesmo ou para cargo diferente.

Parágrafo quarto – não comporá a chapa o cargo de Diretor Cultural, de Operações e de Comunicação Social.

8. Considerando que o processo de eleição para os cargos que compõem a estrutura administrativa e deliberativa da entidade devem observar o princípio da alternância de poder.

9. Considerando que o atual presidente trata-se de um cidadão totalmente desprovido de interesses próprios dentro da Associação. Seu espírito altruísta e amante das coisas do município, o tem levado a fazer parte das associações filantrópicas, como é o caso do Abrigo dos Velhos, mantido pelos Vicentinos, onde, pela escassez de voluntários, sempre ocupa cargos na Diretoria, a mais das vezes cargos simples.

10. Considerando que atualmente há grande dificuldade em encontrar pessoas dispostas a participarem da Associação quando não se trata de atividade remunerada e que os sócios fundadores são pessoas com idade avançada, muitos já faleceram e já se mudaram para outra localidade (vide relação anexa);

11. Considerando que a Associação sempre assegurou o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço, bem como de outras entidades sem fins lucrativos sediadas no município. De igual modo, sempre garantiu a seus associados em dia com as suas obrigações estatutárias o direito de votar e ser votado para todos os cargos de direção, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes.

12. Considerando que, recentemente, surgiram novos nomes dispostos a assumirem compromissos junto à Associação, já que somente com o novo Estatuto o Associado Regular deve contar com, no mínimo, 01 (um) ano como associado (Art. 9º, §4º), previsão esta que não existia no Estatuto anterior (relação de novos sócios anexa). Há uma esperança de renovação da diretoria com a chegada dos novos sócios contribuintes.



13. O atual presidente na execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária sempre primou pela **preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade** (divulgação de campanhas de vacinação e outros, notas de utilidade pública e outros); **promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida** (veja que o município vem sofrendo por conta do arrombamento dos bancos da cidade e a emissora vem desenvolvendo um importante papel informando e auxiliando seus ouvintes); **respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade; não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.**

14. Destarte, informamos que em dezembro do corrente ano será feita a eleição de novo corpo diretivo, onde haverá a renovação total de todos os diretores da Associação, **em obediência ao disposto no atual Estatuto.** Requer, outrossim, o prosseguimento regular do processo com o deferimento do pedido de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária

15. Cientes de contar com a compreensão que, acreditamos, seja peculiar a essa Delegacia, ratificamos nosso propósito de encaminhar, após a realização das eleições, a documentação solicitada no item 3 da Nota Técnica nº 988/2015/SEI-MC.

Miguel Calmon/BA, 14 de maio de 2015.

  
JAIR GOMES DA SILVA  
Presidente

  
VALTERNEI OLIVEIRA SILVA  
Primeiro Secretário



RELAÇÕES DOS NOMES DOS ASSOCIADOS DA ASSOCIAÇÃO  
COMUNITÁRIA CALMONENSE MANTENEDORA DA RÁDIO CANABRAVA  
FM. 87,9 MIGUEL CALMON BAHIA.

1*JAIR GOMES DA SILVA - portador da RG.1 4220244-40 residente a Av.Odonel Miranda Rios
2*ANTONIEL ALVES - portador da RG.5511864 residente a Rua da Pedreira
3*MARIO AUGUSTO DA SILVA MACHADO - portador da RG. 042251286- Residente na Rua Durvalina Miranda
4*CELIO ERMÂNIO PEREIRA-portador da rg.20.246.998-96 Residente na Rua secunda Rosa Santos- N-/ 109
5*REGINALDO GREGÓRIO DA SILVA - portador da RG. 0226134121 - residente na Rus Bjamim Contate ,n/232 (NÃO DESEJA MAIS PARTICIPAR)
6*VICENTE MUSSOLINE MICUCCI - portador da RG.375707-22.SSP-B- Residente no Bairro Santa Tereza
7*JOSÉ MORAIS DE OLIVEIRA-RG.02261290-47-SSP/B Residente na Rua Alto Santo Antônio - 204
8*TOLENTINO FEFREIRA DA SILVA -RG.148653-SSP/B Residente na Rua Dr. Antônio de Oliveira N/249
9*VALTERNEI OLIVEIRA SILVA-RG. 08602052-82. SSP/B Residente na AV. Ronan Oliveira Mota N/823
10*JOÃO NICOLAU RIOS VALOIS -RG.01548.791-18 SSP/B Residente na rua Alto Santo Antônio N/248
11*PAULO JOSÉ DE FARIAS - portador da RG.133.905. SSP-AL Residente na Rua Benjamim Constante N/142 (NÃO MORA MAS NA CIDADE)
12*BEATRIZ BARBOSA SAMPAIO DE FARIAS-portadora da RG.145286,SSP/AL Residente na Rua Benjamim Constante-n 142 (NÃO MORA MAIS NA CIDADE)

13*MARIA ELENA GONÇALVES - portadora da RG.1396871 SSP/B Residenta na Rua Quintino Bocáiuva/61
14*JAILSON LAGO DE OLIVEIRA-portador da RG.02261303-04 SSP/B Residente no Povoado de Agua Branca (NÃO PODEM MOTIVO TRABALHO )
15*MARIA SOLEDADE ALMEIDA COELHO-portadora da RG. 01036749-77 SSP/B Residente na Rua Ipiranga/ 44
16*TELMA DE OLIVEIRA RIOS - portadora da RG.1.671.539-00 SSP/B Residente na Rua João Rios DE Miranda, N650.
17*CLOVIS MIRANDA RIOS - portador da RG.897 861 SSP/B Residente na Rua João Rios DE Miranda, N650.
18*SOLON DE OLIVEIRA RIOS - portador da RG. 0069152-19 SSP/B Residente na Praça 15 De Novembro, N12
19*PAULO OLIVEIRA - portador da RG.01486449-53 SSP/B Rua do Ipiranga,N294
20*VALDIRA MIRANDA CARVALHO-portadora da RG.160727.56-19 SSP/B Residente na Praça Francisco Felix, N46.
21*JOSÉ FERNADINO PEREIRA-Portador da RG 103776-6 Residente na Rua Serafim Barreto -N53
22*ERNESTO HERMOGENS COSTA portador da RG 665685 SSP/B Residente na AV João Saguem N/21
23*HIDA SANTOS REQUIÃO - portadora da RG_00665660/96 Residente na Av. Tenete José Otavio de Sena
24*JOSÉ CARLOS ARAUJO - Portador da Rg 1888970/03_Residente na AV. Tenete Jose Otavio de Sena
25*LAUDINEIDE GOIS - (NÃO ESTÁ MORANDO AQUI)
26_ Luciano dos Anjos. - 5.907.563-54



RELAÇÃO DOS NOVOS SÓCIOS DO QUADRO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE RÁDIO CANABRAVA 87,9)

JONAS SOUZA PEREIRA	CPF.	2461696560	RG.	12715992-44				
PASTOR VALDIR SANTANA	CPF	020147148.51	RG.	113520876				
THIAGO DE OLIVEIRA LIMA	CPF.	35286308848	RG.	10025974-04				
PASTOR SAMUEL ALEXANDRINO DE SOUZA	CPF	018304247-69	RG.	1541161149				
PASTOR JOSINALDO MARTINS LOPES	CPF.	441436804-91	RG.	876306 SSP/PB				
CARLOS AUGUSTO DA SILVA SANTOS	CPF.	001189955-70	RG.	6838544550				
EMILIO CARMELO MIRANDA VELOSO	CPF.	474.493-735-72	RG.	06499439-29				
WILSON CARLOS DA SILVA	CPF.	47677210597	RG.	587065770				
ELZA MATOS SILVA	CPF.	081472215.68	RG.	00582487-73				
VICIENTE OLIVEIRA FILHO	CPF.	605646018-53	RG.	605.646018-53				
SUELY RUFINO OLIVEIRA	CPF.	20925.606-03	RG.	733078825-20				
CLAUDEONOR GOMES DO NASCIMENTO	CPF.	605512405-04	RG.	5835585				
GEOVÁ MALAQUIAS GUIMARÃES	CPF.	128652815-15	RG.	01396883-15				
FILOMENA DE OLIVEIRA	CPF.	8973552505-00	RG.	4322326				
JOÃO ALVES DE JESUS	CPF.	153371205-06	RG.	765886880				
ERIVELTON DA SILVA OLIVEIRA	CPF.	95353020510	RG.	683860879				
ANTONIO LEAL JUNIOR	CPF.	6220720500	RG.	295985755				
SANDRO MIZAREL ALMEIDA COELHO	CPF.	42059607511	RG.	604244789				
PASTOR MOISEIS MORAIS DO NASCIMENTO	CPF.	57055076587	RG.	05269626-07				
GILMÁRIA DE OLIVEIRA PEREIRA	CPF.	895778095-53	RG.	5.870.584				

87.9



*[Handwritten signature]*

FRANCISCO ASSIS DE ANDRADE	CPF.	5090733520	RG.	10118847				
EDVALDO SANTOS XAVIER	CPF.	5051017509	RG.	11336161-00				
OSVALDO MIRANDA DURÕES	CPF.	13892791515	RG.	139628970				
GENILDO FERNANDES DO NASCIMENTO	CPF.	030329-40516	RG.	1400738768				
MARIA NEIDE RIOS VIEIRA	CPF.	3385268559	RG.	640101				
MARCIO ALBERIONE CARVALHO DOS SANTOS	CPF.	49663240504	RG.	515748536				
ASTENY LIBERATO DE MOURA	CPF.	056260805-20	RG.	77198760				
GILMAR ALVES DOS SANTOS	CPF.	005208835-91	RG.	711624968				
PADRE CLAUDEOMIRO RODRIGUES ALVES	CPF.	9955101505-3	RG.	893377864				
DIANA DA SILVA SANTOS BARRADAS	CPF.	687927515-04	RG.	06499412-09				
JOSÉ ORLANDO DIAS BARRADAS	CPF.	47671990530	RG.	637862066				
AIRTON GERALDO DA SILVA	CPF.	26812665568	RG.	229067549				
VALDEMAR DIAS DE SOUZA	CPF.	202637325-68	RG.	21203933-49				
IVONADSON DOS SANTOS LOPES	CPF.	032970955-04	RG.	135147978 98				



Ministério das Comunicações  
Delegacia Regional em Santa  
Catarina - Praça XV de Novembro,  
242 - 1º andar, Salas 107 a 110 -  
Centro. CEP: 88010-970. 4  
Florianópolis /sc.  
Tel: (61) 2027-5055 (20if).



Associação Comunitária Calmonense

Rádio Canabryana 87.9

Marcia Ruy Barbosa, n.º 24.

Centro. C.E.P. 44.720.000

Jorgeuel Calmon - Bahia



**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**

**Identificação do Processo**

Número: 53000.024276/2012 Localidade / UF: MIGUEL CALMON/BA  
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA CALMONENSE  
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

**Processo**

1. A Entidade é uma: Associação

**2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação**

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Luciano dos Anjos Silva	622.076.445-53	2º Tesoureiro	26/12/2013 26/12/2015	
Valternei Oliveira Silva	572.621.448-04	1º Secretário	26/12/2013 26/12/2015	
Maria da Solidade Almeida Coelho	158.712.585-49	2º Secretário	26/12/2013 26/12/2015	
Ernesto Hermógenes Costa	049.306.225-49	1º Tesoureiro	26/12/2013 26/12/2015	
Jair Gomes da Silva	056.260.135-04	Presidente	26/12/2013 26/12/2015	
Antoniél Alves	620.354.525-20	Vice-Presidente	26/12/2013 26/12/2015	

**3. Conclusão Geral (Parecer Legal)**

**PROCESSO INSTRUÍDO COM OS SEGUINTE DOCUMENTOS:**

1. Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom: pg 16, do Requerimento Volume 1 (0071950)
2. Certidão Negativa de débitos administrados pela ANATEL: pg 5, do Requerimento Volume 2 (0072200)
3. CNPJ válido e atual: pg 4, Req. Complemento Resposta ao Ofício 14899/2014 (0291710)
4. Estatuto: pgs 19-27, Requerimento Volume 2 (0072200)
5. Ata de eleição: pgs 53-55, Requerimento Volume 2 (0072200)
6. Relatório Conselho Comunitário: pgs 9-13, Requerimento Volume 4 (0073125)
7. Cópias dos RG e CPF dos Diretores: pg 42, Requerimento Volume 3 (0072458) e pgs 3-8, Requerimento Volume 4 (0073125)

**CONCLUSÃO:**

Processo instruído

\*\*\* Analista: Tiane Aimi Severo

  
TIANE AIMI SEVERO  
Tiane Aimi Severo  
Analista Técnico-Administrativo  
DRMC - 04 / Matrícula 1766899

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA - DRMC/SC**

Memorando nº 1718/2015/SEI-MC

Florianópolis, 26 de maio de 2015

À Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorga

**Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação da Outorga.**

1. Solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação Comunitária Calmonense**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Miguel Calmon/BA**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 17/06/2015, às 13:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0525722** e o código CRC **3AC1FF89**.



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

### DESPACHO

Processo nº: **53000.024276/2012-91**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE**

Após verificação do banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e de consulta feita ao Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD (0570900), constatou-se que não existe qualquer registro de PAI instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE, entidade executante do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Miguel Calmon, Estado da Bahia.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 30/06/2015, às 14:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0570888** e o código CRC **D41926E7**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

## Consulta Geral - RADCOM

## Identificação do Pedido RADCOM

**UF:** BA  
**Município:** Miguel Calmon  
**Canal:** 200  
**Fase:** 3

**Distrito:** Miguel Calmon  
**Sub Distrito:**  
**Local Específico:**

## Dados da Entidade

**Entidade:** ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE  
**Nome Fantasia:**  
**Logradouro:** PRACA RUI BARBOSA, S/N - CENTRO  
**Telefone:** Não Informado  
**Situação:** Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

**CNPJ:** 01.867.420/0001-32  
**Bairro:** CENTRO  
**Número:** .  
**Fax:** Não Informado

## Dados da Outorga

## Dados da Entidade

**CNPJ:** 01867420000132 ◀

Pesquisar

**Razão Social:** ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE  
**Tipo de Usuário:** Integral

## Endereço Sede

**País:** Brasil  
**Cep:** 44720000  
**Número:** .  
**Município:** Miguel Calmon  
**Telefone:**

**Logradouro:** PRACA RUI BARBOSA, S/N - CENTRO  
**Complemento:**  
**Distrito:** Miguel Calmon  
**Fax:**

**Bairro:** CENTRO  
**SubDistrito:**  
**UF:** BA

## Endereço de Correspondência

**País:** Brasil  
**Cep:** 44720000  
**Número:** .  
**Município:** Miguel Calmon  
**Telefone:**

**Logradouro:** PRACA RUI BARBOSA, S/N - CENTRO  
**Complemento:**  
**Distrito:**  
**Fax:**

**Bairro:** CENTRO  
**SubDistrito:**  
**UF:** BA

**E-mail:**

## Dados da Outorga

**Data Publicação Contrato/Convênio:** 17/05/2002

**Data Limite Instalação:** 11/02/2020**Número do Processo:** 536400015561998 ◀**Fistel:** 50011365552**Caixa:****Sequência:**

## Documentos Emitidos

## Atualização de Documentos

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
464	Portaria	MC	14/08/2000	25/08/2000	Autoriza Executar Serviço	Jur. ▾
19216	ATO	SCM	27/09/2001	01/10/2001	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾
89	Decreto Legislativo	CN	16/05/2002	17/05/2002	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▾
					Autoriza o Uso	



29252	ATO	SCM	17/09/2002	18/09/2002	de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
-------	-----	-----	------------	------------	------------------------------------	------

**+ Característica da Estação Instalada**

**- Dados do Licenciamento**

**Dados da Estação**

**Entidade:** ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE - CNPJ/CPF  
(01.867.420/0001-32)

**Município/UF:** MIGUEL CALMON/BA

**Indicativo:** ZYC399

**Situação:** [Atenção: Entidade devedora \(Não bloqueada\)](#)

**Canal:** 200

**Dia Início**

Domingo

**Dia Fim**

Sábado

**Hora Início**

05:00


**Hora Fim**

20:00

**X**

X

 [Tela Inicial](#)

 [Imprimir](#)

**NOTA TÉCNICA Nº 14325/2015/SEI-MC**

Processo nº: **53000.024276/2012-91**

Assunto: **Renovação de outorga.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da **Associação Comunitária Calmonense**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Miguel Calmon/BA**, por meio da Portaria nº **464**, publicada no DOU de 25/08/2000, e Decreto Legislativo nº **089**, publicado no DOU de 17/05/2002.

**ANÁLISE**

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 17/05/2012. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, protocolou, tempestivamente, seu pedido de renovação de outorga em 11/05/2012, às fl. 02 (SEI doc 0071950), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011.

REQUERENTE
<b>ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CALMONENSE</b>
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Jair Gomes da Silva Vice-Presidente: Antoniel Alves 1º Secretário: Valternei Oliveira Silva 2º Secretário: Maria da Solidade Almeida Coelho 1º Tesoureiro: Ernesto Hermógenes Costa 2º Tesoureiro: Luciano dos Anjos Silva

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:



ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, pgs 19 a 27 (doc. 0072200)
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, pgs 53 a 55 (doc. 0072200)
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, pg 42 (doc. 0072458) e pgs 03 a 08 (doc. 0073125)
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, pg 16 (doc. 0071950)
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, pg 05 (doc. 0072200)
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual.	Ok, pg 04 (doc. 00291710)
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, pgs 09 a 13 (doc. 0073125)

## CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, esta Delegacia Regional posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta

Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tiane Aimi Severo, Analista Tec Administrativo**, em 02/07/2015, às 18:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinicius Lannes Duering, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina**, em 08/07/2015, às 16:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/07/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Henrique Almeida Loyola, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 28/07/2015, às 11:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Emiliano José da Silva Filho, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 04/09/2015, às 16:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0589389** e o código CRC **81D5F8C7**.

## Minutas e Anexos

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.024276/2012-91, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, até 17 de maio de 2022, a autorização outorgada à Associação Comunitária Calmonense, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Miguel Calmon/BA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI  
Ministro de Estado das Comunicações



## **MINUTA**

PORTARIA Nº        DE        DE        DE 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001556/1998 e nº 53000.024276/2012-91, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Calmonense, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Miguel Calmon/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:



I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.



19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

### ANEXO

#### PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

#### RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	NÃO	Fls. / n° do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.				
1.1.		O requerimento é tempestivo?			



2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

---

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor**





**Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES****DESPACHO**

Processo n.: 53000.024276/2012-91

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, 0720693), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	X		pg 02 (0071950)
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	X		pg 16 (0071950)
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	X		pg 05 (0072200)
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.	X		pg 04 (0291710)
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	X		pgs 19 a 27 (0072200)
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	X		pgs 53 a 55 (0072200)
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	X		pg 42 (0072458) e pgs 03 a 08 (0073125)
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	X		pgs 09 a 13 (0073125)



9	Relatório de apuração de infrações	X		0570888
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		X	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		X	



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 06/10/2015, às 17:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0720700** e o código CRC **5FAAE097**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.024276/2012-91**  
**Interessado: Associação Comunitária Calmonense**  
**Assunto: Minutas de Portaria de Autorização e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Diante da instrução do processo nº 53000.024276/2012-91 (ver Despacho nº 0720700), no qual a **Associação Comunitária Calmonense** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Miguel Calmon / BA**, encaminho as minutas da Portaria de Autorização e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Brasília, 19 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 10/11/2015, às 15:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0774597** e o código CRC **DCDF0C2B**.

**Minutas e Anexos**

**Minuta**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.024276/2012-91, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Calmonense, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Miguel Calmon/BA.



2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

### **MINUTA**

PORTARIA Nº        DE        DE        DE 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001556/1998 e nº 53000.024276/2012-91, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Calmonense, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Miguel Calmon/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## PORTARIA Nº 6163/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001556/1998 e nº 53000.024276/2012-91, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Calmonense, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Miguel Calmon/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/12/2015, às 09:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0815678** e o código CRC **A99B1886**.



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.024276/2012-91, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Calmonense, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Miguel Calmon/BA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**ANDRÉ FIGUEIREDO**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/12/2015, às 09:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0815681** e o código CRC **FE1C374B**.

**PORTARIA Nº 6.160, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.031924/2012-66 e nº 53670.000547/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 25/03/2012, a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Positiva FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Planaltina de Goiás/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 6.163, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001556/1998 e nº 53000.024276/2012-91, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Calmonense, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Miguel Calmon/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 6.162, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001196/1998 e nº 53000.008124/2013-22, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de maio de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Contorno do Capim Grosso, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Capim Grosso/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 6.165, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.000127/1999 e nº 53000.020068/2012-13, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de maio de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA PROGRESSO DA CIDADANIA DE SÃO FRANCISCO DO CONDE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco do Conde/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 6.166, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001490/1998 e nº 53000.070233/2013-69, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de fevereiro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE TANQUE NOVO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Tanque Novo /BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA

**PORTARIA Nº 6.167, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 536710.000449/1998 e nº 53000.059357/2013-93, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PONTALINENSE DE SISTEMA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Pontalina /GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 6.168, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.059226/2012-25 e nº 53670.000456/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de setembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CATALÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Catalão / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 6.169, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53660.000551/1998 e nº 53000.029031/2013-31, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de agosto de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA LIBERDADE FM 92,1, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ibatiba/ES.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 6.176, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.025761/2013-63 e nº 53710.000898/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de agosto de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MATHIENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Matias Barbosa/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 6.177, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.040711/2013-14 e nº 53830.002987/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de julho de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA GAIVOTA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ubatuba/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 6.178, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.043819/2013-51 e nº 53830.001877/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 02 de outubro de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palmeira D'Oeste / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

**PORTARIA Nº 6.179, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.007033/2013-70 e nº 53730.000521/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22/11/2012, a autorização outorgada à ADECOM - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE RUA NOVA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Belém/PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.024276/2012-91**

**Referência: Portaria nº 6.163, de 1º de dezembro de 2015.**

**Assunto: Restituição de processo.**

**Destinatário: SCE**

Tendo em vista a publicação, na Seção 1 do Diário Oficial da União de 09/12/2015, da Portaria nº 6.163, de 01/12/2015, do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 9 de dezembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 10/12/2015, às 14:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0872620** e o código CRC **02417D69**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.024276/2012-91**

Entidade: **Associação Comunitária Calmonense**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 6.163, de 01/12/2015, no Diário Oficial da União de 09/12/2015, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Miguel Calmon/BA**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n.º **53000.024276/2012-91**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta**, em 17/12/2015, às 18:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0883997** e o código CRC **35107C6A**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



Brasília, 4 de março de 2016.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.024276/2012-91, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Calmonense, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Miguel Calmon/BA.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima***

**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica**

**ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.**

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.



II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUIÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que

dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os



documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### **III - CONCLUSÃO**

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

### **ANEXO**

#### **PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015**

#### **RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

#### **DOCUMENTOS**

- |      |   | <b>SI<br/>M</b> | <b>NÃ<br/>O</b> | <b>Fls. /<br/>nº do<br/>doc.</b> |
|------|---|-----------------|-----------------|----------------------------------|
| 1    | Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.                |                 |                 |                                  |
| 1.1. | O requerimento é tempestivo?  |                 |                 |                                  |
| 2    | Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e |                 |                 |                                  |



equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

- 3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.
- 4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.
- 5 Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.
- 6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
- 7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.
- 8 Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.
- 9 Relatório de apuração de infrações.
- 9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?
- 9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

**Lucas Borges de Carvalho**

**DESPACHO nº 1655 / 2015**

**PROCESSO:** 53900.030496/2015-53

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

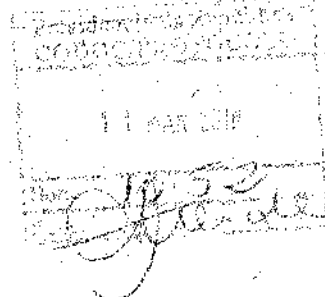
1. Aprovo o Parecer Nº 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de junho de 2015.

**Alan Emanuel Cavalcante Trajano**  
**Consultor Jurídico**

*Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque*





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242 / 6225

Ofício nº 7295/2016/SEI-MC

Ao Senhor

**ADAUTO MODESTO JÚNIOR**

Subchefe-Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais  
da Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto – 4º andar  
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**

Senhor Subchefe-Adjunto,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivos digitais com valor de original:

EM nº 142/2016 MC

- 53000.056631/2011

EM nº 140/2016 MC

- 53000.027802/2007

EM nº 143/2016 MC

- 53000.058587/2011

EM nº 144/2016 MC

- 53000.056608/2011

EM nº 145/2016 MC

- 53000.058076/2011

EM nº 146/2016 MC

- 53000.057442/2011

EM nº 147/2016 MC

- 53000.019259/2014

EM nº 149/2016 MC

- 53000.008124/2013

EM nº 150/2016 MC

- 53000.056221/2011

EM nº 151/2016 MC

- 53000.056610/2011

EM nº 152/2016 MC

- 53000.028629/2012

EM nº 153/2016 MC

- 53000.031930/2012

EM nº 154/2016 MC

- 53000.044171/2012

EM nº 155/2016 MC

- 53000.058142/2011

EM nº 156/2016 MC

- 53000.058134/2011

EM nº 157/2016 MC

- 53000.073739/2012

EM nº 158/2016 MC

- 53000.029374/2013

EM nº 159/2016 MC

- 53000.006400/2014

EM nº 160/2016 MC

- 53000.053259/2013

EM nº 161/2016 MC

- 53000.026302/2013

EM nº 162/2016 MC

- 53000.040866/2012

EM nº 163/2016 MC

- 53000.031924/2012



EM nº 164/2016 MC

- 53000.057297/2012

EM nº 165/2016 MC

- 53000.048835/2013

EM nº 166/2016 MC

- 53000.053992/2010

EM nº 167/2016 MC

- 53000.006813/2013

EM nº 168/2016 MC

- 53000.024276/2012

EM nº 170/2016 MC

- 53000.048613/2013

Atenciosamente,

**ADRIANA ROSA DOS SANTOS**  
Coordenadora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 10/03/2016, às 14:57, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1009057** e o código CRC **4B90CA37**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.024276/2012-91**

**Referência: Ofício nº 7295/2016/SEI-MC, de 10 de março de 2016.**

**Assunto: Restituição de processo.**

**Destinatário: SCE**

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 7295/2016/SEI-MC, de 10 de março de 2016, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 14 de março de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 14/03/2016, às 14:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1019727** e o código CRC **C44AB1C9**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 17573/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

JAIR GOMES DA SILVA

Representante Legal da Associação Comunitária Calmonense

Praça Rui Barbosa, nº 24 - Centro

CEP 44720-000 / Miguel Calmon - BA

CNPJ nº 01.867.420/0001-32

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.024276/2012-91.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à Associação Comunitária Calmonense, sediada em **Miguel Calmon - BA**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **17 de maio de 2012**, conforme Portaria nº 6.163, de 01/12/2015, publicada no DOU de 09/12/2015.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 18/05/2016, às 14:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1136963** e o código CRC **C5D348FF**.

Ofício nº 17573/2016/SEI-MC - Processo nº 53000.024276/2012-91

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO

ENDEREÇO / ADRESSE

CEP / CODE POSTAL

SCE/CGRC

OFÍCIO nº 17573/ 2016/SEI-MCTIC, de 18/05/2016

Nº DO PROCESSO: 53000.024276/2012-91

JAIR GOMES DA SILVA

Associação Comunitária Calmonense

Praça Rui Barbosa, nº 24 - Centro

44720-000

Miguel Calmon - BA

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATIONCARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

Marina Gomes da Silva

31/05/2016

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

(Marina)

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO





**AVISO DE  
RECEBIMENTO**  
**AVIS CN07**

**AR**

JO 39168222 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

**AGÊNCIA NÍCOM**

**TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON**

<div style="text-align: center;"> <div style="border-bottom: 1px solid black; width: 100px; height: 10px; margin: 0 auto;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; width: 100px; height: 10px; margin: 0 auto;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; width: 100px; height: 10px; margin: 0 auto;"></div> </div>	<div style="text-align: center;"> <div style="border-bottom: 1px solid black; width: 100px; height: 10px; margin: 0 auto;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; width: 100px; height: 10px; margin: 0 auto;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; width: 100px; height: 10px; margin: 0 auto;"></div> </div>	<div style="text-align: center;"> <div style="border-bottom: 1px solid black; width: 100px; height: 10px; margin: 0 auto;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; width: 100px; height: 10px; margin: 0 auto;"></div> <div style="border-bottom: 1px solid black; width: 100px; height: 10px; margin: 0 auto;"></div> </div>
:	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Serviço de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga dos Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

**BRASIL  
BRÉSIL**

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

A-29

T-1

Ofício nº 0252/2016 - SAJ

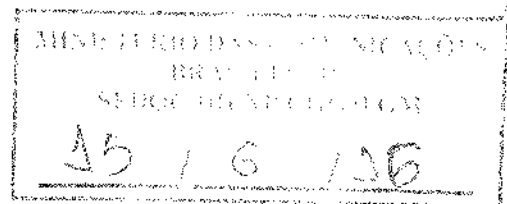
Em 8 de junho de 2016.

Ao Senhor

ARLEY AYRES

Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
BRASÍLIA/DFAssunto: **Restituição de Exposições de Motivos.**

Senhor Chefe de Gabinete,



Restituo a Vossa Senhoria, para reavaliação pelo novo titular da pasta competente para a matéria, os processos e as Exposições de Motivos abaixo relacionadas:

Quantidade	Nº da EXM - MC	Nº Processo
1	336/2015 - MC	53000.042680/2010-85
2	79/2016 - MC	53000.046522/2011-85
3	70/2016 - MC	53000.058125/2011-56
4	115/2016 - MC	53000.038016/2006-55
5	131/2016 - MC	53000.008174/2012-29
6	139/2016 - MC	53000.040064/2011-71
7	136/2016 - MC	53000.050136/2011-98
8	127/2016 - MC	53000.040711/2013-14
9	74/2016 - MC	53000.006880/2013-17
10	132/2016 - MC	53000.061475/2011-08
11	128/2016 - MC	53000.059721/2011-53
12	134/2016 - MC	53740.000060/2002-03
13	135/2016 - MC	53000.026815/2009-21
14	86/2016 - MC	53000.056634/2011-44
15	58/2016 - MC	53000.046522/2013-47
16	84/2016 - MC	53000.048414/2012-28
17	138/2016 - MC	53000.057121/2013-12
18	358/2015 - MC	53000.056640/2013-63
19	340/2015 - MC	53000.005277/2007-70
20	213/2015 - MC	53000.014911/2007-65
21	385/2015 - MC	53000.003696/2007-77



22	350/2015 - MC	53000.015437/2009-51
23	89/2016 - MC	53000.045180/2012-67
24	10/2016 - MC	53000.071599/2013-55
25	306/2015 - MC	53000.003644/2010-04
26	304/2015 - MC	53000.039692/2010-22
27	88/2016 - MC	53000.058119/2011-07
28	333/2016 - MC	53000.015435/2013-48
29	332/2015 - MC	53000.000298/2013-47
30	8/2016 - MC	53000.006807/2013-45
31	7/2016 - MC	53000.026610/2013-22
32	2/2016 - MC	53000.029406/2013-63
33	354/2015 - MC	53000.046795/2012-19
34	305/2015 - MC	53000.013513/2010-27
35	363/2015 - MC	53000.041617/2013-74
36	104/2016 - MC	53000.058133/2011-01
37	4/2016 - MC	53000.004800/2014-70
38	341/2015 - MC	53000.065263/2007-13
39	101/2016 - MC	53000.058136/2011-36
40	362/2015 - MC	53000.025840/2007-26
41	346/2015 - MC	53000.062713/2007-16
42	347/2015 - MC	53000.010896/2008-67
43	307/2015 - MC	53720.000299/2000-41
44	351/2015 - MC	53000.010790/2008-63
45	102/2016 - MC	53000.058139/2011-70
46	5/2016 - MC	53000.059200/2013-68
47	328/2015 - MC	53000.006271/2010-15
48	287/2015 - MC	53000.016325/2014-84
49	98/2016 - MC	53000.051583/2012-45
50	353/2015 - MC	53000.049480/2012-15
51	359/2015 - MC	53000.056251/2011-76
52	337/2015 - MC	53000.056648/2012-49
53	9/2016 - MC	53000.069868/2013-13
54	302/2015 - MC	53000.003848/2010-37
55	379/2015 - MC	53000.065326/2013-71
56	375/2015 - MC	53000.040135/2013-05
57	380/2015 - MC	53000.059407/2013-32
58	303/2015 - MC	53000.006481/2010-11
59	301/2015 - MC	53720.000225/2002-77
60	309/2015 - MC	53790.000211/2000-68
61	60/2016 - MC	53000.015829/2013-04
62	87/2016 - MC	53000.065857/2011-01
63	59/2016 - MC	53000.069974/2013-05
64	170/2016 - MC	53000.048613/2013-17
65	154/2016 - MC	53000.044171/2012-59
66	164/2016 - MC	53000.057297/2012-93
67	117/2016 - MC	53000.057904/2011-34
68	125/2016 - MC	53000.057221/2011-87
69	168/2016 - MC	53000.024276/2012-91
70	105/2016 - MC	53000.062227/2013-38
71	61/2016 - MC	53000.039068/2013-78

72	94/2016 – MC	53000.055771/2011-61
73	93/2016 – MC	53000.019647/2013-02
74	96/2016 – MC	53000.056635/2011-99
75	52/2016 – MC	53000.056637/2011-88
76	360/2015 – MC	53000.056644/2011-80
77	361/2015 – MC	53000.052145/2007-37
78	355/2015 – MC	53000.015189/2014-13
79	364/2015 – MC	53000.028014/2012-04
80	324/2015 – MC	53000.014329/2010-02
81	103/2016 – MC	53000.065035/2012-01
82	383/2015 – MC	53000.051948/2006-93
83	323/2015 – MC	53000.042099/2010-63
84	214/2015 – MC	53000.063955/2006-38
85	1/2016 – MC	53000.02.0436/2013-12
86	162/2016 – MC	53000.040866/2012-61
87	153/2016 – MC	53000.031930/2012-13
88	149/2016 – MC	53000.008124/2013-22
89	143/2016 – MC	53000.058587/2011-73
90	147/2016 – MC	53000.019259/2014-02
91	167/2016 – MC	53000.006813/2013-01
92	144/2016 – MC	53000.056608/2011-16
93	163/2016 – MC	53000.031924/2012-66
94	120/2016 – MC	53000.029031/2013-31
95	371/2015 – MC	53000.068928/2007-32
96	3/2016 – MC	53000.055380/2013-17
97	376/2015 – MC	53000.040584/2013-45
98	367/2015 – MC	53000.063230/2005-69
99	365/2015 – MC	53000.070758/2013-02
100	272/2015 – MC	53000.014022/2013-46
101	243/2015 – MC	53000.019342/2008-25
102	279/2015 – MC	53000.068058/2013-40
103	286/2015 – MC	53000.058945/2013-18
104	80/2016 – MC	53000.040134/2011-91
105	77/2016 – MC	53000.070233/2013-69
106	75/2016 – MC	53000.062335/2013-19
107	68/2016 – MC	53000.031942/2012-48
108	6/2016 – MC	53000.060033/2013-06
109	378/2015 – MC	53000.046274/2013-34
110	366/2015 – MC	53000.056194/2013-97
111	81/2016 – MC	53000.016939/2012-02
112	273/2015 – MC	53000.041679/2013-86
113	63/2016 – MC	53000.065780/2013-22
114	269/2015 – MC	53000.058466/2011-21
115	197/2015 – MC	53000.059414/2011-72
116	319/2015 – MC	53000.003556/2012-66
117	266/2015 – MC	53000.007034/2013-14
118	67/2016 – MC	53000.020798/2013-03
119	55/2016 – MC	53000.056642/2011-91
120	62/2016 – MC	53000.058131/2011-11
121	54/2016 – MC	53000.061913/2013-91



122	211/2015 – MC	53000.057294/2012-50
123	193/2015 – MC	53000.016307/2011-50
124	261/2015 – MC	53000.045699/2010-83
125	281/2015 – MC	53000.019532/2013-18
126	298/2015 – MC	53000.022860/2008-26
127	219/2015 – MC	53000.029611/2007-81
128	294/2015 – MC	53000.007687/2014-84
129	228/2015 – MC	53000.054050/2012-15
130	192/2015 – MC	53000.031931/2012-68
131		
132	278/2015 – MC	53000.007050/2013-15
133	277/2015 – MC	53000.068456/2013-66
134	252/2015 – MC	53650.000357/2002-70
135	244/2015 – MC	53000.051345/2007-72
136	207/2015 – MC	53000.019584/2007-38
137	257/2015 – MC	53710.000326/2002-67
138	263/2015 – MC	53000.007834/2008-78
139	194/2015 – MC	53000.024307/2008-28
140	199/2015 – MC	53000.046729/2011-50
141	288/2015 – MC	53000.028473/2013-61
142	71/2016 – MC	53000.052021/2011-38
143	78/2016 – MC	53000.045558/2013-11
144	271/2015 – MC	53000.055786/2012-19
145	283/2015 – MC	53000.041134/2011-16
146	65/2016 – MC	53000.057914/2011-70
147	227/2015 – MC	53000.048732/2013-70
148	291/2015 – MC	53000.015610/2013-05
149	292/2015 – MC	53000.034808/2013-80
150	285/2015 – MC	53000.070495/2013-23
151	265/2015 – MC	53000.046584/2006-20
152	234/2015 – MC	53000.057324/2005-07
153	106/2016 – MC	53000.004549/2005-52
154	159/2016 – MC	53900.006400/2014-55
155	150/2016 – MC	53000.056221/2011-60
156	151/2016 – MC	53000.056610/2011-95
157	152/2016 – MC	53000.028629/2012-22
158	108/2016 – MC	53000.037683/2007-00
159	146/2016 – MC	53000.057442/2011-55
160	161/2016 – MC	53000.026302/2013-05
161	158/2016 – MC	53000.029374/2013-04
162	166/2016 – MC	53000.053992/2010-14
163	155/2016 – MC	53000.058142/2011-93
164	140/2016 – MC	53000.027802/2007-16
165	109/2016 – MC	53670.002069/2002-11
166	157/2016 – MC	53000.073739/2012-49
167	142/2016 – MC	53000.056631/2011-19
168	145/2016 – MC	53000.058076/2011-51
169	160/2016 – MC	53000.053259/2013-42
170	156/2016 – MC	53000.058134/2011-47
171	229/2015 – MC	53000.038653/2013-51

172	232/2015 – MC	53000.056240/2011-96
173	83/2016 – MC	53000.020068/2012-13
174	82/2016 – MC	53000.055763/2011-15
175	73/2016 – MC	53000.057295/2012-02
176	85/2016 – MC	53000.071796/2013-74
177	66/2016 – MC	53000.051987/2012-39
178	165/2016 – MC	53000.048835/2013-30
179	275/2015 – MC E 276/2015	53710.000552/2002-48

Atenciosamente,



ENGELS AUGUSTO MUNIZ

Chefe de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos da  
Casa Civil da Presidência da República



KATIA

53000.024276/2012-91

EM nº 00168/2016 MC

69

Brasília, 7 de Março de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,



1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.024276/2012-91, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Calmonense, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Miguel Calmon/BA.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima*

**PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC**

**PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53**

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

## **I – RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.



II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

## **II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará



prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os



documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o

pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

### III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

### ANEXO

#### PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

#### RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS		SI M	NÃ O	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros			



- técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
- 3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.
- 4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.
- 5 Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.
- 6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
- 7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.
- 8 Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.
- 9 Relatório de apuração de infrações.
- 9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?
- 9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

**Lucas Borges de Carvalho**

Assessor do Consultor Jurídico

**DESPACHO nº 1655 / 2015**

**PROCESSO:** 53900.030496/2015-53

**INTERESSADO:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

**ASSUNTO:** Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer Nº 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de junho de 2015.

**Alan Emanuel Cavalcante Trajano**  
**Consultor Jurídico**

*Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque*





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.024276/2012-91**

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 14325/2015/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1244333** e o código CRC **CBDA7FBD**.

**Minutas e Anexos**

**MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.024276/2012-91, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Calmonense, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Miguel Calmon/BA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.024276/2012-91**

Entidade: **Associação Comunitária Calmonense**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 23/03/2017, às 11:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1743275** e o código CRC **82637049**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.024276/2012-91

SEI nº 1743275



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.024276/2012-91**

Entidade: **Associação Comunitária Calmonense**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 23/03/2017, às 15:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1743281** e o código CRC **3370CA3B**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.024276/2012-91

SEI nº 1743281

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.024276/2012-91**

Entidade: **Associação Comunitária Calmonense**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 14325/2015 (Evento SEI 0589389) e do Parecer Conjur nº 475/2015 (Evento SEI 0720693), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 27/03/2017, às 20:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1743286** e o código CRC **6C4794BD**.

## Minutas e Anexos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.024276/2012-91, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **17 de maio de 2012**, a autorização outorgada à Associação Comunitária Calmonense, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Miguel Calmon/BA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º,



da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

---

**Referência:** Processo nº 53000.024276/2012-91

SEI nº 1743286

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.024276/2012-91, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Calmonense, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Miguel Calmon/BA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/05/2017, às 18:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1801141** e o código CRC **8B03A692**.





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):**

**CGGM\_RÁDIO**

**DEMANDA:**

Encaminhar a Presidência da República

**OBSERVAÇÃO:**

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1883887** e o código CRC **5090CF04**.

Brasília, 05 de julho de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.024276/2012-91, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Calmonense, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Miguel Calmon/BA.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab*





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco E  
 CEP: 70067-900 Brasília-DF  
 Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 30910/2017/SEI-MCTIC

Brasília, 12 de julho de 2017.

Ao Senhor  
 MARCELO PACHECO DOS GUARANYS  
 Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
 Casa Civil da Presidência da República  
 Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Presidência da República	COD: 010
26 julho 2017	
Hora: 09:51	Func.: [assinatura]

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA	
159/2017 ✓	53000.051262/2011-60	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego do Tabocal e Região - APPRUCOT	
162/2017 ✓	53000.037302/2011-61	Associação Rádio Comunitária Rio Vermelho FM	
187/2017 ✓	53000.050136/2011-98	Associação dos Locutores de Candeias MG	
188/2017 ✓	53000.071367/2013-05	Associação Cultural Comunitária de Sumaré	
189/2017 ✓	53000.009070/2013-12	Associação Comunitária de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer de Santa Fé do Araguaia	

190/2017 ✓	53000.046795/2012-19	Associação Comunitária Liberdade Acreunense	
194/2017 ✓	53000.007687/2014-84	Associação Beneficente e Cultural Frei Odorico Virga	
195/2017 ✓	53000.007050/2013-15	Associação Comunitária Cultural de Bálsamo	
202/2017 ✓	53000.068456/2013-66	Associação Comunitária do Periperi e Adjacências	
205/2017 ✓	53000.056648/2012-49	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Senhora da Conceição de Euclides da Cunha	
209/2017 ✓	53000.008608/2008-12	Associação de Amigos da Radiodifusão Comunitária de Primavera - ARCOP	
211/2017 ✓	53000.041617/2013-74	Associação Comunitária Cultural de Tocantins	
219/2017 ✓	53000.000011/2011-17	Associação Comunitária de Santa Rosa	
222/2017 ✓	53000.006813/2013-01	Associação Cultural Desportiva de São Bento	
224/2017 ✓	53000.017857/2013-58	Associação de Radiodifusão Comunitária Chapéu de Couro	
231/2017 ✓	53000.001388/2013-55	Associação Educadora do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Itamaraju - AEMRCI (Rádio Educadora)	
243/2017 ✓	53000.006409/2009-42	Fundação Francisca Elci Monteiro Pádua	
252/2017 ✓	53000.024276/2012-91	Associação Comunitária Calmonense	
259/2017 ✓	53000.051651/2013-57	Associação Comunitária de Rádio FM Cristo Redentor Áudio e Vídeo	
263/2017 ✓	53000.008595/2010-98	Associação de Radiofusão Comunitária Rio Itapecuru e Alpercatas da Região de Mirador - Maranhão (radial)	
275/2017 ✓	53000.056221/2011-60	Associação Comunitária Rádio São Thomé	



276/2017 ✓	53000.061974/2013-59	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Rio Bonito do Iguaçu - Accarbi	
284/2017 ✓	53000.057858/2013-35	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro	
285/2017 ✓	53000.056214/2011-68	Clube de Mães e Idosos Lindalva Gomes	
298/2017 ✓	53900.039779/2015-61	Associação Cultural de Santa Margarida	
300/2017 ✓	53000.048544/2010-07	Associação Comunitária Esportiva e Educacional de Radiodifusão da Cidade de Laguna Carapã	
301/2017 ✓	53000.017967/2013-10	Associação Comunitária São Miguel	
312/2017 ✓	53000.049117/2012-08	Associação da Rádio Comunitária Dimensão - Arcod	
313/2017 ✓	53000.056441/2013-55	Associação Comunitária Itanhanduense de Radiodifusão	
314/2017 ✓	53000.053176/2013-53	Associação Comunitária Cultural e Radiodifusão de Carvalho de Brito	
335/2017 ✓	53900.014792/2015-15	Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural	
336/2017 ✓	53000.020798/2013-03	Associação Cultural de Pérola	
337/2017 ✓	53900.034526/2015-09	Rádio Comunitária Ondas de Paz FM	
338/2017 ✓	53900.017162/2015-94	Grupo Mutirão	
339/2017 ✓	53000.057576/2013-38	Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi	
340/2017 ✓	53900.020685/2014-37	Comunidade São Sebastião de Amparo Social	
341/2017 ✓	53000.064272/2010-84	Associação Rádio Comunitária Atividade Altense FM	

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**,  
**Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria N° 1.317/2017**, em 19/07/2017, às 14:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2033558** e o código CRC **8DA84C0B**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício n° 30910/2017/SEI-MCTIC - Processo n° 01250.000256/2016-11 - N° SEI: 2033558



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53000.024276/2012-91**  
**Referência: Ofício nº 30910/2017/SEI-MCTIC.**  
**Assunto: Restituição de processo.**  
**Destinatário: CGRC**

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 30910/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 07/08/2017, às 16:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2104611** e o código CRC **6207316C**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.024276/2012-91

SEI nº 2104611

## Pedro Paulo Verano de Souza

---

**De:** Luciana Silveira Teixeira  
**Enviado em:** sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43  
**Para:** Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva  
**Cc:** Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquierlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho  
**Assunto:** Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC  
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC  
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC  
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC  
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC  
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC  
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC  
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC  
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC  
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC  
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC  
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC  
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC  
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC  
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC  
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC  
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC  
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC  
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC  
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC  
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC  
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)  
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)  
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)  
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)  
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)  
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)  
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)  
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)  
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)  
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC



53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC  
53000.057831/2011-81- Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)  
53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)  
53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)  
53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)  
01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)  
53000.047461/2011-73 -Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)  
53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)  
53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)  
53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)  
53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)  
53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)  
53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)  
53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)  
53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)  
53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)  
53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)  
53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)  
53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)  
53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)  
53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)  
53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)  
53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)  
53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)  
53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)  
53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)  
53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)  
53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)  
53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)  
53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)  
53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)  
53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)  
53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)  
53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)  
53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)  
53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)  
53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)  
53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)  
53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)  
53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)  
53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)  
53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)  
53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)  
53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)  
53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)  
53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)  
53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)  
53500.002411/2000-73 -Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)  
53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)  
53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)  
53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)  
53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)  
53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)  
53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)  
53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)  
53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)  
53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)  
53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)  
53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)  
53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)  
53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)  
53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)  
53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)  
53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)  
53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)  
53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)  
53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)  
53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)  
53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)  
53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)  
53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)  
53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)  
53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)  
53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)  
53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)  
53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)  
53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)  
53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)  
53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)  
53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)  
53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)  
53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)  
53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)  
53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)  
53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)  
53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)  
53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)  
01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)  
53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)  
53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)  
01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)  
53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)  
53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)  
53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)  
53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)  
53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)  
53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)  
53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)  
53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)  
53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)  
53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)



53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)  
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)  
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)  
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)  
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)  
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)  
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)  
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)  
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)  
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)  
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)  
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)  
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)  
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)  
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)  
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)  
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)  
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)  
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)  
53900.029648/2014-94 - Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)  
53900.006988/2015-28 - Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)  
53000.056628/2011-97 - Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)  
53900.048808/2016-66 - Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)  
53710.000978/2000-30 - Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)  
53900.047678/2015-63 - Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)  
53000.007678/2014-93 - Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)  
53900.001298/2016-63 - Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)  
53900.062018/2015-11 - Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)  
53000.058118/2011-54 - Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)  
53000.017948/2012-11 - Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)  
53900.025768/2014-12 - Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)  
53000.059288/2011-56 - Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)  
53900.024778/2014-31 - Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)  
53000.049958/2012-15 - Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)  
53900.049658/2015-27 - Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)  
53000.062558/2013-78 - Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)  
53900.000808/2016-85 - Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)  
53900.046788/2015-16 - Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)  
53000.058078/2011-41 - Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)  
53900.041788/2015-11 - Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)  
53000.034808/2013-80 - Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)  
53900.019318/2016-52 - Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)  
53000.051378/2012-80 - Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)  
53000.048668/2012-46 - Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)  
53000.008188/2012-42 - Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)  
53000.047008/2013-29 - Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)  
53000.020688/2013-33 - Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)  
53900.000468/2014-21 - Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)  
53000.057298/2012-38 - Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)  
53000.057228/2011-07 - Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)  
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)  
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)  
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)  
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)  
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)  
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)  
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)  
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)  
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)  
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)  
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)  
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)  
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)  
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)  
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)  
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)  
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)  
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)  
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)  
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)  
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)  
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)  
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)  
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)  
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)  
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)  
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)  
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)  
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)  
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)  
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)  
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)  
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)  
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)  
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)  
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)  
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018



53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018



53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC



53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)



53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)



53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)



53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)



53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)  
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)  
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)  
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)  
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)  
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)  
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)  
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)  
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)  
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)  
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)  
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)  
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)  
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)  
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)  
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)  
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)  
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)  
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)  
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)  
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)  
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)  
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)  
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)  
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)  
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)  
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)  
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)  
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)  
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)  
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)  
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)  
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)  
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)  
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)  
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)  
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)  
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)  
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)  
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)  
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)  
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)  
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)  
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)  
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)  
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)  
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)  
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)  
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)  
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)  
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)  
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)  
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)  
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)  
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)  
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)  
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)  
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)  
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)  
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)  
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)  
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)  
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)  
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)  
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)  
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)  
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)  
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)  
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)  
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)  
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)  
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)  
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)  
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)  
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)  
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)  
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)  
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)  
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)  
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)  
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)  
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)  
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)  
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)  
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)  
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)  
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)  
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)  
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)  
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)  
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)  
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)  
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)  
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)  
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)  
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)  
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)  
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)  
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)  
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)  
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)  
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)  
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)



53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)  
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)  
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)  
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)  
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)  
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)  
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)  
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)  
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)  
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)  
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)  
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)  
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)  
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)  
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)  
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)  
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)  
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)  
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)  
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)  
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)  
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)  
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)  
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)  
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)  
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)  
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)  
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)  
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)  
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)  
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)  
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)  
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)  
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)  
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)  
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)  
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)  
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)  
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)  
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)  
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)  
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)  
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)  
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)  
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)  
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)  
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)  
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)  
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)  
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)  
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)  
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)  
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)  
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)  
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)  
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)  
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)  
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)  
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)  
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)  
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)  
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)  
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)  
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)  
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)  
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)  
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)  
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)  
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)  
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)  
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)  
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)  
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)  
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)  
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)  
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)  
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)  
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)  
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)  
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)  
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)  
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)  
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)  
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)  
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)  
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)  
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)  
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)  
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)  
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)  
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)  
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)  
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)  
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)  
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)  
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)  
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)  
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)  
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)  
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)  
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)  
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)  
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)



53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)  
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)  
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)  
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)  
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)  
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)  
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)  
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)  
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)  
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)  
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)  
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)  
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)  
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)  
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)  
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)  
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)  
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)  
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)  
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)  
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)  
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)  
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)  
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)  
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)  
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)  
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)  
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)  
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)  
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)  
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)  
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)  
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)  
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)  
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)  
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)  
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)  
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)  
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)  
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)  
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)  
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)  
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)  
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)  
**53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)**  
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)  
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)  
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)  
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)  
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)  
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)  
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)  
 53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)  
 53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)  
 53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)  
 53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)  
 53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)  
 53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)  
 53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)  
 53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)  
 53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)  
 53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)  
 53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)  
 53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)  
 53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)  
 53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)  
 53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)  
 53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)  
 53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)  
 53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)  
 53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)  
 53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)  
 53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)  
 53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)  
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)  
 53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)  
 53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)  
 53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)  
 53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)  
 53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)  
 53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)  
 53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)  
 53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)  
 53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)  
 53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)  
 53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)  
 53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)  
 53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)  
 53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)  
 53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)  
 53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)  
 53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)  
 53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)  
 53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)  
 53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)  
 53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)  
 53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)  
 53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)  
 53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)  
 53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)  
 53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)  
 53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)  
 53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)



53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)  
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)  
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)  
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)  
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)  
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)  
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)  
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)  
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)  
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)  
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)  
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)  
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)  
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)  
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)  
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)  
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)  
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)  
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)  
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)  
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)  
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)  
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)  
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)  
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)  
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)  
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)  
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)  
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)  
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)  
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)  
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)  
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)  
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCITC (0837119)  
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)  
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)  
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)  
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)  
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)  
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)  
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)  
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)  
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2918 MCTIC (0677186)  
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)  
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)  
  
 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)  
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)  
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)  
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)  
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)  
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)  
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)  
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)  
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)  
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)  
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)  
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)  
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)  
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)  
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)  
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)  
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)  
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)  
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)  
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)  
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)  
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)  
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)  
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)  
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)  
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)  
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)  
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)  
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)  
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)  
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)  
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)  
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)  
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)  
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)  
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)  
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)  
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)  
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)  
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)  
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)  
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)  
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)  
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)  
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)  
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)  
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)  
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)  
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)  
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)  
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)  
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)  
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)  
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)  
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)  
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)  
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)  
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)  
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)  
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)  
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)  
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)  
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)  
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)  
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)



53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)  
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)  
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)  
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)  
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)  
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)  
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)  
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)  
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)  
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)  
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)  
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)  
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)  
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)  
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)  
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)  
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)  
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)  
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)  
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)  
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)  
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)  
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)  
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)  
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)  
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)  
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)  
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)  
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)  
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)  
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)  
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)  
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)  
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)  
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)  
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)  
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)  
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)  
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)  
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)  
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)  
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)  
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)  
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)  
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)  
  
 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)  
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)  
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)  
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)  
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)  
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)  
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)  
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)  
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)  
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)  
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)  
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)  
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)  
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)  
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)  
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)  
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)  
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)  
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)  
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)  
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)  
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)  
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)  
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)  
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)  
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)  
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)  
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)  
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)  
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)  
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)  
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)  
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)  
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)  
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)  
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)  
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)  
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)  
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)  
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)  
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)  
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)  
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)  
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)  
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)  
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)  
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)  
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)  
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)  
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)  
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)  
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)  
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)  
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)  
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)  
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)  
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)  
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)  
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)  
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)  
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)  
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)  
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)  
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)  
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)  
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)  
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)  
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)  
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)



Att,

**Luciana Silveira Teixeira**

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

[luciana.teixeira@presidencia.gov.br](mailto:luciana.teixeira@presidencia.gov.br)

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.024276/2012-91.**

Entidade: **Associação Comunitária Calmonense.**

Assunto: **Retificação da Portaria.**

1. Considerando que houve um equívoco na Portaria nº 6163/2015/SEI-MC (0815678), publicada no DOU em 09/12/2015 (0871779), será necessária a sua retificação, para que onde consta "Associação Calmonense" leia-se "Associação Comunitária Calmonense".

2. Após a publicação da retificação no DOU, os autos serão encaminhados ao Senhor Ministro, para assinatura da Exposição de Motivos e posterior devolução à Casa Civil.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/07/2019, às 08:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4354387** e o código CRC **B6C1C879**.

**Minutas e Anexos**





Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 25/07/2019 17:32:06  
**Origem:** Secretaria de Radiodifusão  
**Operador:** ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA  
**Ofício:** 5416810  
**Data prevista de publicação:** 26/07/2019  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Nota de Crédito

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
11878678	ATO PORTARIA Nº 2133 MIN CRED.rtf	9d07f27508339b2d 6e385538db97838b	4,00	R\$ 132,16
	<b>Total da matéria</b>		<b>4,00</b>	<b>R\$ 132,16</b>
11878679	ATO RETIFICAÇÃO 43270.rtf	c904933cef600a19 cf5b32bfa9845e87	2,00	R\$ 66,08
	<b>Total da matéria</b>		<b>2,00</b>	<b>R\$ 66,08</b>
11878680	ATO RETIFICAÇÃO 4337372.rtf	e1071009a1967097 75184bb70e2bed91	2,00	R\$ 66,08
	<b>Total da matéria</b>		<b>2,00</b>	<b>R\$ 66,08</b>
11878681	ATO RETIFICAÇÃO 43448.rtf	4f3181733f1fabef d22dae8823b0f84c	2,00	R\$ 66,08
	<b>Total da matéria</b>		<b>2,00</b>	<b>R\$ 66,08</b>
11878702	ATO RETIFICAÇÃO 4354387.rtf	a0d7bd698638ad83 36de3aa6199d8b78	2,00	R\$ 66,08
	<b>Total da matéria</b>		<b>2,00</b>	<b>R\$ 66,08</b>
11878703	ATO RETIFICAÇÃO 4358492.rtf	253505dcac419292 083f0d009d33073e	2,00	R\$ 66,08
	<b>Total da matéria</b>		<b>2,00</b>	<b>R\$ 66,08</b>
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>14,00</b>	<b>R\$ 462,56</b>



**RETIFICAÇÃO**

Na PORTARIA Nº 5.742, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017, publicada no DOU de 9/4/ 2018, Seção 1, página nº 30.

Onde se lê "a partir de 03 de fevereiro de 2013", leia-se "a partir de 03 de fevereiro de 2014".

**RETIFICAÇÃO**

Na PORTARIA Nº 1.027, DE 9 DE MAIO DE 2016, publicada no DOU 25/5/2016, Seção 1, página nº 2

Onde se lê "Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural", leia-se "Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural de Saudade do Iguaçu - Paraná".

**RETIFICAÇÃO**

Na PORTARIA Nº 5.232, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, publicada no DOU de 1º/11/2017, Seção 1, página nº 4.

Onde se lê "a partir de 22 de dezembro de 2012", leia-se "a partir de 22 de novembro de 2012".

**RETIFICAÇÃO**

Na PORTARIA Nº 6.163, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015, publicada no DOU de 9/ 12/2015, Seção 1, página nº 99

Onde se lê "Associação Calmonense", leia-se "Associação Comunitária Calmonense".

DEPARTAMENTO DE RÁDIO DIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 24 DE JULHO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RÁDIO DIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa ou suspensão, que por este ato fica convertida em multa ou advertência.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R\$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53504.019120/2014	Rádio Comunicação Brasil Ltda	FM	Sorocaba	SP	Multa	6.652,92	Art. 71, § 2º, da Lei nº 4.117/62.	Portaria DECEF nº 494 de 24/07/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53504.020238/2014	Tv Bauru S.A	RTV	Assis	SP	Multa	1.713,49	Art. 27, do Decreto nº 5.371/05.	Portaria DECEF nº 1778 de 24/07/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53504.001074/2015	Rádio E Televisão Bandeirantes Ltda	RTV	Jaboticabal	SP	Advertência		Art. 30, do Decreto nº 5.371/05.	Portaria DECEF nº 1809 de 24/07/2019	Portaria MC nº 112/2013

Art. 1º Arquivar os processos sem aplicação de sanção.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Portaria
53900.071995/2015	Rádio Panambi Fm Ltda	FM	Panambi	RS	Portaria DECEF nº 3328 de 24/07/2019
53504.020231/2014	Televisão Bandeirantes De Presidente Prudente Ltda	RTV	Assis	SP	Portaria DECEF nº 3352 de 24/07/2019

MARCUS VINÍCIUS PAOLUCCI

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATOS DE 22 DE JULHO DE 2019

Nº 4.368 Outorga autorização para uso de radiofrequência a CIMCOP S/A-ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, CNPJ nº 17.161.464/0001-82, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 4.369 Outorga autorização para uso de radiofrequência a ARCELORMITTAL BIOFLORESTAS LTDA., CNPJ nº 13.163.645/0007-82, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 4.370 Outorga autorização para uso de radiofrequência a FUNDAÇÃO MINAS GERAIS, CNPJ nº 26.129.940/0001-79, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 4.371 Outorga autorização para uso de radiofrequência a VALE S.A., CNPJ nº 33.592.510/0164-09, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 4.372 Expede autorização à VOTORANTIM CIMENTOS S.A., CNPJ nº 01.637.895/0088-93, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 4.379 Outorga autorização para uso de radiofrequência a SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0006-97, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 4.381 Expede autorização à TORC TERRAPLENAGEM OBRAS RODOVIARIAS E CONSTRUÇOES LTDA, CNPJ nº 17.216.052/0001-00, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA

Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 4.460, DE 25 DE JULHO DE 2019

Processo nº 53500.079826/2017-83.

Anui previamente com a operação relativa à aquisição do controle indireto da HISPAMAR SATÉLITES S.A. e da HISPASAT BRASIL LTDA., pela HOCHTIEF AKTIENGESSELLSCHAFT, que se dará por meio de Oferta Pública Voluntária de Aquisição de Ações Ordinárias de emissão da ABERTIS INFRAESTRUTURAS, controladora indireta da HISPASAT S.A. A presente anuência valerá pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da publicação deste Ato no Diário Oficial da União, prorrogável, a pedido, uma única vez por igual período, se mantidas as mesmas condições societárias. As cópias autenticadas dos atos praticados para a realização da operação devem ser encaminhadas à Anatel no prazo de 60 (sessenta) dias, contado do registro no órgão competente. A anuência prévia formalizada por intermédio deste Ato não exime as empresas envolvidas na operação do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

LEONARDO EULER DE MORAIS

Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 25 DE JULHO DE 2019

Outorga, aos abaixo identificados, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Nº 4.445 - Processo nº 53516.002448/2019-32: CBL - COMPANHIA BRASILEIRA DE LOGISTICA S/A, CNPJ nº 03.649.445/0004-38.

Nº 4.446 - Processo nº 53516.002038/2019-91: CLAUDINEI PAULINO DOS ANJOS, CPF nº 557.112.789-91.

Nº 4.447 - Processo nº 53516.001265/2019-08: FRANKE DIJKSTRA, CPF nº 117.842.539-87.

Nº 4.448 - Processo nº 53516.002481/2019-62: MONITOL MONITORAMENTOS TOLEDO LTDA, CNPJ nº 08.919.617/0001-17.

Nº 4.449 - Processo nº 53516.000971/2019-24: RODOVIAS INTEGRADAS DO PARANA S/A, CNPJ nº 02.191.601/0001-54.

MARCIO ANTONIO PROTZEK

Gerente

Substituto



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.024276/2012-91.**

Entidade: **Associação Comunitária Calmonense.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 02/08/2019, às 10:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 07/08/2019, às 18:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 08/08/2019, às 20:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4444960** e o código CRC **7CD60C07**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,



1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.024276/2012-91, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Calmonense, inscrita no CNPJ nº 01.867.420/0001-32, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de maio de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Miguel Calmon, estado da Bahia, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 14325/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 6163/2015, de 01 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 09 de dezembro de 2015.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

**Referência:** Processo nº 53000.024276/2012-91

SEI nº 4444960



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DO GABINETE DO MINISTRO - GM**

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):				
AECI	CGRL	CONJUR	SERAD	OUVID
AGME	CORREG	DAD	SEMPI	
ASPAR	CGPC	DGI	SETEL	
CGCS	COCCT	DEAIC	SEPLA	
CGMO	CONCEA	SUV	SEFAE	
CGGP	CTNBio	<b>SEXEC</b>	SETAP	

DEMANDA:		
Acompanhar	<b>Examinar e adotar providências de praxe</b>	Tomar ciência e devolver ao GM
Emitir manifestação	Responder ao requerente/interessado e arquivar	
Emitir Nota Técnica	Responder ao requerente/interessado c/c para o CGGM	
Emitir Parecer	Tomar ciência e arquivar	

OBSERVAÇÃO:
(ProtGab Nº 2585/2019)



Documento assinado eletronicamente por **Mahendra de Sena Formiga, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 09/08/2019, às 10:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4486727** e o código CRC **08B53FB3**.





Brasília, 1 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.024276/2012-91, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Calmonense, inscrita no CNPJ nº 01.867.420/0001-32, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de maio de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Miguel Calmon, estado da Bahia, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 14325/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 6163/2015, de 01 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 09 de dezembro de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 36349/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.024276/2012-91.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 01/10/2019, às 18:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4689826** e o código CRC **0525B4C4**.